



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

AMANDA BOZA GONÇALVES

**A PRÁTICA COTIDIANA DO ASSISTENTE SOCIAL NA  
ESCOLA PRIVADA**

---

Londrina  
2009

AMANDA BOZA GONÇALVES

**A PRÁTICA COTIDIANA DO ASSISTENTE SOCIAL NA  
ESCOLA PRIVADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Tieko Suguihiro

Londrina  
2009

AMANDA BOZA GONÇALVES

**A PRÁTICA COTIDIANA DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA  
PRIVADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Vera Lucia Tieko Suguihiro  
Orientadora

---

Profa. Dra. Claudia Neves da Silva

---

Profa. Dra. Maria de Lourdes Rossi Remenche

Londrina, 11 de Dezembro de 2009.

## **AGRADECIMENTOS**

Um caminho nunca é longo demais quando um amigo nos acompanha e, nesta trajetória, tenho muito a agradecer!

Primeiramente agradeço a Deus, por seu amor incondicional, pela força concedida e fidelidade!

Aos meus pais, por me apoiarem sempre em minhas escolhas e por serem os melhores pais do mundo!

Ao meu irmão, que me socorreu nos momentos decisivos desse trabalho, principalmente quando os imprevistos aconteceram.

Aos meus amigos que me apoiaram e me deram força para seguir esse caminho: Márcia, Gisele, Sara, Thiago, Suelen, Stefany e a tantos amigos que estão comigo no meu dia-a-dia. Vocês são inesquecíveis!

À minha orientadora Vera Lúcia Tieko Suguihiro, por me ensinar tanto desde a época de faculdade!

Ao Colégio Marista de Londrina, um espaço onde encontramos Deus e pessoas de Deus! Em especial agradeço à Marize, por ser um exemplo pra mim, como pessoa e como profissional, por me incentivar muito desde o início do mestrado. Ao Aguinaldo, pela sua compreensão, apoio e por demonstrar sentir segurança no trabalho que desempenho na Instituição, motivando-me diariamente.

Às minhas colegas de profissão e de Instituição: Núbia, Helen, Maribel e Marina. Vocês foram fundamentais para a concretização desse estudo e me ensinaram muito!

À ABEC/UCE, por autorizarem a realização da pesquisa.

E a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a concretização deste sonho.

*"Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos"*

*(Fernando Pessoa).*

GONÇALVES, Amanda Boza. **A prática cotidiana do assistente social na escola privada.** 2009. 144f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

## RESUMO

Este estudo discute a prática cotidiana do Assistente Social na escola privada e, seu principal objetivo, é compreender e analisar o modo de fazer dos Assistentes Sociais que atuam em escolas privadas, tendo como campo empírico da pesquisa os Colégios Maristas da Província Brasil Centro-Sul. A metodologia de pesquisa adotada, fundamenta-se na abordagem qualitativa. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas, sendo que os sujeitos da pesquisa foram quatro Assistentes Sociais que compõem o quadro funcional dos Colégios Maristas das seguintes cidades: São Paulo-SP, Ribeirão Preto-SP e Curitiba-PR. A construção teórica, elaborada a partir dos objetivos do presente estudo, perpassa pela discussão entorno da educação no Brasil em seu âmbito público e privado, do sistema neoliberal, e do Terceiro Setor, enquanto um executor da política educacional. O referencial teórico também é composto por uma explanação acerca do trabalho profissional do Serviço Social, com ênfase no debate acerca do cotidiano profissional, o qual se configura como uma categoria de análise da pesquisa. A partir disso tratamos sobre o Serviço Social na escola e, mais especificamente, sobre sua atuação nos Colégios Maristas, caracterizado, por sua vez, como um espaço sócio-ocupacional permeado por limites, dificuldades, desafios e também por conquistas, acima de tudo.

**Palavras-chave:** Escola. Serviço social. Cotidiano.

GONÇALVES, Amanda Boza. **The daily practice of the social worker in the private school**. 2009. 144p. Dissertation (Master in social worker and social politics) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

### **ABSTRACT**

This study discuss the daily practice of the social worker in the private school and its aim is comprehend and analyze the way the social workers that work in private schools, the research was done in Marista's schools in the south of Brazil. The researches' methodology is based on qualitative approach. The results were collected by interviews done by 4 social workers from Marista's schools of the following cities: São Paulo -SP, Ribeirão Preto - SP and Curitiba - PR. The theoretical construction was done with the aims of the present study, pass by discussion among Brazil's education in public and private scope, of the neoliberal system , and of the third sector, while an executor of the educational politic. The theoretical reference is also done by na explanation about the of the professional work of social work, with emphasis in the discussion about the day by day of the worker. We treated about the social work at schools and more specific at Marista's schools , characterized by a place surrounded by limits, difficulties, challenges and foremost conquest .

**Keywords:** School. Social work. Daily.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Presença Marista no mundo.....	40
<b>Figura 2</b> – União Marista do Brasil.....	41
<b>Figura 3</b> – Colégio Marista Arquidiocesano – SP .....	76
<b>Figura 4</b> – Colégio Marista Paranaense – PR .....	76
<b>Figura 5</b> – Colégio Marista Santa Maria – PR .....	77
<b>Figura 6</b> – Colégio Marista de Ribeirão Preto.....	77

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABEC/UCE</b>	Associação Brasileira de Educação e Cultura / União Catarinense de Educação
<b>CAMAR</b>	Caminhada Marista
<b>CEBAS</b>	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
<b>CMAS</b>	Conselho Municipal de Assistência Social
<b>CNAS</b>	Conselho Nacional de Assistência Social
<b>CESMAR</b>	Centro Educacional e Social Marista
<b>CESOMAR</b>	Centro Social Marista
<b>DEAS</b>	Diretoria Executiva de Ação Social
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>FTD</b>	Editora Frère Théophane Durand
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>MEC</b>	Ministério de Educação e Cultura
<b>ONG</b>	Organização não-governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PL</b>	Projeto de Lei
<b>PMBCS</b>	Província Marista Brasil Centro-Sul
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PUC</b>	Pontifícia Universidade Católica
<b>UMBRASIL</b>	União Marista do Brasil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO ACERCA DO SEU ÂMBITO PÚBLICO E PRIVADO</b> .....	16
1.1 O NEOLIBERALISMO, O TERCEIRO SETOR E A EDUCAÇÃO .....	16
1.2 AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO: O CONTEXTO DAS ESCOLAS CONFESSIONAIS.....	33
1.3 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E UNIÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO: MANTENEDORAS DOS COLÉGIOS MARISTAS.....	38
<b>2 O TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL</b> .....	47
2.1 O SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO .....	47
2.2 O COTIDIANO: ESPAÇO DE TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....	59
<b>3 O SERVIÇO SOCIAL E A ESCOLA: UM OLHAR SOBRE O FAZER PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS COLÉGIOS MARISTAS DA PROVÍNCIA MARISTA BRASIL CENTRO SUL</b> .....	70
3.1 O SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR .....	70
3.2 A REDE DE COLÉGIOS MARISTAS DA PROVÍNCIA MARISTA BRASIL CENTRO-SUL E O SERVIÇO SOCIAL.....	75
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	125
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	130
<b>APÊNDICES</b> .....	138
APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	139
APÊNDICE B – Termo de compromisso .....	140
APÊNDICE C – Instrumento de pesquisa .....	141
<b>ANEXOS</b> .....	142
ANEXO A – Projeto de Lei da Câmara Nº 060, de 2007 .....	143
ANEXO B – Lei Nº 11.525, de 25 de Setembro de 2007.....	144

## INTRODUÇÃO

O campo educacional não pode ser considerado como um futuro espaço de trabalho para o Assistente Social mas, sim, um componente concreto do seu trabalho e que precisa ser desvelado. Neste campo, concentra-se "a possibilidade de ampliação teórica, política e instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que se expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nessa passagem de milênio" (ALMEIDA, 2000, p.74). São lutas voltadas ao combate do analfabetismo, à educação gratuita e de qualidade, enquanto uma política pública universal.

O tema do presente estudo foi impulsionado a partir da experiência profissional como Assistente Social do Colégio Marista de Londrina, e por se tratar de um campo de trabalho não tão ocupado pelo profissional de Serviço Social, mas que deve ser paulatinamente conquistado. Existem algumas produções bibliográficas sobre o Serviço Social no contexto escolar, entretanto, elas dão um enfoque maior à política pública de educação.

O Serviço Social é uma profissão que tem a questão social como base de sua fundação e está inserida na divisão social e técnica do trabalho coletivo e suas manifestações. É capaz de decifrar uma determinada realidade, partindo daí para a construção de novas propostas de intervenção, visando à efetivação dos direitos e proposição de ações no âmbito da reprodução social em sua totalidade. Tanto o Serviço Social, quanto a área educacional, possuem um projeto ético-político voltado à construção da cidadania, com vistas à solidificação de uma sociedade mais justa e democrática.

Falar da inserção do Assistente Social na rede particular de ensino, não é uma tarefa muito fácil. Trata-se de um marco de mais uma conquista profissional, em um campo que apresenta uma demanda emergente para atuação. Atuar nessa área é buscar contemplar a quebra do conservadorismo no campo da intervenção profissional e, segundo Montano:

Assumir a responsabilidade e o desafio de enfrentar as demandas novas e emergentes, é se saturar de conhecimento crítico sobre a dinâmica da realidade sobre a qual e com a qual se interage, realidade esta que deve ser o verdadeiro motor e sentido da profissão (MONTANO, 2007, p.199).

O Serviço social no contexto escolar já é um setor de absoluta importância e que atua de forma significativa, tanto na tríade escola-família-comunidade, quanto com o corpo de colaboradores que compõem a escola. Todavia, conforme afirma Montano (2007, p.199), é necessário se "saturar de conhecimento crítico", para dar passos maiores diante dos novos horizontes profissionais.

A Associação Brasileira de Educação e Cultura e União Catarinense de Educação (ABEC/UCE) instituição privada, sem fins econômicos, mantenedora dos Colégios Maristas, Centros Sociais, PUCs e Hospitais, iniciou em setembro de 2005, processos para contratação de Assistentes Sociais para atuarem juntos aos Colégios Maristas da Província Marista Brasil Centro-Sul (PMBCS). A partir daí, profissionais do Serviço Social passaram a integrar a equipe em alguns colégios da Província, com uma proposta inicial de trabalho relacionada ao processo de concessão de bolsas sociais, uma vez que se trata de uma instituição privada, sem fins econômicos. Atualmente, 07 Assistentes Sociais compõem o quadro funcional efetivo da ABEC/UCE, e estão inseridas em alguns dos colégios de toda a Província Marista Brasil Centro-Sul. Ao total, a Província é composta por 16 colégios, entretanto, alguns deles contratam Assistentes Sociais temporárias, para a execução dos processos de concessão de Bolsa Social. Ao término do referido processo, as profissionais que permaneciam contratadas, viram-se em um momento ímpar: o de dar início a um novo trabalho em uma instituição que, até então, nunca havia tido um profissional de Serviço Social permanente.

Quando se comenta sobre o fato de trabalharmos em uma escola privada, é possível identificar uma certa curiosidade por parte do sujeito ouvinte ou, até mesmo, de um Assistente Social que não atua nessa área, que então questiona: "Mas o que faz um Assistente Social em uma escola privada (mesmo que filantrópica)"? Dar visibilidade a esse espaço ocupacional significa assumir um desafio, conforme Iamamoto:

O desafio é salientar a leitura do trabalho do assistente social em espaços ocupacionais de natureza diferentes particularizando, no seu processamento, as competências e atribuições profissionais enquanto expressões desse trabalho concreto, situado no campo de forças sociais que, imediatamente, incidem nesses espaços (IAMAMOTO, 2007, p.429).

Assim, a intenção de pesquisar sobre esse espaço ocupacional para o Serviço Social tem o intuito de proporcionar uma maior visibilidade sobre as particularidades profissionais contemporâneas e avançar no conhecimento quanto às alternativas do trabalho do assistente social neste campo.

Face a tal consideração, o objetivo da presente pesquisa é compreender e analisar o modo de fazer dos Assistentes Sociais que atuam em escolas privadas, tendo como campo empírico da pesquisa os Colégios Maristas da Província Marista Brasil Centro-Sul. Para que o propósito seja atingido, serão perseguidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar e refletir sobre as contribuições do profissional de Serviço Social tanto no âmbito escolar, como organizacional e comunitário.

- Identificar e descrever as atividades da prática cotidiana dos Assistentes Sociais contratados nos Colégios Maristas da Província Marista Brasil Centro-Sul.

- Identificar os limites e desafios do fazer profissional do Assistente Social, atuantes nos Colégios Maristas da Província Marista Brasil Centro-Sul.

Contemplar esses objetivos, significa colocar em prática o que prescreve Iamamoto (2007, p.417): "o desafio é participar de um empreendimento coletivo, que permita, de fato, trazer, para o centro do debate, o exercício e/ou trabalho cotidiano do assistente social, como uma questão central da agenda da pesquisa e da produção acadêmica dessa área".

Para tanto, buscamos realizar uma pesquisa de natureza qualitativa a fim de trabalhar, conforme Minayo (1994, p.24), "[...] com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada". E complementado por Montano:

O procedimento prévio necessário à reflexão teórica, o que se constitui como ponto de partida do conhecimento é, não a sistematização da prática, mas a "sistematização de dados" (quantitativos e qualitativos), e estes podem ser empíricos e provir da prática direta, ou podem ser teóricos, estatísticos etc. E provir do conhecimento acumulado. (MONTANO, 2007, p.192)

Definimos como campo empírico da pesquisa, os quatro Colégios Maristas da Província Marista Brasil Centro-Sul, os quais têm em seu quadro de funcionários assistentes sociais, assim distribuídas: Colégio Marista Paranaense (Curitiba-PR), Colégio Marista Santa Maria (Curitiba-PR); Colégio Marista de Ribeirão Preto (Ribeirão Preto-SP); Colégio Marista Arquidiocesano (São Paulo-SP). Os sujeitos da pesquisa foram as Assistentes sociais dos referidos Colégios. As únicas Assistentes Sociais que não participaram das entrevistas foram a do Colégio Marista Pio XII (Ponta Grossa-PR), por estar de licença-maternidade, e a do Colégio Marista de Maringá-PR, por encontrar-se de férias. As identidades das entrevistadas foram preservadas recebendo, no corpo do texto, outra nomenclatura: Sujeito A, B, C e D.

A técnica utilizada na obtenção dos dados foi a entrevista, enquanto uma técnica que proporciona uma forma de diálogo assimétrico, no qual uma das partes busca coletar dados e, a outra, apresenta-se como fonte de informação (GIL, 2008, p.109).

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa desprezenciosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (MINAYO, 1994, p.57)

As entrevistas foram realizadas individualmente, por meio de vídeo-conferência, e agendadas previamente. A vídeo-conferência é um moderno recurso de comunicação, que possibilita um diálogo em tempo real, independentemente da distância entre as partes. Como todos os Colégios Maristas da Província são equipados com uma sala de vídeo-conferência, a instituição cedeu o espaço para a efetivação dessa pesquisa. O instrumento utilizado para a obtenção dos dados foi um roteiro de entrevista semi-estruturado, composto de sete questões abertas. Foi realizado um pré-teste, a fim de detectar possíveis dificuldades no momento da pesquisa. Com a devida autorização do entrevistado, por meio de um termo de consentimento assinado, a entrevista foi gravada em áudio, com a finalidade de

garantir uma transcrição integral e obter um maior aproveitamento do conteúdo da entrevista.

Como complemento ao estudo em foco, pesquisamos as características da mantenedora - ABEC/UCE - articulando, conforme propõe Minayo (1994, p.61) a "fundamentação teórica do objeto a ser pesquisado e o campo que se pretende explorar".

Na análise dos dados organizamos as informações coletadas, tendo em vista os objetivos do trabalho. A técnica de análise foi de extrema relevância, pois permitiu identificar "o que está por trás dos conteúdos manifestados, indo além das aparências do que está sendo comunicado." (GOMES, 1994, p.72). A partir desse pressuposto, a análise dos dados teve três finalidades, conforme apresentada por Minayo (1994, p.69):

Estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte. Essas finalidades são complementares em termos de pesquisa social.

Sendo assim, a dissertação foi estruturada em três capítulos. No primeiro, procuramos fazer um resgate sobre a educação no Brasil, partindo de uma reflexão em seu âmbito público e privado, a fim de compreender os embates do neoliberalismo e do Terceiro setor na política educacional brasileira. Também contemplamos a instituição que foi campo empírico para essa pesquisa: a ABEC/UCE mantenedoras dos Colégios Maristas da Província Marista Brasil Centro-Sul.

No segundo capítulo aprofundamos a discussão sobre o trabalho profissional do Assistente Social e, mais especificamente, o cotidiano, enquanto categoria de análise da pesquisa.

O terceiro capítulo aborda a escola enquanto um espaço sócio-ocupacional do Assistente Social, tanto em seu âmbito público, quanto privado. O âmbito privado foi abordado, nesse caso, a partir da análise da pesquisa. A categoria para análise dos dados da pesquisa foi o cotidiano. Conforme Gentilli (2007, p.14), as singularidades cotidianas vivenciadas pelos profissionais expressam, nas externalidades e nas aparências das microrrealidades de cada

campo de atuação ou de cada programa de trabalho, as articulações, os nexos e as mediações entre trivialidades e "substâncias" da vida social e da profissão, constituindo-se espaços nos quais todas as possibilidades estão postas, seja para construir as mudanças desejadas, seja para conformar as que já vieram.

Na seqüência apresentamos as considerações finais, apontando conclusões sobre o modo de fazer do Assistente Social em uma escola privada.

# **1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO ACERCA DO SEU ÂMBITO PÚBLICO E PRIVADO**

## **1.1 O NEOLIBERALISMO, O TERCEIRO SETOR E A EDUCAÇÃO**

A educação se configura como um dos mais complexos constitutivos da vida social. Atualmente ela desempenha um papel estratégico no âmbito econômico, cultural e social. No Brasil, mais que em outros países da América do Sul, a escola, enquanto um meio para se chegar à educação, configura-se como um produto social distribuído desigualmente. O acesso é permeado por diversas variáveis, sejam de ordem socioeconômica, de local de residência e de sexo, como também é modulado pelo tipo de rede escolar frequentado (pública ou privada).

A família, as instituições religiosas e demais instituições compostas ao longo da história, objetivaram um processo educativo diverso. Apesar do ensino, no modo de produção capitalista, ter sido vinculado à regulação do Estado, os demais grupos acima citados continuaram com suas prerrogativas de ensino. Frente a todas as mudanças, a educação foi implementada não somente pelas ações governamentais, mas também pela sociedade civil, por meio dos sujeitos sociais, que fizeram da política educacional uma expressão da questão social, na medida que representa o resultado de lutas sociais. Independente da qualidade dos serviços educacionais prestados, podemos dizer que os resultados obtidos com as lutas sociais representaram um avanço nessa área.

A educação, vinculada ao contexto escolar, engloba diferentes níveis e modalidades de ensino: a educação básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos; a educação profissional; a educação superior e a educação especial. Cabe ao Estado (união, estados e municípios) a execução de todos esses níveis. Durkheim (1984, p.225) define a escola como uma instituição que proporciona "uma ruptura no mundo da criança porque através dela, a criança ingressa numa outra esfera da vida social".

No que se refere ao processo de formação do cidadão, a política educacional assume um lugar extremamente relevante no campo das políticas sociais. O trabalho em rede, com as demais políticas como a da Saúde e a da

Assistência Social, por exemplo, aumentou, nessas últimas duas décadas, as responsabilidades da escola. O conhecimento dos direitos e deveres das crianças e adolescentes, assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), disposto na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, devem também tomar uma maior visibilidade, principalmente no meio escolar. Conforme Suguihiro (2004, p.7), é de fundamental importância que tanto o professor como o aluno se apropriem do conteúdo do ECA, por meio de trabalhos desenvolvidos na própria sala de aula, vinculando assuntos concernentes a essa temática ao seu cotidiano, com vistas ao estabelecimento de medidas preventivas e não apenas curativas.

Diante desse cenário e intrinsecamente relacionado a ele, estão as Políticas Sociais e, mais especificamente, as políticas educacionais.

No campo da educação, sedimentam-se as crises no plano teórico, ideológico, ético-político e econômico. No caso brasileiro, tanto as análises e concepções educativas fundadas numa expectativa marxista, quanto as políticas de democratização e equalização têm se desenvolvido permanentemente na contramão. (FRIGOTTO, 1995, p.90)

A partir dessas prévias considerações, comparar as distinções entre os sistemas educativos é um fator preponderante para se pensar sobre um modelo universal de educação formal, o que não acontece no Brasil, por ter um sistema educativo fragmentado. Ao falar da constituição histórica do sistema educativo brasileiro identificamos que, desde o início do século passado, o desenvolvimento desse sistema vem sendo marcado por relações conflitantes entre diferentes grupos sociais. São quatro períodos considerados como principais na luta a favor das escolas no Brasil, conforme Libâneo (2001, p.3). O primeiro período, nos anos 1930, é marcado pelo debate entre leigos e católicos consagrados quanto às orientações gerais da política educativa do país, caracterizado também pela criação do Ministério de Educação. Em 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU), adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos que, no que tange à educação, dispõe:

Artigo 26. 1. Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, ao menos na instrução elementar e fundamental. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica e profissional haverá de ser generalizada; o acesso aos estudos superiores será igual para todos, em função dos méritos respectivos. 2. A educação terá por objeto o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; favorecerá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos ou religiosos; e promoverá o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. 3. Os pais terão direito preferencial para escolher o tipo de educação que se dará a seus filhos.

Daí se depreende que existiu intenção de proporcionar um avanço no campo educacional. Nas décadas de 1950 e 1960, a discussão foi voltada para o conflito entre os que defendiam a escola particular e aqueles que defendiam a escola pública. Os defensores do ensino particular eram representantes da Igreja Católica e se baseavam na concepção humanista e religiosa do ensino. O debate em torno da escola privada passava pela questão do financiamento público para a educação particular, a fim de garantir a chamada liberdade de escolha dos pais. Os defensores da escola pública, ligados a movimentos progressistas, lutavam por uma escola pública capaz de garantir as mesmas chances educativas para todos os cidadãos. Conforme Akkari (2001, p.165), o primeiro período foi finalizado após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1962, por meio do Congresso Nacional.

Apesar de reforçar a escola pública no plano legislativo depois desse primeiro período, essa lei não constituiu um avanço sensível na construção do sistema público de educação. As comunidades desfavorecidas e as populações rurais permaneceram afastadas da escolarização maciça. (AKKARI, 2001, p.165).

O segundo período educacional brasileiro caracteriza-se pelo surgimento do movimento de educação popular, entre 1962 e 1964, ligado à atuação de Paulo Freire. Discutia-se a alfabetização de adultos e a educação popular, em um contexto permeado pelas lutas sociais da época.

Com o advento do regime militar (1964), iniciou-se o terceiro período, marcado pelo rompimento das expectativas que haviam sido suscitadas no

país pelas campanhas de alfabetização popular. "Esse regime tentou implementar uma política educativa tecnicista, centrada nos conceitos de racionalidade, eficiência e produtividade" (AKKARI, 2001, p.165). Educadores brasileiros não hesitaram em recusar o caráter autoritário e a proposta pedagógica do regime. Nessa época, com a ampliação da classe média, a clientela da escola privada tornou-se maior. Não só como símbolo de *status*, mas também como uma alternativa para os que queriam deixar a rede de escolas públicas que, deterioravam cada vez mais a qualidade de ensino ofertado. Tal movimento foi auxiliado por força das políticas elaboradas e implementadas pelos empresários do ensino, que ocupavam os postos diretivos dos sistemas de educação nos níveis federal, estadual e municipal.

O quarto período se inicia nos anos 1980, com o chamado retorno à democracia. Discutia-se a questão da inclusão de crianças com baixa renda familiar e a implementação de novas medidas legislativas em prol da escola pública, como a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 1996. Também na Constituição Federal de 1988, a educação tornou-se parte integrante dos direitos sociais, conforme art. 6º: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." Para Vieira:

Constitucionalmente, a educação brasileira deve ser direito de todos e obrigação do Estado; deve acontecer em escolas; deve seguir determinados princípios; deve ratificar a autonomia universitária; deve conservar a liberdade de ensino; e principalmente deve converter-se em direito público subjetivo, com a possibilidade de responsabilizar-se a autoridade competente. (VIEIRA, 2001, p.14)

Em relação aos princípios, a própria Constituição dispõe:

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988)

Dentre os princípios citados e demais dispositivos, a Carta Magna estabeleceu também a convivência das redes públicas e privadas de ensino. Para a rede particular, por sua vez, estabeleceu-se a distinção de instituições com ou sem fins lucrativos, tais como as escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais, que serão tratadas nesse estudo. A Lei maior, em seu art. 208, sancionou como dever do Estado a garantia do ensino para todos os brasileiros, incluindo aqueles que não podem ter acesso à escola na idade própria.

A Constituição Federal de 1988 (art. 214) e a LDB (art. 87, parágrafo 1º) tratam da elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE/MEC), por meio do Ministério da Educação e Cultura, o qual define as metas educacionais para todos os níveis de ensino para os dez anos que seguem ao plano. A intenção desse documento é apresentar metas claras e objetivas, com possibilidades de serem alcançadas, e não simplesmente serem movidas por idealismos nem sempre atingidos. No plano se ressalta a divisão de responsabilidades entre as esferas do governo; a hierarquização de prioridades, tendo em vista a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo; a elevação progressiva dos investimentos em educação; o incremento à educação profissional; a preocupação com a formação dos professores; a informatização e a participação da comunidade na gestão, melhoria da qualidade e manutenção da escola, sem que se exima o Poder Público de suas responsabilidades, dentre outros.

Nessa conjunção, Vieira (2001, p.14) reflete sobre a política educacional:

Com relação à política educacional, a Constituição Federal de 1988 concede amplos direitos, confirmando e ampliando o interesse social pela educação. Desde a Constituição monárquica de 1824, a primeira Constituição brasileira, a educação irrompe como o fundamento da política social, que só alcança maior abrangência durante o século XX. No final deste século, falou-se bastante a respeito da educação e de sua importância, porém muito se desarticulou a aplicação dos direitos educacionais. (VIEIRA, 2001, p.15)

Em contrapartida, a educação no Brasil na década de 1990 foi marcada pela orientação neoliberal dos governos de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Para Saviani (1996, p.157), a política educacional era incoerente,

combinando um discurso sobre a importância da educação mas, ao mesmo tempo, revelava um grande descompromisso do Estado e um aumento crescente da atuação da iniciativa privada e das organizações não governamentais nesse segmento.

Conforme Akkari (2000, p.166), "o discurso neoliberal atual sobre a educação é elitista. Ele justifica as desigualdades sociais e o triunfo dos mais fortes. Ele culpa os mais pobres e os doentes. Ele legitima o poder dos administradores, dos tecnocratas e dos recursos materiais." Mais especificamente sobre a política educacional, Frigotto (1995, p.77) denuncia:

O resultado da atomização do mercado e das perspectivas pós-modernistas, no plano político prático, não poderia ser mais perverso. Sob os conceitos de autonomia, descentralização, flexibilidade, individualização, pluralidade, poder local, efetiva-se uma brutal fragmentação no sistema educacional e dos processos de conhecimento.

Vale ressaltar que o ensino privado cresceu, sim, diante da influência neoliberal, entretanto devemos lembrar que esse crescimento já havia sido iniciado antes, no final da década de 1960, como uma marca dos governos militares. Mesmo assim, conforme Frigotto (1996, p.76), com o advento do neoliberalismo expressa-se a tese central de que o Estado (setor público) é ineficiente, e que o mercado (setor privado) configura-se como eficiente e de qualidade. Dessa forma, a solução principal seria tornar o Estado mínimo, apenas para a reprodução do capital. Ressaltamos que o Estado mínimo é algo inerente ao capitalismo que recrudescer na década de 1990. No campo educacional, uma grande quantidade de empresas privadas acabaram "apadrinhando" escolas públicas, trazendo a filantropia ao mesmo patamar que a política educacional do Estado.

No domínio da educação, a influência das idéias neoliberais fez-se sentir quer por meio de múltiplas reformas estruturais, de dimensão e amplitude diferentes, destinadas a reduzir a intervenção do Estado na provisão e administração do serviço educativo, quer por meio de retóricas discursivas (dos políticos, dos peritos, dos meios de informação) de crítica ao serviço público estatal e de "encorajamento do mercado. (BARROSO, 2003, p.86).

Em que pese o discurso estatal que reafirma sua finalidade de garantir os direitos básicos da população, assegurando sua sobrevivência e dignidade, há a tendência de entregar os serviços correspondentes à regulação do livre-mercado. Com o Estado mínimo, o que antes era dever do Estado, como a oferta de saúde e de educação de qualidade, por exemplo, torna-se algo negociável com o livre-mercado, passando a ser objeto de consumo.

Conforme Soares (2001, p.36), a situação social na América Latina tem se agravado, principalmente nos últimos 15 anos. No Brasil, de forma particular, assumiu contornos mais dramáticos devido à sua extensão, profundidade e complexidade. Temos uma grande quantidade de pessoas em situação de extrema pobreza e tonificadas por uma desigualdade de renda entre os que detêm mais capital e os que estão inseridos nas diversas facetas da pobreza. Diante desse cenário, temos a presença dos três setores citados. O Estado, enquanto regulador e gestor da sociedade tem, como responsabilidade, garantir os direitos sociais e primar por uma boa qualidade de vida para toda a população.

As primeiras legislações e medidas de proteção social foram criadas no final do século XIX, destacando-se a Inglaterra como país originário. As medidas de Seguridade Social no sistema capitalista, estiveram mais claras a partir do período de *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social. Conforme Behring (2007, p.149), "as políticas sociais vivenciaram forte expansão após a Segunda Guerra Mundial, tendo como fator decisivo a intervenção do Estado na regulação das relações sociais e econômicas".

Para a autora, o Estado de Bem-Estar Social não chegou a ser constituído no Brasil. No período de estruturação desse modelo na Europa, o Brasil direcionava os investimentos públicos para indústrias, geração de energia, transporte, dentre outros.

No entanto, o Estado de Bem-Estar começou a apresentar sinais de esgotamento, devido a uma crise estrutural do capital, fazendo com que se apresentasse uma nova forma de acumulação, ou seja, o capitalismo flexível, deixando em destaque o legado neoliberal.

Trata-se de uma crise global de um modelo social de acumulação, cujas tentativas de resolução têm produzido transformações estruturais que dão lugar a um modelo diferente, denominado neoliberal que tem por base a informalidade no trabalho, o desemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma nova pobreza. (SOARES, 2000, p.32)

Assim, as idéias neoliberais nasceram por meio de uma reação contra o Estado de Bem-Estar Social, um modelo que até então se apresentava como fundamental propulsor do desenvolvimento no pós-guerra.

Evidentemente a estratégia neoliberal de conquista hegemônica não se limita ao campo educacional, embora ele ocupe aí um lugar privilegiado, como um de muitos elementos passíveis de serem utilizados como técnica de governo, regulação e controle social. O que estamos presenciando é um processo amplo de redefinição global das esferas social, política e pessoal, no qual complexos e eficazes mecanismos de significação e representação são utilizados para criar e recriar um clima favorável à visão social e política neoliberal. (GENTILI, 1995, p.56)

Isso ajuda compreender as mudanças na esfera do capital, principalmente a partir dos anos 1970, quando este toma uma nova configuração. As políticas neoliberais se efetivaram após as eleições de Thatcher na Inglaterra, Reagan nos Estados Unidos e Kohl na Alemanha.

Assim, colocava-se a proposta de "desregulamentação" da economia que, basicamente defendia a abolição da regulação do Estado sobre os preços da economia em geral e sobre as relações capital-trabalho. Essa regulação, considerada como geradora de "distorções", seria substituída pelo "livre jogo do mercado", cujos mecanismos de regulação seriam automáticos, tecnicamente isentos, proporcionando assim uma distribuição de recursos mais "racional". (SOARES, 2001, p.38)

Com o "livre jogo do mercado", as relações econômicas não precisam ser reguladas por um organismo central, fazendo com que a existência de um Estado interventivo e forte se torne algo desnecessário e, até mesmo, negativo para os neoliberais. Além do ponto de vista econômico, o Estado mínimo também apresenta conseqüências no âmbito político, configurando a democracia como

adversária da liberdade do mercado. Trata-se de intervenções antidemocráticas de empresas transnacionais em determinadas questões do país. Dessa forma, a não participação do Estado na livre economia de mercado toma proporções maiores, atingindo tanto o nível econômico, quanto o político e, sem dúvida, deixando consequências drásticas para toda a sociedade. Configura-se, portanto, Estado mínimo nos direitos trabalhistas, no controle dos preços de produtos, na não regulação das remunerações ou qualquer outra intervenção que atingisse diretamente ao livre mercado. Em síntese, conforme Soares (2001, p.38), o Estado mínimo passou a cumprir apenas algumas funções básicas como a educação primária, a saúde pública e a criação e manutenção de uma infra-estrutura essencial ao desenvolvimento econômico, por exemplo.

Segundo Soares (2001, p.39), essa proposta de minimização do Estado remete, nas entrelinhas, a um componente ideológico de caracterização do setor público como ineficaz, ao contrário do setor privado que passa a ser rotulado como o único capaz de proporcionar o crescimento econômico. Diante dessa retórica, abre-se espaço para outra proposta do ideário neoliberal, qual seja, a proposta privatizante. Sobre essa concepção, Borón (2001, p.66) o cita o exemplo da Argentina, que privatizou empresas públicas a preços mínimos e sem precauções óbvias, vendendo-as para multinacionais privadas.

O neoliberalismo, juntamente com o modelo japonês toyotista de produção, desencadeou profundas alterações nas relações trabalhistas, na organização dos trabalhadores e na automação das empresas, o que possibilitou ao mercado uma maior competitividade entre as indústrias e, em contrapartida, uma maior margem de lucro aos gestores. Houve ainda um conseqüente aumento do desemprego estrutural com a substituição da mão-de-obra por máquinas, ou por trabalhadores terceirizados e os contratos de trabalho se tornaram mais flexíveis. Com o Estado mínimo, a garantia dos direitos sociais, trabalhistas e uma qualidade de vida digna era quase nulo. Nesse cenário Behring (2007, p.152) destaca:

Detendo-nos um pouco mais nesse período, temos que uma de suas características principais foi a busca contínua de rendas tecnológicas derivadas da monopolização do progresso técnico, direcionada à diminuição dos custos salariais diretos, e cuja expressão maior é a automação. Chama atenção que Mandel, em fins dos anos 1960, já identificava alguns elementos em desenvolvimentos e que aparecem hoje de forma mais clara e intensa, que são essenciais para desvendar os anos 80 e 90 do século XX, no que se refere à extração da mais-valia e ao mundo do trabalho: o forte deslocamento do trabalho vivo pelo trabalho morto; a perda ainda maior da importância do trabalho individual a partir de um amplo processo de integração da capacidade social de trabalho; a mudança da proporção de funções desempenhadas pela força de trabalho no processo de valorização do capital, quais sejam de criar e preservar valor; as mudanças nas proporções entre criação de mais-valia na própria empresa e aquela gerada em outras empresas; o aumento no investimento em equipamentos; a diminuição do período de rotação do capital; a aceleração da inovação tecnológica com fortes investimentos em pesquisa; e por fim, uma vida útil mais curta do capital fixo e a conseqüente tendência ao planejamento.

A acumulação flexível proporciona mudanças na realidade do trabalho, provocando um processo de redução e precarização, aliado à redução da presença do Estado na intermediação entre capital e trabalho e no desenvolvimento das políticas sociais básicas. Os fatores citados contribuem para a exclusão social de uma grande parcela da sociedade. Deste modo, o neoliberalismo estabeleceu uma dinâmica expressa pela terceirização, pelo desemprego, pela flexibilização das relações de trabalho e pela redução dos direitos sociais, isso tudo articulado diretamente com as políticas de ajuste ditadas pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial para países mais pobres, reduzindo os gastos sociais com políticas básicas de atenção à população.

Soares (2001, p.42) enfatiza que, analisando sob o ponto de vista da eficácia desse ideário, as consequências, a partir dos exemplos de alguns países, mostram que se por um lado ocorreu o "sucesso" pela queda da inflação (o que nem sempre ocorreu no Brasil) por outro, criaram-se consequências sociais, políticas e econômicas gravíssimas. "A extensão da recessão para atingir os objetivos pretendidos pelo ajuste neoliberal no Brasil, além de inimaginável, atingiria a sociedade de modo extremamente desigual" (SOARES, 2001, p.42).

A autora em foco faz uma ressalva de fundamental importância:

Outra ordem de consequência das políticas neoliberais foi o agravamento da já iníqua situação de alocação dos recursos para as Políticas Sociais. Provocou-se uma recessão, aumentando o desemprego e piorando ainda mais a situação dos mais carentes, o que obviamente desencadeou uma elevação na demanda por benefícios e serviços sociais. (SOARES, 2001, p.43)

Esta situação gerou uma nova pobreza, com total desconhecimento de cidadania e modernidade, e sem a mínima interpretação da regulação pelo mercado. Em sua outra produção, Soares (2003, p.37) discorre que não podemos atribuir o surgimento da pobreza nos países periféricos à globalização neoliberal mas, sim, ao agravamento dos fatores condicionantes da pobreza. À luz de Bourdieu, a referida autora também identifica que a pobreza, ou o chamado nesse novo quadro de pobreza, a "precariedade", vem afetar qualquer pessoa que esteja exposta aos seus efeitos, fazendo com que seu futuro seja incerto, e não estimulando crenças e esperanças sobre um futuro melhor que o presente. Os trabalhadores acabam inseridos em um meio no qual aceitam a submissão e a exploração. Quanto à pobreza, SEN (2000, p.119) ressalta:

Não ocorre apenas que, digamos, melhor educação básica e serviços de saúde elevem diretamente a qualidade de vida; esses dois fatores também aumentam o potencial de a pessoa auferir renda e assim livrar-se da pobreza medida pela renda. Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria.

Vale lembrar que existe uma diferenciação entre pobreza como "inadequação de capacidade", e pobreza relacionada ao "baixo nível de renda". Entretanto, ambas permanecem intrinsecamente vinculadas, pelo fato de que a renda é um meio de obtenção de capacidades.

A relação dessa análise com o contexto citado é que mesmo com a possibilidade de superação de perda de capacidade, o que existe, na realidade, é um menor investimento do Estado na área social, englobando assim a área educacional, aumentando a pobreza de renda, a perda de capacidade e, conseqüentemente, a exclusão social. Portanto, percebe-se que as repercussões da

ofensiva neoliberal acarretaram uma nova definição entre o Estado e a sociedade identificado principalmente, pelo afastamento do Estado na área social.

Kliksberg (2001, p.13) apresenta dados que vêm comprovar as afirmações apresentadas acima. Segundo ele, na América Latina operam cinco tipos de desigualdade: a iniquidade da distribuição de renda; desigualdade no acesso a ativos produtivos; desigualdade no acesso ao crédito; desigualdade no sistema educativo; acesso ao mundo da informática e internet. Sobre a desigualdade de renda o autor afirma que no Brasil, "os 10% mais ricos recebiam oito vezes mais renda que os 10% mais pobres, em 1997 a relação tinha mais que duplicado, era 22 vezes maior". Outro dado importante se refere à desigualdade relacionada ao sistema educativo, conforme segue:

A deserção e a repetência provocadas pelas condições socioeconômicas do lar minam diariamente a possibilidade de que os setores pobres completem seus estudos. Segundo Cepal (2000), no Brasil repetiam os dois primeiros anos do ensino fundamental 41% das crianças pertencentes aos 25% de menor renda da população, e por sua vez apenas 4,5% das crianças dos 25% com maior renda. (KLIKSBERG, 2001, p.18)

Outra desigualdade citada pelo autor trata-se da falta de acesso à informática. "A grande maioria da população não tem meios, nem a educação requerida para conectar-se com esse mundo, fazendo parte assim de uma nova categoria de analfabetismo, o analfabetismo cibernético". Por fim, o autor conclui que a desigualdade na América Latina "não é um fato natural próprio do caminho do desenvolvimento [...]. É a consequência de estruturas regressivas e políticas erradas que a potencializaram". (KLIKSBERG, 2001, p.14)

Com o passar dos anos, o Brasil vem absorvendo todas essas mudanças que culminaram para a chamada "modernização social", conforme Soares (2001), associada ao desenvolvimento capitalista da economia e às distorções e desequilíbrios que ela provoca. Para a sociedade, o resultado dessas mudanças foi a criação de grupos sócio-ocupacionais com novas características, tais como: a diminuição do número de campesinato, com uma persistente pobreza; o crescimento do setor informal urbano que, em proporções, cresce mais do que se moderniza; o aumento do proletariado em contraposição com a diminuição da renda; o surgimento

dos chamados "terceirizados", que têm se expandido em novas ocupações e mal remuneradas; e, por fim, a classe média alta que se expande e se complexifica como estrato social.

A partir dessas informações é possível identificar a proporção que a baixa qualidade de vida da população tomou. As conseqüências de um sistema de livre mercado e Estado mínimo levam diversos segmentos da população à vulnerabilidade e à exclusão social

Em uma análise preliminar, pode-se identificar que as Políticas Sociais são criadas e implementadas com uma perspectiva de enfrentamento da questão social, tornando discriminado o acesso a serviços sociais. O seu surgimento está relacionado ao desenvolvimento do capitalismo industrial, da força de trabalho e das demandas sociais. No Brasil, as políticas sociais foram largamente influenciadas pelas mudanças econômicas e políticas; não se apoiaram nos pilares do pleno emprego, nem da universalização dos direitos sociais. As políticas sociais tenderam a se expandir em períodos autoritários, com fragilidades democráticas, sob a égide de um Estado autoritário, marcado pelo corporativismo e clientelismo, ao mesmo tempo em que desenvolveram ações com a finalidade de controlar as demandas populares. Institucionalizaram-se, também, ações normativas e assistenciais, ocorrendo assim, um esvaziamento e controle do potencial de mobilização dos trabalhadores urbanos.

Mesmo com a Nova República, houve poucas iniciativas de enfrentamento na área social. Uma ação muito divulgada no governo de Sarney foi o Programa do Leite, caracterizado pelo seu enfoque clientelista. A política social nesse período era caracterizada:

Assim, nesse período mantém-se o caráter compensatório, seletivo, fragmentado e setorizado da política social brasileira, subsumida à crise econômica, apesar do agravamento das expressões da questão social. As propostas de reestruturação das políticas sociais, formuladas no âmbito dos grupos de trabalhos criados pelo governo Sarney destinadas a "repensar" as políticas de previdência, saúde, educação e assistência social, não foram implementadas. Suas contribuições, contudo, foram incorporadas no processo constituinte e ajudaram a definir o conceito de seguridade social. (BEHRING, 2007, p.160)

Conforme exemplifica Behring (2007, p.163), pós Constituição de 1988, foram introduzidos conceitos de Seguridade Social, implementação do Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiência e idosos dentro dos critérios de concessão; instituição da licença paternidade; extensão da licença maternidade para 120 dias; criação do SUS; redefinição da Assistência Social enquanto uma política pública; e com destaque a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) que prima pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes, dentre outros. Nesse cenário a autora destaca que, apesar dos avanços, ainda foram inscritas no contexto constitucional orientações com características de conservadorismo.

A "reforma", tal como foi conduzida, acabou tendo um impacto pífio em termos de aumentar a capacidade de implementação eficiente de políticas públicas, considerando sua relação com a política econômica e o *boom* da dívida pública. Houve uma forte tendência de desresponsabilização pela política social - em nome da qual se faria a "reforma" - acompanhada do desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social. Isso ocorreu *vis-à-vis* um crescimento da demanda social, associado ao aumento do desemprego e da pobreza, aprofundada pela macroeconomia do Plano Real. (BEHRING, 2007, p.164)

A autora explica que a partir dessa afirmação não podemos interpretar que houve uma ausência de política social, elas existiram, entretanto, a sua formulação foi adaptada à lógica desse novo contexto estabelecido. Daí decorre o trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais - privatização, focalização/seletividade e descentralização, o qual teve tendência à expansão.

À luz de Behring (2007, p.168), podem ser identificadas mais esmiuçadamente as características contemporâneas da política social no contexto brasileiro. O cenário atual é de restrição e redução de direitos, sob a justificativa da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias, direcionadas somente para os efeitos mais nefastos da crise. As ações preventivas se tornaram mais limitadas devido à prevalência do trinômio citado acima.

Um fator relevante no cenário atual das Políticas Sociais, parte do objetivo central do presente estudo, é a regulamentação do terceiro setor como um dos responsáveis para o atendimento às necessidades sociais, movimento esse que

estabeleceu parceria entre Estado, instituições filantrópicas e organizações não governamentais (ONG's), para implementação de políticas voltadas a determinados segmentos mais vulneráveis da sociedade. Esse movimento é assim identificado:

Esse fenômeno tem ocorrido mundialmente dentro de um processo maior de reorganização do capital e do mundo do trabalho na proporção em que as crescentes demandas para o atendimento às necessidades sociais da população não encontram soluções adequadas a partir das ações do Estado. Temas que servem como pano de fundo para compreendermos esse processo gradativo de avanço das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos no espaço público. (COSTA, 2003, p. 88).

Gohn (1991, p.54) complementa essa questão, afirmando que a tendência crescente dos anos 1990, foi a transferência de recursos públicos para as organizações não-governamentais, com a tarefa de organizarem e equacionarem os problemas sociais. Assim, cresce o chamado terceiro setor da sociedade, trazendo a tona o discurso entre a esfera pública e privada, entre Estado e Mercado, o governamental e não-governamental.

O termo Terceiro Setor tem procedência norte-americana, em um contexto no qual o voluntariado e o associativismo são considerados também como sendo parte de uma determinada cultura política, com resquícios do individualismo liberal. Quanto às organizações do Terceiro Setor, assim define Tenório:

Essas organizações não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causas e problemas sociais e em que, apesar de serem sociedades civis privadas, não têm como objetivo o lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade. (TENÓRIO, 2001, p.7)

Ao falar em Terceiro Setor subentendemos a existência de um primeiro e de um segundo setor. O Primeiro Setor se refere ao Estado, uma esfera de luta pelo poder político e hegemonia. O Segundo Setor é compreendido pelo mercado, caracterizado pela sua esfera de busca do lucro por meio de uma lógica de acumulação.

O Terceiro Setor é aqui caracterizado como instituições da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos, que atuam em determinados

segmentos, prestando atendimento a diversas demandas. Podem ser caracterizadas como fundações, associações, ONG's, sindicatos, igrejas, dentre outros. Caracterizam-se também pela vinculação de voluntários e pela organização particular. Conforme Soares (2004, p.03), "aquilo que se convencionou chamar de terceiro setor é hoje uma heterogênea gama de organizações e instituições locais, regionais, nacionais e internacionais, que vão desde a associação de moradores local, até uma grande empresa multinacional com responsabilidade social". Atuam cada um em seu segmento e podem ser dimensionadas desde pequenas, de esfera local, a instituições de grande extensão, porém todas com alguma repercussão social de seu trabalho.

Analisar criticamente os fundamentos e as características do Terceiro Setor, e a sua vinculação com as políticas públicas é pensar em dois âmbitos interligados: de um lado encontra-se essa extensão do Terceiro Setor e sua relação com os processos sociais globais e, de outro, a sua relevância diante de um contexto desigual, no qual há um crescimento da pobreza e do desemprego estrutural, além da ausência de alguns serviços públicos básicos.

As posições quanto à inserção do Terceiro Setor na execução de algumas políticas públicas são polarizadas. Um argumento é favorável ao papel do Terceiro Setor, do voluntariado, e do investimento de empresas na área pública; o outro, defende a posição de que, com a crescente atuação do Terceiro Setor no provimento de políticas públicas, pode ocorrer uma diminuição da atuação do Estado na garantia de direitos sociais, transferindo para a sociedade civil organizada uma responsabilidade que seria do Estado. Este argumento é expresso por Soares (2002, p.41):

Por políticas explícitas por parte dos próprios governos, vem assumindo um papel substitutivo ao Estado, sobretudo naqueles lugares mais pobres e afastados, de onde o Estado ou se retirou ou simplesmente não existia. É justamente esse caráter "substitutivo" e não complementar que desmascara as supostas "parcerias entre Estado e sociedade.

As diferentes posições identificam que novos dilemas se constroem em torno das organizações da sociedade civil e o Estado na execução das políticas sociais. Se na década de 1980, a ação das ONG's estava voltada para a busca da

redemocratização política, na década de 1990 a atuação focaliza-se em um desempenho mais direcionado para a oferta de serviços sociais. Essa mudança tem relação com alguns fenômenos que causaram repercussão no Terceiro Setor, como a profissionalização e especialização dos profissionais da área e a adoção de critérios mais rígidos dos organismos internacionais de financiamento para liberação de recursos.

Cabe destacar aqui algumas de suas características e formas de ação do Terceiro Setor, conforme Tenório (2001, p.19;23), essas organizações apresentam uma proximidade considerável do seu público-alvo, com maiores chances de ofertar serviços de que a população realmente necessita, e não somente o que o Estado oferece. O público é atendido com uma maior desburocratização, visto que algumas organizações apresentam estruturas mais reduzidas e não submetidas às burocracias do Estado. Outra questão importante é o fato de ser um setor gerador de emprego e renda, por meio do trabalho remunerado em instituições não governamentais (RIFKIN, 1995, p.19). É necessário ter claro que se trata de um setor extremamente heterogêneo, com atuações desde as mais modernas e atuais tecnicamente na garantia da cidadania, até organizações mais conservadoras com práticas assistencialistas e paternalistas.

É de fundamental importância salientar que o Terceiro Setor desempenha diferentes papéis diante das Políticas Sociais. É o caso das organizações que atuam diretamente com o controle da execução de políticas públicas, cujo objetivo é exigir do Estado, do mercado e, até mesmo da própria sociedade, o cumprimento das leis, ou seja, fiscalizar e efetivar demais reivindicações relacionadas ao seu segmento, podendo ainda dar visibilidade a problemas muitas vezes desconhecidos pela população.

Nessa perspectiva, o Terceiro setor tem um caráter muito mais complementar do que substitutivo. No entanto, segundo Soares (2002, p.42), na maioria das vezes o que realmente ocorre é a articulação com o Estado na execução de políticas públicas, ou a própria execução dessas políticas, sem nenhuma parceria com o Estado, buscando financiamento de terceiros ou demais organismos. Essa articulação ou parceria entre o Estado, organizações financiadoras e organizações sem fins lucrativos, dá-se a partir de repasses financeiros, recursos humanos ou recursos físicos. Todavia, cabe destacar que a parceria faz com que as organizações se tornem submissas aos seus parceiros.

Por fim, cabe destacar a visão exposta por Costa (2003, p.92), afirmando que, por mais que os serviços públicos estejam sendo privatizados, o Estado não pode se eximir de suas responsabilidades. Desta forma, o Terceiro Setor não deve se sobrepor e nem substituir o Estado na execução de suas atribuições, imprimindo uma visão de parceria, e não mais de tutela com o Estado.

## **1.2 AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO: O CONTEXTO DAS ESCOLAS CONFSSIONAIS**

A retração das responsabilidades do Estado no âmbito da educação está imbuída de uma nova relação entre o público e o privado, na medida em que existe uma incorporação do privado nos projetos de parceria e incentivo às iniciativas da sociedade civil. O debate sobre o público e privado é proveniente de uma construção histórica, principalmente no que se refere à educação no país. O sistema educacional segmentado é pautado pelas forças do Estado e do Mercado. O primeiro é compreendido pelo Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e as instituições públicas de ensino. O segundo é composto pelas escolas privadas representadas por: Associação Brasileira de Entidades Mantenedoras, a Associação Nacional das Universidades Particulares, a Associação de Educação Católica do Brasil, o Conselho Geral das Instituições Metodistas de Ensino, a Associação Nacional de Faculdades e Institutos Superiores, dentre outras.

Vieira (2000, p.70) salienta que "a ausência do público no passado revela a presença do privado na educação brasileira desde nossas origens". A autora ainda destaca:

Numa sociedade onde há lugar para a livre iniciativa, a *escola do cidadão* é a escola pública. Ou seja, aquela que deveria formar a todos, independente de etnia, gênero, religião ou classe social. A escola privada, por sua vez, em princípio deve constituir-se como *escola de opção*, aquela para onde convergem os filhos dos cidadãos que desejam uma educação diferenciada para os seus. Mas se a escola do cidadão é despojada de padrões mínimos de qualidade de ensino, para usar os termos da nova LDB (art. 4º), acaba por constituir-se na *escola dos sem opção*. A escola pública torna-se o espaço daqueles que não tem condições materiais de aspirar a uma outra modalidade de educação, cujos serviços não são gratuitos (VIEIRA, 2000, p.71)

A Constituição Federal de 1988 foi significativa para delimitação do campo da educação pública e privada. O art. 206 (III), já citado nesse estudo, tem por fundamento o princípio do "pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino" (BRASIL, 1988). E, na sequência, também delimita a questão da transferência de recursos, não somente para as escolas públicas, mas também para as privadas, conforme segue:

Art. 213 - Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades. Parágrafo 1º- Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade. Parágrafo 2º- As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público. (BRASIL, 1988)

Assim, delimita-se a possibilidade de destinação de recursos para o âmbito privado, com fins públicos, dando fundamento ao art. 209 da referida Constituição que diz: "o ensino é livre à iniciativa privada", considerando que esta deve cumprir as normas gerais da educação nacional e estar aberta à autorização e avaliação do Poder Público (BRASIL, 1988, art. 209, I e II). De forma geral, esses são os principais dispositivos da Constituição que delimitam a questão do público e do privado, estabelecendo o quadro a partir do qual se define a LDB nesse assunto. Sobre a escola pública e privada vale destacar:

Trata o substitutivo de deixar bem clara a distinção entre a escola pública e a escola privada, não para criar embaraços a esta, mas sim para fortalecer aquela. A toda esta liberdade que a Constituição lhe assegura, submetidas apenas ao cumprimento das normas gerais do sistema educacional brasileiro, como não poderia deixar de ser, à autorização de funcionamento e a avaliação de qualidade, pelo Poder Público, pois é inalienavelmente sua esta responsabilidade perante a sociedade. Fora daí, ampla liberdade à iniciativa privada, a começar pela demonstração da sua capacidade e sobreviver autonomamente, sem depender do socorro de verbas públicas, como condição primeira da sua autorização (HAGE, 1990, apud VIEIRA 2000).

Nesse sentido, a LDB também está em consonância com o que é estabelecido na Constituição, no que se refere ao público e privado, reiterando esse princípio de coexistência entre essas instituições de ensino (art. 3º, V). O art. 19 da legislação em foco trata, também, da classificação das instituições de ensino, sendo as públicas, mantidas e administradas pelo Poder Público e, as privadas, mantidas ou administradas por pessoa física ou jurídica de direito privado. Ao delimitar a existência do público e do privado, especificamente, a Lei 9.394/1996 divide em categorias as instituições privadas, conforme seu art. 20:

Art. 20 - As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I- **particulares** em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II - **comunitárias**, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade (Lei nº 11.183/2005)

III - **confessionais**, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem à orientação confessional e ideologia específica e ao disposto no inciso anterior;

IV - **filantrópicas**, na forma da lei.

Diante do artigo citado, é visível a diferenciação entre o ensino público e privado e, além disso, no âmbito privado, a divisão entre escolas particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas. De forma mais focalizada, conforme o objetivo do presente estudo, podemos dizer que as escolas confessionais são vinculadas ou pertencentes a uma confissão religiosa ou à Igreja. Diferencia-se das escolas laicas por basear seus princípios em uma religião, o que proporciona um enfoque maior no trabalho para o desenvolvimento de princípios morais e religiosos nos alunos, trazendo, não só um embasamento em correntes pedagógicas, mas também filosófico-teológico. Atualmente, as escolas confessionais incluem o ensino religioso como uma disciplina da grade curricular.

Comumente as mantenedoras das escolas confessionais incluem-se no Terceiro Setor, sendo pertencentes a associações de direito privado sem fins lucrativos. O novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10/01/2002) em seu art. 53,

expressamente dispõe: "Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos." Esta, portanto, é sua marca peculiar. Szazi (2004), ao explicar o uso da expressão "fins não econômicos", assim registra:

O alvo das atenções é, hoje, a Receita Federal, já que está intrinsecamente ligada à outorga de benefícios fiscais [...] não há vedação legal para que uma associação desenvolva atividades econômicas para geração de renda, conquanto não distribua os resultados apurados entre seus associados, devendo aplicá-lo integralmente na consecução de seus objetivos estatutários. (SZAZI, 2004)

O atual Código Civil institui que as organizações em foco, devem adquirir personalidade jurídica e isso acontece somente como "associações" ou "fundações". Após isso, são assim qualificadas como instituições com o título de "utilidade pública" nas esferas municipal, estadual e federal. Da mesma forma, devem se certificar nos Conselhos de Assistência Social (municipal, estadual e nacional) para pleitearem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

As associações podem ser educacionais, lúdicas, religiosas, culturais, científica, entre outras. A conquista da certificação insere as associações em um regime jurídico específico. Demonstram à sociedade uma maior credibilidade, facilitam o acesso destas para obterem benefícios fiscais, possibilitam o acesso a recursos públicos, assim como a celebração de convênios e parcerias com o poder público. Trata-se de uma forma de fomento, principalmente pelo fato das instituições gozarem de benefícios econômicos, como a dispensa de recolhimento de tributos, por exemplo.

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) é um dos principais certificados e é emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), conforme a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social). Só pode requerer o CEBAS a entidade que atender o art. 2º da referida lei:

Art. 2º - Considera-se entidade beneficente de assistência social, para os fins desta resolução, a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atue no sentido de:

I - proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice;

II - amparar crianças e adolescentes carentes;

III - promover ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência;

IV - promover, gratuitamente, assistência educacional ou de saúde;

V - promover a integração no mercado de trabalho;

VI - promover o atendimento e o assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social e a defesa e garantia dos seus direitos.

Assim, as mantenedoras das escolas confessionais, uma vez que são caracterizadas instituições de direito privado sem fins econômicos, com os títulos que lhe conferem e gozando dos benefícios fiscais que lhe são concedidos, devem estar em consonância com a legislação vigente, bem como ter uma atuação voltada aos seis incisos citados acima. Além desses critérios, outros são emitidos para a concessão do registro:

- estar legalmente constituída no país e em funcionamento;
- estar registrada no CMAS, CEAS, e CNAS;
- aplicar suas rendas, recursos e eventual resultado no território nacional e na manutenção de seus objetivos;
- aplicar as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas;
- aplicar anualmente em gratuidade, pelo menos 20% da sua receita, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruídas;
- não remunerar dirigentes;
- não distribuir resultados, bonificações, dividendos, participações ou parcelas de patrimônio;
- possuir o título de utilidade pública federal.

Muitas instituições que tiveram acesso a todas as certificações solidificaram suas atividades e ampliaram sua rede. As concessões de certificados e títulos é importante não somente pelas isenções que os mesmos possibilitam, como também para o reconhecimento e consolidação do trabalho desenvolvido por essas instituições. Nesse cenário, trataremos a seguir da instituição contratante dos

sujeitos dessa pesquisa, a Associação Brasileira de Educação e Cultura e União Catarinense de Educação, mantenedoras dos Colégios Maristas da PMBCS.

### 1.3 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E UNIÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO: MANTENEDORAS DOS COLÉGIOS MARISTAS

O fundador do Instituto dos Pequenos Irmãos de Maria, atualmente chamado de Instituto Marista, Marcelino José Bento Champagnat, nasceu em 20 de maio de 1789, em Marlihes, na França, e foi canonizado pelo Papa João Paulo II em 1999. Durante o seu período de vida, a Europa era palco de uma crise tanto na sociedade quanto na Igreja. Acabava de eclodir a Revolução Francesa, uma das maiores revoluções da história da humanidade, que difundiu seus resquícios não só na Europa, como no mundo todo.

Segundo Prado (2006, p.18), Marcelino teve um início de vida escolar um pouco conturbado e foi um adolescente praticamente analfabeto. Ele desistiu de frequentar a escola logo no seu primeiro dia de aula, e essa decisão foi tomada após testemunhar um comportamento violento de um professor com um aluno. Então, Marcelino voltou a se dedicar ao seu trabalho na propriedade da família. Ao completar 14 anos, Marcelino iniciou uma vida sacerdotal, passando por dificuldades na aprendizagem.

Um grupo de seminaristas, composto também por Marcelino, gestou a idéia de criar a "Sociedade de Maria". Em uma de suas cartas, Champagnat expressou sua convicção de que a sociedade deveria incluir Irmãos Educadores para trabalhar com as crianças da zona rural, desprovidas de oportunidade de uma educação cristã, das quais ninguém se ocupava.

Sua ordenação sacerdotal aconteceu em 1816 (PRADO, 2006, p.19). Marcelino foi nomeado vigário de La Valla, uma região extremamente pobre. Nessa época, formou os primeiros Irmãos que, em seguida, foram enviados a lugarejos da região com a finalidade de alfabetizar crianças, e até mesmo adultos, trabalhando também a religião. A comunidade foi crescendo, e, em 1824/1825, Marcelino Champagnat construiu uma grande casa de formação, chamada de *Notre Dame de LHermitage*, na qual oferecia formação aos seus discípulos, conforme segue:

Aproveitando, ao máximo, as possibilidades, e de acordo com as exigências legais do momento, Marcelino Champagnat oferecia aos seus discípulos uma formação humana e espiritual, tanto inicial quanto continuada, dando ênfase especial ao aperfeiçoamento dos conhecimentos intelectuais e das habilidades docentes. L'Hermitage, por isso, pode ser considerada o espaço de aprimoramento da pedagogia marista, de seus princípios e de suas práticas (INSTITUTO DOS IRMÃOS MARISTAS NAS ESCOLAS, 1998, p.24).

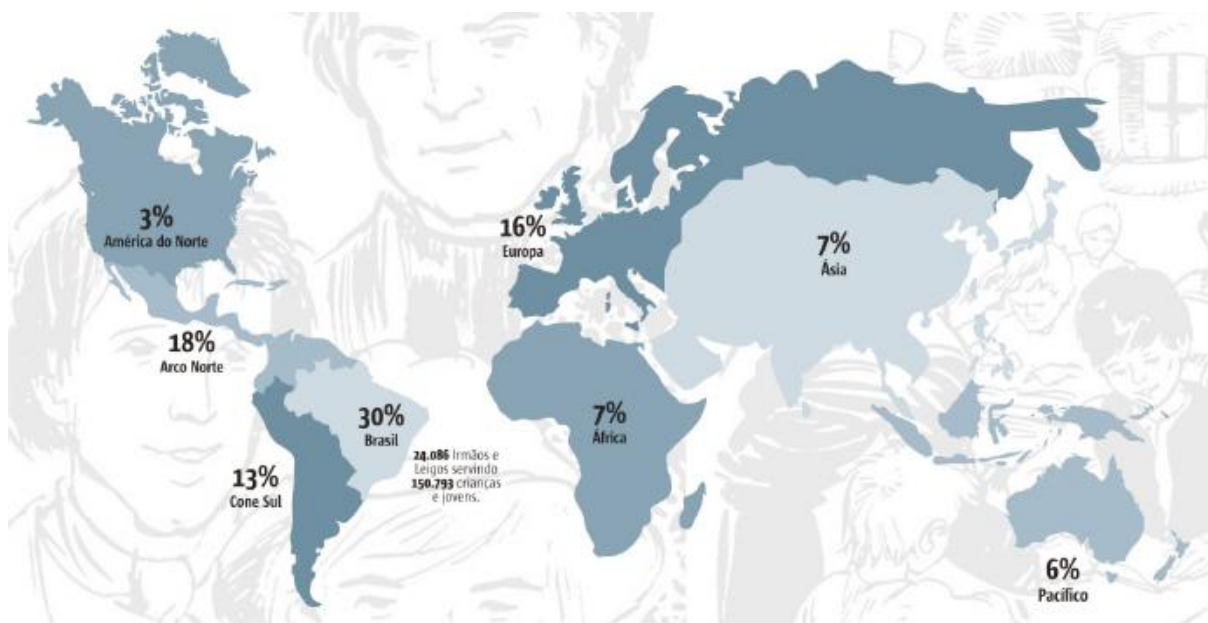
L'Hermitage se tornou o local destinado ao aprimoramento da Pedagogia Marista e, com o tempo, passou a ser o centro de uma rede de escolas primárias e o centro de atividades missionárias. A missão dos Irmãos é: "Tornar Jesus Cristo conhecido e Amado". Era convicto de que "para bem educar as crianças é preciso, antes de tudo, amá-las, e amá-las todas igualmente". Champagnat primava por atitudes de respeito, simplicidade, espírito de família, atitudes com o exemplo de Maria e amor às crianças, dando atenção aos mais pobres. Tinha facilidade em relacionar-se com as pessoas, determinação, dinamismo e, com características de um educador nato, implementou as mais eficazes abordagens pedagógicas da época. Ainda trabalhou a formação contínua de líderes, para capacitar os irmãos, o que colaborou para a extensão dessa Instituição. Com o reconhecimento da "Sociedade de Maria" pela Igreja, os Irmãos partiram em missão para a Oceania.

Mesmo com a morte de Champagnat, a Instituição Marista continuou em amplo crescimento, expandindo-se para diversos países e continentes: Inglaterra (1852); Bélgica (1856); Escócia (1858); África do Sul (1867); Austrália (1871); Nova Zelândia (1876); Canadá (1885); Itália (1886); Espanha (1886); Colômbia (1889);

China (1891); Argélia (1891); Suíça (1893); Brasil (1897); México (1899); e na Argentina (1903). Sobre essa expansão segue a afirmativa:

Durante seus cinquenta e um anos de vida, Marcelino Champagnat trabalhou, à exaustão, para fundar uma família de educadores religiosos. Ele experimentou a cruz em sua vida, com incontáveis decepções, dificuldades e contratemplos, mas suas esperanças e seu ideal continuaram inabaláveis. Quando morreu, no dia 6 de junho de 1840, esta família contava com 290 Irmãos atuando em 48 escolas primárias (INSTITUTO DOS IRMÃOS MARISTAS NAS ESCOLAS, 1998, p.28).

Atualmente os Irmãos Maristas estão presentes em 78 países, localizados na África, América do Norte, Pacífico, Ásia, Cone Sul, Europa, Arco Norte, Brasil. De todos os países, a maior concentração da Missão Marista é no Brasil, com aproximadamente 24.000 Irmãos e leigos (que não têm ordens sacras), atendendo a 200.000 crianças e adolescentes, aproximadamente. (Figura 1).



**Figura 1** – Presença Marista no mundo.

Os Irmão Maristas atuam em todo o mundo por meio de organizações denominadas Províncias. Segundo o autor:

Cada Província Marista é representada por determinado número de mantenedoras, instituições jurídicas que facilitam sua articulação com a sociedade civil e governamental. Elas se responsabilizam pela qualidade de atendimento, coordenação e orientação das Unidades (PRADO, 2006, p. 20)

Nesse cenário de presença Marista, mais especificamente no Brasil, foi criada em Mendes, há 112 anos, no Rio de Janeiro, a Província do Brasil Central, que se estendeu por mais sete estados, e que, posteriormente, foi desmembrada em duas Províncias, a do Rio de Janeiro e a de São Paulo. O trabalho foi, cada vez mais, tomando maiores proporções e se solidificando no país e no mundo. Atualmente no Brasil, a União Marista do Brasil (Umbrasil) unifica o trabalho da Rede

Marista no Brasil, com três províncias e um distrito (Figura 2). Entretanto, por mais que sejam divididas, "a filosofia de trabalho é a mesma em todas elas, mas existem administrações autônomas, a fim de facilitar a missão nas diversas regiões". (PRADO, 2006, p. 20).



**Figura 2** – União Marista do Brasil

Dessa forma, a presença Marista no Brasil se dá por meio de três Províncias: Província Marista do Brasil Centro-Norte, Província Marista do Rio Grande do Sul, Província Marista do Brasil do Centro-Sul e Distrito da Amazônia. Estão difundidas no Brasil por meio de 109 unidades sociais, 74 colégios, 03 Universidades, 02 faculdades, 05 hospitais, 15 centros de convenções e eventos, 07 museus, 13 veículos de comunicação social, 98 teatros e auditórios e 03 editoras. Entretanto, no presente estudo, trataremos especificamente da Província Marista do Brasil do Centro-Sul, na qual está inserida a Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC) e União Catarinense de Educação (UCE).

A ABEC/UCE gerenciam todas as unidades existentes na Província Marista do Brasil Centro Sul, com exceção das PUC's (Pontifícias Universidades Católica) que são administradas pela Associação Paranaense de Cultura (APC). No ano de 2002 a ABEC e a UCE foram unificadas. Vinculada à congregação dos Irmãos Maristas da Igreja Católica, a ABEC/UCE é uma associação de direito privado, de fins educacionais, culturais, assistenciais, religiosos, filantrópicos, sem fins econômicos. Conforme estatuto da instituição, as suas atividades são orientadas

segundo os princípios humanitários e cristãos, seguindo as diretrizes da Igreja Católica e a filosofia educacional São Marcelino Champagnat.

A dimensão filantrópica da ABEC/UCE é operacionalizada por meio da gestão de um setor específico da Associação denominado Diretoria Executiva de Ação Social (DEAS), o qual dinamiza e avalia todos os Serviços, Programas e Projetos. A ABEC/UCE mantém, sob a coordenação do DEAS, 22 Unidades Socioeducativas localizadas em comunidades que apresentam risco pessoal e social, são elas:

- Centro Social Marista (CESOMAR): de Londrina-PR, Maringá-PR, Ponta Grossa-PR, Curitiba-PR, Cascavel-PR, Ribeirão Preto-SP, São Paulo-SP, Campinas-SP, Florianópolis-SC.
- Centro Social e Escola Marista: Brasília- DF
- Centro Educacional e Social Marista (CESMAR): de Caçador,-SC, Chapecó-SC, Jaraguá do Sul-SC, Joaçaba-SC, Pouso Redondo-SC, Itapejara D'Oeste-PR, Dourados-MS.
- Colégio Marista e municipal São José: São José-SC
- Escola Ecológica: em Almirante Tamandaré-PR.
- Centro Social e de Educação Infantil: de Santos-SP, Itaquera/São Paulo-SP, Robru/São Paulo-SP.

Conforme Manual de Procedimentos da ABEC/UCE (2009), publicado para toda a Rede mantida pela instituição, qualquer dessas Unidades pode implementar projetos alinhados, aos serviços e programas institucionais, previamente estabelecidos pelo DEAS. Os Serviços são assim denominados, conforme transcrição íntegra do Manual de Procedimentos da mantenedora:

- Serviço de Aprendizagem Profissional: Desenvolvimento de potencialidades e competências de adolescentes e jovens para o mundo do trabalho.
- Serviço de Apoio Socioeducativo: Implementa projetos que visam potencializar a compreensão e análise crítica dos diversos contextos, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

- Serviço de Educação Infantil: Propicia a consolidação de um processo educativo para crianças pequenas, considerando a cultura da infância nos seus diferentes contextos.
- Serviço de Ensino Fundamental: A educação regular consiste na formação para a cidadania e na construção de significados, considerando a cultura local, as políticas públicas e institucionais.
- Serviço de Orientação Sociofamiliar e Socioeconomia Solidária: Intervenção voltada para a orientação sociofamiliar e para a socioeconomia solidária, com vistas à superação da situação de vulnerabilidade social e alternativa de recursos para a população excluída do mercado formal e informal de trabalho, considerando a interação com a rede socioassistencial.
- Serviço de Formação Juvenil Marista: Destina-se a assegurar a fidelidade ao carisma e à solidificação da missão educativa de formar "bons cristãos e virtuosos cidadãos".
- Serviço à Pessoa Idosa: Destina-se à assistência asilar do idoso, sob a égide dos direitos fundamentais.
- Programa Vida Feliz: Oferece às escolas da rede pública, projetos que atendem aos diferentes atores do processo educativo, tendo em vista a formação de cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.
- Programa Biblioteca e Centro de Informação: Espaço interativo de promoção cultural para acesso à informação e à produção de conhecimento.
- Programa de Formação Continuada: Direcionada aos educadores a fim de constituir um processo de reflexão permanente acerca de suas práticas profissionais.

Além desses Serviços e Programas apresentados, o DEAS também implementa outros em consonância com a Mantenedora, conforme seu Manual de Procedimentos:

- Serviço de Concessão de Bolsa Social para a Educação Básica: Destinação de concessão de bolsa social - parcial ou integral - de estudos mediante análise sócio econômica e parecer técnico.

- Serviço de Formação Juvenil Marista: Destina-se a assegurar a fidelidade ao carisma e à solidificação da missão educativa.
- Programa de Atenção à Família: Apoio financeiro à pessoas físicas em estado de vulnerabilidade pessoal e social.
- Programa de Assessoramento e Apoio Institucional a Entidades Assistenciais: Favorece recursos a Entidades de Assistência Social para o desenvolvimento de projetos e ações, sejam de construção ou de custeio.

Vale ressaltar que os recursos financeiros para a manutenção ou até mesmo ampliação das Unidades Sociais provêm da disponibilização de serviços educacionais da Rede de Colégios Maristas, e também da produção e comercialização dos livros publicados pela Editora FTD e outros. Não cabe ao presente estudo explicar minuciosamente todas as particularidades de cada programa ou serviço prestado pelas Unidades Sociais, mas sim dar uma visão geral quanto a dimensão filantrópica da instituição.

Além da Editora FTD, atualmente a ABEC/UCE gerencia os seguintes Colégios Maristas da Rede:

- Arquidiocesano (São Paulo- SP); Colégio de Brasília (Ensino fundamental); Colégio de Brasília (Ensino Médio); Colégio de Cascavel-PR; Colégio de Criciúma-SC; Frei Rogério (Joaçaba-SC); Glória (São Paulo-SP); Colégio de Londrina-PR; Colégio de Maringá-PR; Paranaense (Curitiba-PR); PIO XII (Ponta Grossa-PR); Colégio de Ribeirão Preto-SP; Santa Maria (Curitiba-PR); Colégio de Santos-SP; São Francisco (Chapecó-SC); São Luis (Jaraguá do Sul-SC).

A ABEC/UCE se dedica primordialmente a atividades de educação de ensino formal e informal em seus diversos graus e "mantém Colégios, Creches, Residências-Comunidade, Centros de Formação e Juventude, Centros Comunitários e Sociais, Meios de Comunicação Social tais como editoras, revistas, jornais, emissoras de rádio e televisão" (art. 2º, Estatuto ABEC, 2005). O Estatuto estipula que o desenvolvimento de suas ações podem acontecer de forma direta ou indireta, podendo haver ou não estabelecimento de parcerias com Órgãos Públicos e até mesmo outras organizações não-governamentais.

Ao tratar mais especificamente dos Colégios Maristas, esses são definidos pela instituição como centros educativos católicos (escolas confessionais) que a Igreja, por meio do Instituto dos Irmãos Maristas, promove a formação integral de seus alunos. O seu estilo formativo é assim definido:

O Colégio Marista oferece às famílias uma proposta educativa em que se harmonizam fé, cultura e vida, na ótica do Pe. Marcelino Champagnat. Essa Proposta insiste nos valores de abnegação de si mesmo e de abertura a outros. Apresenta a cultura como meio de comunhão entre os homens e o saber como dever de serviço (INSTITUTO DOS IRMÃOS MARISTAS NAS ESCOLAS, 1998)

Acrescentamos também a Missão Educativa Marista, assim constituída:

Discípulos de Marcelino Champagnat, Irmãos e Leigos, juntos na missão, na Igreja e no mundo, entre os jovens, especialmente entre os mais abandonados. Somos semeadores da Boa-Nova com um estilo próprio, na instituição escolar e em outras estruturas de educação, olhamos para o futuro com audácia e esperança (INSTITUTO DOS IRMÃOS MARISTAS NAS ESCOLAS, 1998).

A proposta é formar o educando em todas as dimensões da pessoa humana: dimensão física e estética, afetiva, cognitiva, comunitária e social, ético-valorativa e transcendente. Os Colégios contam não somente com uma grande equipe pedagógica, composta por professores, assessores pedagógicos, dentre outros, como também uma equipe administrativa, formada por diversas áreas. Esta equipe dá base ao desenvolvimento dos trabalhos realizados na Instituição, como um todo. Busca promover aos seus alunos, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, métodos pedagógicos que os instigam à reflexão, pesquisa, argumentação, além de possibilitar vivências de situações que os auxiliam na formação humana. Conforme Prado (2006, p.27), nos ambientes Maristas, são incentivadas "atividades de convivência e integração" e, também ressalta que "na comunhão de interesses, partilha e vivência, desenvolve-se a consciência de pertencer a uma comunidade, superando o espírito de competição e o individualismo".

A rede de Colégios Maristas é uma instituição sólida que, desde sua fundação, se insere no âmbito educacional. Os profissionais leigos pertencentes à rede buscam, juntamente com os Irmãos Maristas, promover a missão educativa da instituição colaborando para seu pioneirismo nessa área, bem como o aprimoramento, a medida que a própria sociedade vai se modificando. É nesse contexto que se insere os Assistentes Sociais, em uma instituição do Terceiro Setor, associação de direito privado, de fins educacionais, culturais, assistenciais, religiosos, filantrópicos, sem fins econômicos.

## 2 O TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

### 2.1 O SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

Fazer uma apreciação sobre o trabalho profissional do Serviço Social é, em primeiro lugar, substituir a abordagem focalista da profissão com visões superficiais. É ampliar a compreensão da profissão, como um conjunto de determinantes que compõem a forma desse trabalho, particularizando suas características. "O processo de trabalho em que se insere o Assistente Social não é por ele organizado e nem é exclusivamente um processo de trabalho do Assistente Social, ainda que nele participe de forma peculiar e com autonomia ética e técnica" (IAMAMOTO, 1998, p.107). O trabalho profissional é corporificado por meio dos objetos de atuação, saber específico que produz socialmente a profissão, e dos produtos resultantes, advindos das atividades sociais que permeiam todo o processo, resultando na assimilação da identidade profissional, um conhecimento mais aprofundado sobre o que é ser Assistente Social.

Gentili (2006, p.25) descreve o trabalho do Assistente Social como todo o fazer profissional que abrange: metodologias, utilização do arsenal técnico da profissão, diretrizes de ação, de comunicação e de prestação de serviços aos usuários. É nesse âmbito que se operam as condições de geração dos produtos do trabalho profissional, que por sua vez, estão circunscritos na esfera dos direitos.

O Serviço Social é caracterizado como uma especialização do trabalho, inscrito na divisão social e técnica do trabalho coletivo, na produção e reprodução da vida social. Um trabalhador assalariado que dispõe de uma relativa autonomia na condução de suas atividades profissionais. Chamamos de relativa autonomia, pelo fato dela ser tensionada pela venda da força de trabalho, que pode ser destinada a empregadores distintos como, por exemplo, "o Estado (e suas distintas esferas de poder), o empresariado, as organizações de trabalhadores e de outros segmentos organizados da sociedade civil" (IAMAMOTO, 2007, p.215). Os sujeitos contratantes estabelecem, juntamente com o assistente social, o significado social do seu trabalho, considerando suas funções diferenciadas na sociedade.

Ainda que a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho se preserve nas várias inserções ocupacionais, o significado social do seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas. Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho, interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como seus efeitos na reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2007, p.215)

Ao ingressar-se no mercado de trabalho, a venda da força de trabalho do Assistente Social gera um valor de uso, por responder a uma necessidade social e expressar um resultado, e um valor de troca, expresso no salário (IAMAMOTO, 2007, p.217). Segundo Marilda Vilela lamamoto:

O trabalho do assistente social inscreve-se em outras relações que extrapolam o universo do capital na sua forma produtiva de mais-valia. Na órbita do Estado, a alienação, enraizada na divisão do trabalho, manifesta-se sob formas particulares, como o já indicado, impregnando as atividades dos servidores públicos. Também nos ramos da divisão do trabalho em que o capital assume as formas de mercadoria e de dinheiro - no comércio e nas atividades financeiras -, o trabalho, a ele submetido, interfere no tempo de circulação do capital, acelerando a sua rotação, mas não atua na criação de mais-valia, ainda que o trabalho aí realizado esteja inscrito no universo do valor. O mesmo vale para as formas rentistas e mais parasitárias do capital, como a renda fundiária e as atividades financeiras voláteis (IAMAMOTO, 2007, p.430)

Enquanto um profissional assalariado, o Assistente Social incorpora os parâmetros da instituição empregadora, se inclui em sua política salarial, de jornada de trabalho e missão institucional, além de definir determinadas atribuições concernentes à política do empregador. Os empregadores devem também oferecer os "recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho e recortam as expressões da questão social que podem se tornar a matéria da atividade profissional" (IAMAMOTO, 2007, p.218). A identidade do Serviço Social está estritamente relacionada ao processo de trabalho profissional, originado no âmago da sua atuação.

Todavia, as atividades desenvolvidas sofrem outro decisivo vetor de demandas: as necessidades sociais dos sujeitos, que condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformam em demandas profissionais, re-elaboradas na óptica dos empregadores no embate com os interesses dos cidadãos e cidadãs que recebem os serviços profissionais. (IAMAMOTO, 2007, p.219)

A atuação profissional é permeada por esses "vetores da demanda", por isso a afirmação da relativa autonomia na execução de seu trabalho. Em sua cotidianidade, o Assistente Social possui um conjunto de singularidades nos distintos campos de atuação, os quais fazem com que o profissional tenha um processo de trabalho abastado e complexo, que, conforme Gentilli (2006, p.23), incluem não somente a racionalidade do trabalho industrial, como também a racionalidade da "intermediação" decorrente da aceitabilidade da atuação que exerce. O profissional de Serviço Social se depara com inúmeras ocasiões "normalizadoras", diante da grande variabilidade de situações que emergem em um mesmo campo de atuação profissional. Nessa perspectiva, a autora ressalta:

A possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício profissional do assistente social - moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo - decorrente da *relativa autonomia* de que ele dispõe, resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. A efetivação dessa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados: a instituição estatal (Poder Executivo e Ministério Público Judiciário e Legislativo); as empresas capitalistas; as organizações político-sindicais; as organizações privadas não lucrativas e as instancias públicas de controle democrático (Conselhos de Políticas e de Direitos, conferências, fóruns e ouvidorias), que sofrem profundas metamorfoses social em tempo de capital fetiche. (IAMAMOTO, 2007, p.220)

O Assistente Social precisa sim, adequar-se a determinadas exigências do próprio mercado de trabalho, entretanto, isso não pode ser um fator alienante para o profissional. A relativa autonomia deve ser potencializada ao ponto de garantir a execução de um projeto profissional coletivo impregnado de história e embasado em princípios e valores radicalmente humanistas, com sustentação em forças sociais.

Ao tratarmos do mercado de trabalho para o Assistente social, devemos ressaltar que o mesmo se insere em espaços ocupacionais distintos, nos quais exercem suas atribuições profissionais, porém, dependem das "representações e discriminações teóricas que o profissional realiza acerca do objetivo organizacional e institucional" (GENTILLI, 2006, p.24). A principal, mas não única função do Serviço Social, é a execução de programas de políticas sociais vinculadas a organizações governamentais e não-governamentais, normalmente destinadas a uma específica camada da população, ou seja, voltadas para os mais pobres. Em sua cotidianidade, ele atua com singularidades vivenciadas por um indivíduo, famílias, grupos ou determinados segmentos da população.

As formas de expressão da realidade profissional no mercado de trabalho são diversas. Nas organizações públicas, por exemplo, o profissional é inserido nas três instâncias (federal, estadual e municipal), desenvolvendo atividades nas áreas de saúde pública, assistência social, previdência social, trabalho, reabilitação profissional, habitação, educação, programas afetos à área da infância e adolescência, pessoas com deficiência, saúde mental, educação ambiental, saneamento básico, educação sanitária, dentre outros.

O mesmo acontece com os espaços não-governamentais, pois neles o profissional também se insere nas diversas áreas vinculadas à garantia de direitos da população. É um profissional chamado a mobilizar pessoas para uma ação social voltada a mudanças sociais. Faleiros (2006, p.43) acrescenta: "é na ótica da cidadania que se pode articular a defesa e a implementação de direitos sociais, com a movimentação social e política de uma rede que coloca em ação organizações da sociedade, conselhos, promotorias e atendimentos diversos". Assim se justifica a indissociação do Serviço Social com a noção da cidadania e com um projeto societário. Portanto, trata-se de trabalhar a possibilidade de inclusão dos diversos segmentos da sociedade que, por sua vez, foram excluídos de determinados direitos para a garantia da cidadania.

Além desses espaços, o Serviço Social também enfrenta novos desafios em outras atividades consideradas emergentes, tais como:

Nas novas especializações médicas; nos sindicatos e associações trabalhistas; em atividades de meio ambiente; em educação especial de deficientes; na formação e administração de recursos humanos; em assessoria de programas de administração para qualidade total de serviços; no estabelecimento de estratégias de planejamento; nas entidades assistenciais ou filantrópicas; nos conselhos de representação; em organismos de defesa de direitos diversos, etc. (GENTILLI, 2006, p.41)

Com a amplificação das demandas voltadas ao Assistente Social, a própria visão da sociedade sobre as atribuições do Serviço Social vai se transformando. Além da execução de projetos e serviços, realizam "ensino, pesquisa, planejamento, assessoria técnica em políticas públicas governamentais, não-governamentais e patronais, ocupando chefias intermediárias e cargos de comando em empresas privadas e órgãos públicos" (GENTILLI, 2006, p.41).

Os Assistentes Sociais atuam em uma esfera privada dos sujeitos singulares, a fim de lutar por direitos da cena pública, potencializando a participação popular, segundo a afirmativa da autora:

O Serviço Social tem também um efeito que não é material, mas é socialmente objetivo. Tem uma objetividade que não é material, mas é social. Por exemplo, quando o assistente social viabiliza um acesso a um óculos, uma prótese, está fornecendo algo que é material e tem uma utilidade. Mas o assistente social não trabalha só com coisas materiais. Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos. Os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem sempre se corporifiquem como coisas materiais autônomas, ainda que tenham uma objetividade social, expressando-se sob a forma de serviços (IAMAMOTO, 2001, p.68)

O enfrentamento das problemáticas mediadas pelo profissional de Serviço Social deve ser pautado a partir de uma análise da dinâmica de relações entre as distintas classes sociais e o Estado, o jogo de forças sociais presentes na sociedade. Iamamoto (2007, p. 221) destaca a importância do profissional lançar o olhar para um horizonte mais amplo, com o objetivo de apreender o movimento da sociedade e as necessidades sociais ali produzidas, para assim iluminar as particularidades dessa especialização do trabalho no cenário das relações de

classes. Para tanto, segundo Iamamoto (2007, p.221) é fundamental que o profissional disponha de competência teórico-metodológica, a fim de garantir a leitura da realidade e atribuir visibilidade "aos fios que integram o singular no coletivo quanto o conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais", e isso se processa juntamente com a sensibilidade e vontade política que movem as ações.

Para assumir esse olhar mais amplo vinculado ao movimento das classes sociais do Estado e toda sua relação com a sociedade, é necessário romper com a visão endógena da profissão, uma visão particularista formada nos muros da profissão. Para Montano (2007, p.30):

Esta linha de pensamento representa um caminho que é metodológica e teoricamente equivocada, na medida em que: 1) considera um número tão vasto de "antecedentes" do Serviço Social que perde qualquer perspectiva crítica da história da profissão; 2) não consegue explicar por que desapareceram aquelas práticas filantrópicas e caritativas, segundo essa tese, teriam dado lugar ao (e, portanto teriam sido substituídas pelo) Serviço Social profissional; 3) não visualizam que se dá uma ruptura do significado, da funcionalidade e da legitimação entre aquelas práticas filantrópicas, voluntaristas, e o Serviço Social, quando o assistente social aparece como um trabalhador assalariado, como um profissional (o único elemento diferenciador entre os "antecedentes" e o "Serviço Social profissional" é, nessa tese, a própria racionalização, organização e tecnificação desta última); 4) com o argumento de que surgimento da "questão social" deu lugar a gênese do Serviço Social, não se consegue explicar como há mais de um século de distância entre aquelas e este - o Serviço Social surge nos anos 1890-1940, na Europa Ocidental e nos EUA, criando-se, em 1925 a primeira escola Latino-Americana, no Chile, e apareceu no Brasil na segunda metade dos anos 30. Enquanto isso as refrações da "questão social" apareceram com forte e maciço impacto, já na instauração da Revolução Industrial.

A tese endogenista vincula a legitimidade da profissão somente às especificidades da sua prática profissional. Certifica que a especificidade do Serviço Social estaria dada pelo "seu objeto, pelo método próprio ou pelo seu fundamento na prática de campo, pelos seus objetivos, etc" (MONTANO, 2007, p.55). Isso proporciona mais uma característica ilusória, principalmente ao pensarmos nos tradicionais campos de atuação do Assistente Social como: saúde, criança e adolescente, idoso, trabalho, dentre outros. Considerar essas especificidades é

como congelar os espaços de intervenção do profissional, fazendo com que sempre sejam os mesmos, isso desde a gênese da profissão. Sobretudo, essa visão impede que os profissionais incorporem novas áreas que se tornam emergentes no cotidiano, bem como novas estratégias de intervenção e análise da questão social.

Deste modo, interpretar o Serviço Social a partir de uma visão endógena significa ter um olhar de dentro para dentro da própria profissão. É ficar dentro dos muros das suas ditas especificidades, o que ocasiona um desempenho praticista, neutro e apolítico por parte do profissional, e que, por sua vez, dá continuidade a uma perspectiva profissional inflexível, sem movimento sobre as respostas que já foram dadas às necessidades sociais.

Em oposição à visão endogenista, está a perspectiva histórico-crítica, vinculada à visão de totalidade, assim definida:

A profissão é compreendida como um produto histórico, e não como um desenvolvimento interno das formas de ajuda, descontextualizada ou apenas, no melhor dos casos, inserida numa realidade social; ela é produto e reprodutora das relações sociais (MONTANO, 2007, p.31).

Logo, a legitimação da profissão está estritamente vinculada, diante de uma ordem monopólica, a dar respostas a determinadas necessidades sociais, e também pela existência de instituições que tenham o objetivo de contratar esses profissionais para dar tais respostas. Isso porque o Assistente Social tem uma função política, moralizadora e de cunho educativo. É função do empregador organizar o processo de trabalho em sua totalidade, fazendo articulações e distribuindo as diversas funções, diante da divisão social e técnica do trabalho, entre o conjunto dos demais assalariados.

Além disso, o autor supracitado sustenta a afirmativa de um processo histórico e dinâmico que, mesmo tendo uma necessidade social e conseqüentemente uma demanda profissional ou institucional do mercado, deve existir um processo de conversão, de reanálise, com a finalidade de transformar essas necessidades sociais em demandas repensadas e reivindicações da população. Essa conversão, por sua vez, vai possibilitar que as respostas às necessidades sociais assumam a forma de políticas e serviços sociais, que promovam a universalização e garantia de direitos públicos, dentre outros.

A justificativa desse tipo de profissional especializado advém do contexto da hegemonia do capital industrial e financeiro, e das conseqüentes manifestações da questão social. O Assistente Social, por sua vez, faz a mediação entre população, Estado e mercado, partindo do pressuposto de que, segundo lamamoto (2001, p.21), "as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho".

Frente à afirmativa de que "as possibilidades estão dadas na realidade", ressaltamos que a questão social, com suas múltiplas refrações, entra em cena como o objeto de trabalho profissional do assistente social, lançando um olhar para sua atuação no sentido de promover a garantia dos direitos e defesa dos interesses das pessoas que vivem do trabalho.

Conforme lamamoto (2001, p.58), a questão social deve ser pensada com o intuito de decifrar a gênese das desigualdades sociais, a partir de um contexto de equidade. A desigualdade deve ser compreendida enquanto algo indissociável a concentração de renda, da violência, do desemprego, de ampliação da precarização das relações de trabalho, da pauperização e das diversas formas de exclusão social. Além disso, ao pensar na questão social é relevante também refletir sobre as formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos. Para que tal análise se internalize, o profissional deve romper com o empirismo e buscar constantemente um desenvolvimento profissional capaz de formá-lo com um olhar de analista social, apto para construir respostas às demandas vigentes, para estar próximo da população atendida e, mais próximo ainda, dos interesses da coletividade. É essa dimensão política presente na atuação do Assistente Social que pode proporcionar a não alienação das atividades e romper com relações tuteladas.

O desconhecimento dessa fonte de demanda, colabora para que o profissional "deixe de ser sujeito de suas ações e consciente dos efeitos que elas possam provocar nos processos sociais e das múltiplas expressões da questão social" (IAMAMOTO, 2001, p.101). Desta forma, é de fundamental relevância a busca constante de conhecimento, pesquisa crítica e criadora, a partir de uma perspectiva de visão da totalidade da realidade, principalmente da população a qual se dirigem os serviços sociais, análise da conjuntura, e a relação das classes com os

distintos segmentos do capital, integrando com os fundamentos teóricos e metodológicos da profissão, e suas claras perspectivas ideo-políticas e éticas. A autora ressalta:

É na dinâmica das relações entre as classes sociais e destas com o Estado e a sociedade inclusiva - na praxis social - que se encontram a fonte das problemáticas a serem enfrentadas e a chave de suas soluções. Assim, é lançando um olhar para um horizonte mais amplo, que apreenda o movimento da sociedade e as necessidades sociais aí produzidas, alvos potenciais da atuação do assistente social, que se torna possível iluminar as particularidades dessa especialização do trabalho na trama das relações de classes. E desentranhar dos processos sociais uma nova agenda profissional e inéditos desafios que impulsionem a consolidação do projeto do Serviço Social brasileiro. (IAMAMOTO, 2007, p.221)

Nas últimas décadas, houve uma movimentação da categoria profissional no sentido de construir uma nova agenda profissional, adequada criticamente às exigências dos novos tempos, principalmente por meio de um combate ao tradicionalismo. As legislações de base como, por exemplo, no Código de Ética Profissional (Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993) e a Lei de regulamentação da profissão de Serviço Social (Lei 8.662/93), conjugaram não somente um novo olhar sobre a autonomia profissional, como também a definição de valores humanistas, éticos, e o estabelecimento de atribuições e competências. Conforme os princípios expostos no Código de Ética da profissão, transcritos na íntegra:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Os princípios fundamentais do Código de Ética profissional enfocam, pois, o compromisso com a liberdade, bem como a intenção de luta no campo democrático, para o estabelecimento de uma nova ordem societária e um novo modo de operar o trabalho profissional. Rompe com o conservadorismo, instaura um novo projeto profissional e afirma um compromisso com a cidadania, e isso deve ser pensado na cotidianidade profissional.

É preciso demonstrar, no tempo miúdo do trabalho cotidiano, nas situações singulares com que o assistente social se defronta no exercício profissional - situações essas carregadas tanto de dimensões universais quanto particulares - a viabilidade da direção social impressa ao projeto do Serviço Social brasileiro: seu potencial renovador da profissão na afirmação dos direitos sociais dos cidadãos e cidadãs, na atenção e no respeito às suas necessidades e interesses que, por inúmeras mediações, se transmutam em demandas sociais e profissionais. E com isto, avançar na legitimação da profissão na sociedade, na apropriação e ampliação dos espaços ocupacionais, reforçando a identidade do assistente social. (IAMAMOTO, 2007, p. 233)

O Assistente Social é o profissional da participação, que busca a efetivação de uma sociedade propositiva e questionadora, e atua em canais formais de poder decisório à sociedade civil e, dessa forma, dá base ao seu papel de educador político. Diante desse papel, o profissional deve ter um plano teórico-metodológico clarificado, com vistas à capacitação para atuar por meio de suas competências, diante de uma variada esfera de interferências da questão social. É impreterível o desenvolvimento de pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade social e o acompanhamento de processos sociais. As projeções coletivas da categoria profissional objetivadas em suas ações têm em sua base os conhecimentos teórico-metodológicos e princípios éticos concernentes ao Serviço Social, os quais vão alimentar essas projeções profissionais, bem como materializar sua dimensão teleológica de trabalho. É nesse campo que se encontra o dilema, chamado por Iamamoto (2007, p. 416-417) entre "causalidade e teleologia".

Esse dilema é subjetivamente apreendido pelos profissionais de campo, ao nível da percepção cotidiana, de forma dualista, expressa no recorrente reclamo do distanciamento entre projeções e realidade, entre teoria e prática. Mas essa "denúncia" aponta duas questões de maior relevância: a) a existência de um campo de mediações que necessita ser considerado para realizar o trânsito da análise da profissão ao seu exercício efetivo na diversidade dos espaços ocupacionais em que ele se inscreve; b) a exigência de ruptura de análises unilaterais, que enfatizam um dos pólos daquela tensão transversal ao trabalho do assistente social, destituindo as relações sociais de suas contradições.

Deste modo, é mister ressaltar que o profissional enfrenta contingências do seu trabalho "em migalhas", caracterizados pela fragmentação, improvisação consequente de imediatismos profissionais, todavia, atendem às demandas tanto em sua coletividade, quanto na singularidade, por meio da prestação de serviços sociais. Sobretudo, não existe um processo de trabalho do Serviço Social existe, sim, "um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado" (IAMAMOTO, 2007, p.429), considerando o fato do trabalho ser uma atividade de um sujeito vivo, que realiza suas capacidades e possibilidades.

No tocante à população usuária, o Assistente Social se posiciona enquanto mediador das demandas desse público, proporcionando a acessibilidade aos serviços sociais, conforme complementa Gentilli (2006, p.128-129):

São os "relacionamentos" profissionais e sociais (no interior da organização) que possibilitam o assistente social estabelecer vinculações que articulam os serviços que asseguram - para seus usuários - benefício e valores que fundamentam a lógica da cidadania. Ao realizar tal atividade profissional, interfere diretamente em conflitos sociais: em que cada usuário protagoniza individualmente dramas que se repetem infinitas vezes; em que as histórias de vida de cada um decorrem de problemas oriundos do confronto entre iguais e desiguais, tanto na esfera econômica e social quanto na jurídica e política.

Segundo a autora, o profissional se tornou capacitado ao exercício do relacionamento, e das mediações que o mesmo proporciona, com plenas habilidades de aplicação das normas institucionais. Situa-se no intermédio entre a esfera pública e privada, intervindo nos espaços domésticos de conflitos cotidianos, presentes nas relações sociais. Iamamoto (2007, p.428) faz uma contribuição nesse sentido que merece menção. Segundo ela, com a intersecção entre o público e o privado, o Assistente Social pode ser interpretado diante de duas possibilidades: uma pode considerar sua atuação como "invasão de privacidade", diante de algumas condutas burocráticas e autoritárias, por ser uma extensão do braço coercitivo do Estado ou da empresa; outra alternativa é dar visibilidade, por meio de seu trabalho e do conseqüente desvelamento da vida dos indivíduos, às possibilidades que são abertas para o acesso da população usuária a serviços e recursos, além de acumular informações concernentes às expressões da questão social, por meio do estudo social.

Nesta perspectiva, face à amplitude dos espaços de atuação profissional, não podemos dizer que existe uma especificidade do Serviço Social - como afirma a tese endogenista-, isto significa remeter a imutabilidade das atribuições a um caráter não histórico da profissão. O que existem são particularidades, relacionadas aos desdobramentos da inserção profissional na divisão sócio-técnica do trabalho e das suas características históricas, dinâmicas e tendenciais (MONTANO, 2007, p.155). O referido autor assim define:

Particularidade, no seu real sentido, não como exclusividade/inclusividade, mas mediada pela inserção da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho, mediada pela sua significação social, pela sua funcionalidade, pela sua inclusão no universal. Particularidade dada pela sua história - portanto, histórica, não imutável -, pela sua gênese e processo, inserido no desenvolvimento social mais amplo. As profissões sim possuem particularidades, mas estas não derivam de diferentes objetos para cada uma ou de diferentes esferas ou "recortes" particulares da realidade social para cada profissão. Ou seja, as particularidades de cada profissão não derivam das particularidades do ser social - atribuindo cada particularidade a cada profissão -, mas da particular forma de inserção profissional na divisão sócio-técnica do trabalho.

Isso remete, também, à cultura profissional, à direção social do seu projeto ético-político hegemônico, à organização político-corporativa e à inserção nos espaços ocupacionais no mercado de trabalho. A visão da particularidade amplia o universo de análise profissional, proporcionando a recrudescimento de novas demandas e saturando as análises críticas sobre as demandas atuais.

Expandir os campos de intervenção, identificar novas demandas, estender as práticas rotineiras desenvolvidas nos "velhos" campos, prover o estudo das novas respostas tanto às demandas já existentes quanto, às que emergem, é imprescindível para os novos tempos. A busca constante de qualificação pode proporcionar uma auto-avaliação sobre a base de sustentação funcional-ocupacional do Assistente Social. (MONTANO, 2007, p.197). À medida que a sociedade se transforma, novas problemáticas emergem, e um imobilismo teórico-prático por parte do profissional não conseguiria apresentar respostas a tais necessidades. O Serviço Social não deve ser pensado como algo terminado, totalmente esgotado em suas análises, robotizado mas, sim, diante de um contexto histórico dialético, gerador de fenômenos que afetam grupos da sociedade.

## 2.2 O COTIDIANO: ESPAÇO DE TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

A relação do Assistente Social com a população se processa no campo das relações expressas na vida cotidiana com as mudanças societárias. A cotidianidade se configura nesse estudo como uma das categorias de análise da

pesquisa pois, conforme Gentili (2007, p.14), as singularidades cotidianas vivenciadas pelos profissionais expressam, nas externalidades e nas aparências das microrrealidades de cada campo de atuação ou de cada programa de trabalho, as articulações, os nexos e as mediações entre trivialidades e "substâncias" da vida social e da profissão, constituindo-se espaços nos quais todas as possibilidades estão postas, seja para construir as mudanças desejadas, seja para conformar as que já vieram.

A vida cotidiana se configura como o espaço do ser humano na sua particularidade, meio no qual ele desenvolve suas possibilidades de reprodução social. Ao conhecer o homem nesse espaço, conhecemos também a sua totalidade. É na esfera do cotidiano que identificamos traços das questões mais simples e mais complexas que caracterizam a vida humana. Segundo Heller (2004, p.17), a vida do homem inteiro é a vida cotidiana, pois todos os aspectos da individualidade e personalidade do homem são evidenciados na cotidianidade, e é por meio do cotidiano que o homem coloca em funcionamento seus sentidos, habilidades, intelectualidade, sentimentos e ideologia.

A vida cotidiana pode ser apresentada diariamente nas suas múltiplas cores e faces, isto é:

- \* A vida dos gestos, relações e atividades rotineiras de todos os dias;
- \* um mundo de alienação;
- \* um espaço do banal, da rotina e da mediocridade;
- \* o espaço privado de cada um, rico em ambivalências, tragicidades, sonhos e ilusões;
- \* um modo de existência social fictício/real, abstrato/concreto, heterogêneo/ homogêneo, fragmentário/hierárquico;
- \* a possibilidade ilimitada de consumo sempre renovável;
- \* o micromundo social que contém ameaças e, portanto, carente de controle e programação política e econômica;
- \* um espaço de resistência e possibilidade transformadora. (NETTO; CARVALHO, 2000, p.14)

Tomando por base Berger e Luckmann (2000, p.36) a vida cotidiana também pode ser assim definida:

O mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles.

Para os mesmo autores, o mundo da vida cotidiana é complexo e sujeito a múltiplos condicionantes; são informações advindas de todos os lados, que, somadas, promovem o ciclo de gestação dessa vida cotidiana.

A significação da vida cotidiana se configura, à luz de Heller (2004, p.18), como heterogênea e igualmente hierárquica. É heterogênea pelo fato de, na vida cotidiana, o homem desenvolver as mais variadas atividades, tais como: a organização do trabalho, da vida privada, do descanso, das relações sociais, do intercâmbio e da purificação. O caráter hierárquico corresponde ao fato do homem estabelecer prioridades no desempenho de suas atividades, organização essa que se modifica de modo específico, em função das diferentes estruturas econômico-sociais. Portanto, o amadurecimento do homem se dá quando ele "adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão" (HELLER, 2004, p.18).

A autora afirma ainda que o adulto deve ter domínio sobre as coisas mais simples da vida cotidiana, como "segurar o copo e a beber no mesmo", sendo que isso já significará a assimilação da manipulação das coisas e, conseqüentemente, das relações sociais. Complementa que:

Se a assimilação da manipulação das coisas é já condição de "amadurecimento" do homem até tornar-se adulto na cotidianidade, o mesmo poder-se-á dizer - e pelo menos, em igual medida - no que se refere à assimilação imediata das formas de intercâmbio ou comunicação social. Essa assimilação, esse "amadurecimento" para a cotidianidade, começa sempre por grupos (em nossos dias, de modo geral, na família, na escola, em pequenas comunidades). E esses grupos *face-to-face* estabelecem uma mediação entre indivíduo e os costumes, as normas, e a ética de outras integrações maiores" (HELLER, 2004, p.19).

No grupo o homem aprende os elementos da cotidianidade, aprende as relações sociais e as reproduz enquanto instrumento de sobrevivência. A sobrevivência não é só singularidade, pois o homem é ser particular e genérico. "A particularidade expressa não apenas seu ser isolado, mas também seu ser individual" (HELLER, 2004, p.20). A dinâmica básica dessas particularidades, por sua vez, é a satisfação das necessidades do "Eu" (dores, fome, afetos e paixões, dentre outros) e, dessa forma, o homem particular tem características próprias, vontades e motivações singulares. É por meio da particularidade que o homem se

apresenta à vida cotidiana e ele necessita desenvolver as características que venham proporcionar sua vivência na comunidade. O contrário também se vê, pois nenhuma comunidade existiria sem o homem particular.

O homem genérico também está em todos os seres vivos, "mais precisamente em toda atividade que tenha caráter genérico, embora seus motivos sejam particulares" (HELLER, 2004, p.21). A genericidade é alcançada quando o próprio homem, por meio do conhecimento, tem uma relação consciente com seu gênero humano, isto é:

Também enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano, mas o representante do humano- genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe nação, humanidade) - bem como, frequentemente, várias integrações - cuja parte consciente é o homem e na qual se forma a consciência de nós. (HELLER, 2004, p.21)

Sobre a elevação do indivíduo ao gênero é importante ressaltar:

Na vida dos indivíduos é um fato excepcional a elevação do indivíduo ao gênero; a esmagadora maioria dos homens não realiza essa experiência. Não chega à consciência, mantém-se muda a unidade vital de particularidade e genericidade. Este fato deixa de ser excepcional quando há situações históricas excepcionais; mesmo aqui, esta possibilidade atinge poucos. (NETTO; CARVALHO, 2000, p.27)

Desse modo, a questão do processo de transição da particularidade para a genericidade está intrinsecamente ligada à passagem do homem inteiro (muda relação de sua particularidade e genericidade) para o inteiramente homem (unidade consciente do particular e do genérico).

Devido à necessidade natural de autoconservação, o homem tem características, motivações e pontos de vista particulares, todavia, esse homem particular tem uma relação alienada com o mundo, por não dar conta da sua totalidade. Assim, ao contrário da particularidade, a genericidade é a inserção do homem consciente de si, de seu gênero e do mundo. Agnes Heller (2004, p.21)

menciona que a passagem do particular para o genérico só vai ocorrer quando houver o rompimento com a cotidianidade. Na vida cotidiana, a esmagadora maioria da humanidade jamais "deixa de ser muda unidade vital de particularidade e genericidade. Os dois elementos funcionam em si e não são elevados à consciência" (HELLER, 2004, p.23). Netto e Carvalho (2000, p.27) exemplificam essa retórica ao falar da intensidade de uma grande paixão, um grande amor, um trabalho livre e prazeroso, uma intensa motivação do homem pelo humano genérico, resultando na suspensão do cotidiano. O trabalho, a arte, a ciência e a moral são as quatro formas, especificadas por Heller (2004, p.23), para a suspensão da vida cotidiana. Todavia, como advertem Netto e Carvalho (2000, p.28):

A suspensão da vida cotidiana não é fuga: é um circuito, porque dela se sai e se retorna a ela de forma modificada. À medida que estas suspensões se tornam freqüentes, a reapropriação do ser genérico é mais profunda e a percepção do cotidiano fica mais enriquecida. Nesta suspensão, a singularidade se conhece como partícipe da universalidade (totalidade). O indivíduo sente, mesmo que temporariamente, a plenitude existencial, a plenitude de comunhão consigo próprio, com os homens e com o mundo.

Neste sentido, por mais que essa suspensão seja temporária, ainda assim ela permite ganhos para a consciência, com a possibilidade de transformação do cotidiano singular ao coletivo.

É no cotidiano que vamos construir a nossa existência diante dessa percepção da humanidade, da identidade particular e das distinções estabelecidas com o outro em um determinado território. A territorialidade atribuída ao cotidiano traz ao indivíduo significações, a partir do momento em que as relações estabelecidas com os seres humanos trazem um retorno com significados aos indivíduos, tanto no âmbito particular, quanto no humano-genérico. Como decorrência de tal afirmativa, é possível compreender que o cotidiano torna-se o ambiente no qual a identidade é construída.

Frente às definições construídas, Heller (2004, p.37) ressalva que é o âmbito da vida cotidiana que mais se presta à alienação, devido à muda coexistência entre particularidade e genericidade: "o homem devorado por e em seus papéis pode orientar-se na cotidianidade a do simples cumprimento adequado desses papéis. A assimilação espontânea das normas consuetudinárias dominantes

pode converter-se por si mesmo em conformismo". Entretanto por mais que a vida cotidiana se constitua em um espaço propício à alienação, isso não significa que toda ela é necessariamente alienada.

A vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais. Em todas as épocas, existiram personalidades representativas que viveram numa cotidianidade não-alienada; e, dado que a estruturação científica da sociedade possibilita o final da alienação, essa possibilidade encontra-se aberta a qualquer ser humano (HELLER, 2004, p.39).

Esta afirmativa implica também no oposto, isto é, que necessariamente todo homem se tornará humano-genérico em suas principais atividades, mas que a hierarquia espontânea da vida cotidiana "pela produção, sociedade, pelo posto do indivíduo na sociedade" (HELLER, 2004, p.40) vai possibilitar um movimento do indivíduo nesse sentido. "A condução da vida supõe, para cada um, uma vida própria, embora mantendo-se a estrutura da cotidianidade; cada qual deverá apropriar-se a seu modo da realidade e impor a ela a marca de sua personalidade" (HELLER, 2004, p.40).

Em consonância a isso e, conforme Netto e Carvalho (2000, p.28), destacamos que a vida cotidiana está inserida na história, entretanto, ela se modifica e também modifica as relações sociais. O direcionamento dessas modificações vai depender estritamente da consciência que os homens portam da sua própria essência e dos valores presentes ou não ao seu desenvolvimento.

A escolha do cotidiano como categoria para análise dessa pesquisa parte das ponderações já elencadas, bem como da sua intrínseca relação com o exercício profissional. Pautando-se nisso e no conceito de totalidade, é relevante ressaltar:

A análise do processamento do trabalho do assistente social não adquiriu centralidade e nem foi totalizado nas suas múltiplas determinações, estabelecendo-se uma frágil associação entre os fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional cotidiano, uma vez que este abrange um conjunto de mediações que não foram algo privilegiado na referida produção (IAMAMOTO, 2007, p.214).

Para objetivar a perspectiva da totalidade, faz-se necessária essa dialética associação do cotidiano com os fundamentos do Serviço Social. Essa associação muitas vezes não acontece, pois no cotidiano podem ser apresentadas facilidades, cujas conseqüências podem chegar a inverdades e superficialidades. A burocracia cotidiana também colabora com essa questão. Frente a isso, é imprescindível que o Assistente Social desenvolva seu olhar crítico sobre a cotidianidade.

Respostas funcionais às situações, que não demandam o seu conhecimento interno, mas tão-somente a manipulação de variáveis para a consecução de resultados eficazes o que conta não é a reprodução veraz do processo que leva a um desfecho pretendido, porém o desfecho em si; no plano da cotidianidade, o critério da utilidade confunde-se com o da verdade (NETTO, 1987, p.67).

Falar de "manipulação de variáveis" no cotidiano remete à discussão sobre a ética e também faz sobressair a própria insegurança do profissional, não somente diante de uma bagagem teórico-metodológica fragmentada, como também da própria situação conjuntural na qual o profissional se insere. A essa análise, acrescentamos o fato do profissional de Serviço Social ter uma relativa autonomia, vender sua força de trabalho, mantendo uma distinta relação com seus empregadores, o que pode favorecer a alienação e a vulnerabilidade diante das ingerências do poder institucional, e assim, o profissional se vê inserido no universo alienado da cotidianidade. Na realidade, até mesmo as políticas sociais "não têm o poder de reverter as desigualdades e não são capazes pela sua própria natureza, de propiciar a suspensão da cotidianidade nos níveis da [...] arte, ciência e do trabalho criativo" (IAMAMOTO, 2007, p.280). A ruptura dessa alienação por parte dos profissionais provém, conforme Martinelli (1989, p.125), de um "pensamento crítico reflexivo". Faleiros (2002, p.97) complementa que o confronto estratégico de propostas no cotidiano, por parte do Assistente Social, é alcançado mediante a adoção de uma metodologia teórico-prática capaz de abranger a análise da conjuntura, das forças, do objeto do Serviço Social, da instituição.

Para que ocorra o redimensionamento e ampliação do espaço profissional em um competitivo mercado de trabalho, é mister ter um olhar que permita ir além das fronteiras imediatas das atividades efetuadas cotidianamente,

apreendendo os processos sociais, as mudanças conjunturais, identificando também, por meio delas, novas possibilidades e exigências para o trabalho.

O espaço privilegiado de intervenção profissional do assistente social é o cotidiano, o dia-a-dia do trabalho, um ambiente no qual surgem as mais variadas demandas, algumas de exigências imediatas. Trata-se de um espaço permeado por relações, no qual o profissional deve ter intimidade e confiança suficiente para conseguir atuar em meio dele. Netto e Carvalho (2000, p.51), inferem que, muitas vezes, os profissionais buscam seu referencial de ação nas complexas relações sociais de reprodução e dominação, "ignorando o cotidiano como palco onde estas mesmas relações se concretizam e se afirmam". Os autores ainda enunciam que os assistente sociais buscam a totalidade fora da vida cotidiana, esquecendo-se de que é o cotidiano que contém a totalidade e é nele que se processam as mediações entre o particular e o global, entre o singular e o coletivo.

Além disso, à luz de Gentilli (2006, p.67), dizemos que o profissional de Serviço Social, a partir das expectativas de desempenho originadas tanto da formação profissional e do mercado, quanto das próprias atribuições, geram uma confluência para uma prática que, muitas vezes, pode ser contraditória entre si.

No mercado de trabalho, as representações sobre a identidade profissional têm sido, não raro, expressas e problematizadas como "falta de identidade profissional"; dificuldades concretas no trato com as relações sócio-técnicas; dificuldades de congruência entre o que os profissionais acreditam ser a "teoria" e a "prática" profissionais. Estabelecem-se, como representações realizadas a partir de duas referências "externas", ou seja, a partir de definições estabelecidas pelos "outros" da profissão, com os quais interagem: uma referência oriunda da formação profissional acadêmica e outra decorrente das demandas profissionais estabelecidas por aqueles que contratam seus serviços. (GENTILLI, 2006, p.67-68).

A dificuldade citada acima é identificada pela autora como algo derivado da impossibilidade de articular, de forma imediata, o pensamento com a ação, a atividade prática e teórica, ou seja, a constituição do processo de cotidianidade.

A prática funciona apoiada em generalizações provisórias, tradicionais, consolidadas pela confiança, pela fé ou pelo preconceito. Cabe à teoria, portanto, enfrentar os problemas que se apresentam no dia-a-dia da profissão, para oferecer saídas mais efetivas e eficientes para o exercício profissional. (GENTILLI, 2006, p.68).

Em consonância à fala da autora, a falta de identidade profissional está estritamente relacionada ao fato do profissional esgotar seu trabalho por meio da operacionalização dos serviços aos usuários, sem avançar essa prática já instituída. Com isso, o assistente social não vai além dos limites de sua prática, bem como não identifica as possibilidades de atuação existentes em sua prática cotidiana, o que poderia gerar novas formas de agir profissionalmente. Frente a isso, muitos profissionais se vêem imersos em atividades com características eminentemente pragmáticas, burocráticas e quantitativas, dando à profissão um cunho meramente executório. Tornam-se profissionais do papel em detrimento da relação, da escuta aprofundada. É imprescindível enriquecer o tratamento teórico do exercício profissional, considerando-o em suas múltiplas determinações e mediações, no âmbito da práxis social.

Essa problematização é apontada por Gentilli (2006, p.69) com uma gênese a partir de três questões básicas. A primeira está relacionada à falta de conhecimento especializado suficiente em relação ao seu campo empírico: "À concepção de que o discurso teórico é considerado inadequado ou insuficiente para 'explicar' o cotidiano da prática profissional, assim como 'defasado' para a formação teórica 'adequada' ao exercício profissional". A segunda questão é referente às dificuldades que se situam desde a finalidade do profissional até a compreensão da articulação entre teoria e prática. Já a terceira questão, segundo a autora, faz alusão às inadequações ou descontextualizações das formulações teóricas que não respondem às demandas por uma inovação dos instrumentos, das técnicas e das metodologias profissionais.

A precariedade existente para garantir respostas teóricas mais precisas e elaboradas sobre a realidade profissional, tanto no sentido de atender às demandas da realidade postas pelo mercado quanto de construir uma atuação menos improvisada e mais eficiente do ponto de vista teórico, constitui um problema que aqui emerge com muita força e sobre o qual as instituições formais, sobretudo as unidades de ensino, não podem fechar os olhos. (GENTILLI, 2006, p.70)

A tendência a um débil desenvolvimento e desatualização teórica não pode ser explicada, conforme Montano (2007, p.105), somente pela existência de profissionais formados, com currículos defasados tanto na teoria quanto na prática, considerando a evolução que a profissão tem sofrido. Essa tendência também não pode ser atribuída ao pouco interesse por parte dos profissionais em se atualizarem, mesmo que em muitos casos isto possa acontecer. O principal elemento que explica essa tendência está ligado à demanda social/organizacional feita ao assistente social.

Com isso percebemos primeiramente, que o tipo de demanda encaminhada ao assistente social, por parte do contratante - que fragmenta e autonomiza a realidade social, que transforma a "questão social" em "problemáticas" isoladas, as contradições estruturais em "disfunções" individuais, as conseqüências em causas, a "demanda social" em "demanda por serviços institucional-profissionais", os processos imediatizados pela luta de classes em questões imediatas e emergenciais -, usualmente não exige conhecimento teórico-crítico das teorias sociais e atualização acadêmica, numa perspectiva de totalidade, que permita o domínio dos fundamentos da "questão social". Exige, sim, conhecimento apurado de técnicas e informações dos recursos organizacionais, tanto quanto da população atendida, com a qual estabeleça uma boa relação de empatia, e sólidos conhecimentos setoriais. Pede-se ao assistente social atividades de triagem, encaminhamento, relatórios, comunicação e divulgação das ações, coordenação de grupos etc., ou seja, respostas imediatas a demandas emergenciais. (MONTANO, 2007, p.106).

Por outro lado, o profissional qualificado e crítico, comprometido com seu trabalho, não fica conformado com as demandas imediatistas e rotineiras. O objetivo é ir além delas, desenvolvendo uma outra prática, capaz de incorporar as demandas, mas que as transcenda, "atingindo a compreensão das verdadeiras causas das necessidades/demandas da população e intervindo nesta perspectiva de totalidade" (MONTANO, 2007, p.107).

O Assistente Social não deve ver seu espaço de atuação somente sob a ótica da demanda profissional já consolidada socialmente, considerando apenas a expectativa organizacional sobre o seu papel. É preciso um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriando-se "das possibilidades teórico-práticas abertas à profissão pela própria dinâmica da sociedade" (IAMAMOTO, 1992, p.104).

Dessa forma, por meio de uma ação investigativa, o cotidiano do assistente social deve ser constantemente analisado com base em uma teoria sólida, de forma a gerar práticas sociais inovadoras, mediadas por uma visão totalizante da realidade. O próprio objeto, considerando sua universalidade, deve pautar a perspectiva da totalidade por parte do profissional, a fim de apreender a realidade concreta na sua complexidade.

### 3 O SERVIÇO SOCIAL E A ESCOLA: UM OLHAR SOBRE O FAZER PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS COLÉGIOS MARISTAS DA PROVÍNCIA MARISTA BRASIL CENTRO-SUL

#### 3.1 O SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR

A inserção do Assistente Social no espaço da escola deve ser pensada, segundo Almeida (2000, p.2), "não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação no mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação às estratégias de luta pela conquista da cidadania".

No Brasil, a inserção do Serviço Social no espaço da escola se deu, mesmo que timidamente, ainda na década de 1930. Pinheiro (1985, p.46) ressalta em sua obra, que o Governo do Estado de Pernambuco promulgou um ato, nessa época, no qual determinava que as Assistentes Sociais eram "agentes de ligação entre o lar e a escola". Era competência do Serviço Social atuar nas relações sociais no que se refere à sociabilidade das famílias com baixa renda e cuidados relacionados à moral, buscando adequá-los aos padrões comportamentais vinculados aos valores dominantes. O Serviço Social na Escola, implementado nos Estados Unidos em 1907, influenciou consideravelmente a prática do Serviço Social brasileiro, nesse espaço. O método adotado na época era o de Serviço Social de Caso, efetuado com pais e alunos.

Iamamoto (1992, p.27) documenta que, nas décadas de 1940 e 1950, expressões da questão social como analfabetismo, evasão escolar e pauperismo, eram também identificadas na escola e vinculadas à área de atuação do Assistente Social, o que fez com que o profissional fosse identificado como necessário no contexto escolar. É nesse período que o Assistente Social, efetivamente, ocupa esse espaço, juntamente com os demais *lôcus* de atuação profissional, como saúde, empresa, jurídico.

A profícua atuação dos Assistentes Sociais nesse espaço e as evidentes refrações da questão social, pautaram novas discussões para a inserção profissional no espaço da escola. Projetos de Lei foram criados em diversas cidades

do país, estudantes de Serviço Social produziam pesquisas sobre o assunto e o tema começava a fazer parte dos debates nos Congressos da categoria.

Após anos de análise, em 1961, foi promulgada a LDB que, em seu Capítulo XI, intitulado "Da Assistência Social Escolar", legitimou a inserção do Serviço Social nesse espaço organizacional. O art. 91 da referida legislação, dispõe que: "A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, - através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade". Em 1973, por meio do Decreto 72.846, foi regulamentada a profissão de Orientador Educacional, a qual, em um primeiro momento, causou desconforto aos profissionais de Serviço Social, mas depois influenciou na inserção de Assistente Social, em uma equipe multiprofissional, cujas competências deveriam ser minuciosamente definidas. O artigo 1º desse Decreto assim estabelece:

A orientação educacional se destina a assistir ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito das escolas e sistemas escolares de nível médio e primário visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.

Independentemente dos espaços conquistados, dos Projetos de Lei criados e das amplas discussões concernentes à área, houve uma diminuição, a partir de meados da década de 1980, da presença de Assistentes Sociais no espaço escolar. Foi ocasionada pela precarização do trabalho, pela oferta de emprego em outras áreas, como a saúde, por exemplo, a qual ofertava melhores salários. Em alguns estados houve uma diminuição significativa de representação da categoria na área da educação.

Em meados da década de 1990, outros projetos de Lei foram criados para a inclusão do Assistente Social no quadro de funcionários de escolas. Houve maior articulação com Cursos de Serviço Social e até mesmo os Conselhos Regionais de Serviço Social. Entretanto, com a promulgação da LDB de 1996, os artigos concernentes à inclusão do Assistente Social no espaço da escola (art. 90 e 91) foram revogados.

Durante todo o processo histórico da profissão lutou-se pela regulamentação do trabalho do Assistente Social nas escolas. A redação dos Projetos de Lei elaborados no decorrer dos anos foram evoluindo, à medida que a própria base teórico-metodológica do serviço social também progrediu. Um dos projetos mais recentes em nível federal, o PL 837/2003, incluiu novos elementos no que se refere à composição de equipes com profissionais de diferentes áreas e a delimitação do número de profissionais contratados, conforme o número de alunos na escola. Em seu artigo 2º se lê:

A equipe de atendimento e orientação profissional será constituída de acordo com as seguintes distribuições:

- I - até 200 alunos, um profissional de cada uma das áreas referidas;
- II - acima de 200 e até 600 alunos, um psicólogo e dois assistentes sociais;
- III - acima de 600 alunos, manter a proporção estabelecida no inciso II.

Vale lembrar do Projeto de Lei 060 de 2007 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas escolas públicas de educação básica, que seria apresentado no dia 20 de maio de 2009 para votação no Senado, a qual foi adiada. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), manifestou-se publicamente a favor da aprovação dessa proposta.

A escola pública, enquanto um espaço sócio-ocupacional do Assistente Social, deve sim contar com os dispositivos legais a fim de garantir tal prática. Na escola, tanto pública quanto privada, as contradições da sociedade são expressas de forma mais intensa. Por exemplo, precarização das condições de trabalho dos docentes; gravidez na adolescência; existência de vítimas de violências (física, psicológica, sexual, negligência); expansão do voluntariado no campo educacional e a conseqüente desprofissionalização da assistência; dependência química; prática do narcotráfico no ambiente escolar; insubordinação dos alunos aos limites e regras da escola; perda do atrativo da educação como um meio de ascensão social e demais situações de vulnerabilidade social. Consideramos também a relação do Assistente Social para operacionalização das políticas de enfrentamento a pobreza, é preciso manter vínculos institucionais com as diversas

instâncias do meio educacional, como secretarias de educação e com as próprias escolas. Destarte torna-se cada vez mais necessário que a escola tome para si a sua função social, aproximando a família do seu contexto escolar. CFESS (2001, p.11) assim afirma:

O baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar, dentre outros, têm sido citados como as grandes dificuldades de avanço destes alunos. As mais diferentes literaturas têm demonstrado que estes indicadores não se constituem em fatores exclusivamente relativos à escola, e sim fatores que estão aliados a outras formas de expressão dos problemas de âmbitos social enfrentados pelo educando e sua família. O enfrentamento desses problemas constitui-se no grande desafio do sistema de ensino público brasileiro, pois se é responsabilidade e dever do Estado prover a Educação Pública, garantindo o acesso e a permanência do aluno na Escola, conseqüentemente faz parte de sua competência dotar o sistema da infra-estrutura necessária para que seja assegurada a efetivação deste direito.

Diante desse cenário, a escola também é espaço de conflitos, limites e possibilidades. A explanação de Guerra (2005, p.24) permite concluir que o Assistente Social é um profissional, cuja formação proporciona a ele capacidades para atuação nessa realidade, tanto no segmento público quanto privado de educação, bem como nas demais áreas, pelo fato de dispor de conhecimentos que permitem responder às demandas sociais, analisar e compreender a realidade social; por ter princípios éticos que redefinem sua postura profissional, e domínio de instrumental técnico-operativo que subsidiam suas ações.

O Parecer Jurídico 23/00, de 22 de outubro de 2000, incluso na publicação do CFESS (2001, p.13), dispõe sobre as atividades técnicas profissionais que o Assistente Social deve desenvolver no espaço escolar (descrição na íntegra):

- Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;

- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;

- Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;

- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais;

- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4 e 5 da Lei de Regulamentação da profissão.

A partir desses exemplos, vale ressaltar que a intenção do presente estudo não é simplesmente delimitar as competências do profissional nesse âmbito, como se fosse algo imutável e inflexível, mas sim expor as possibilidades de atuação, considerando que o Assistente Social contribui de inúmeras formas no contexto escola-família-comunidade, a partir de uma perspectiva de totalidade. Também não podemos identificar essa atuação como exclusiva das escolas públicas, uma vez que trata-se de um público, distinto em alguns aspectos, entretanto, isso não significa que o profissional não tenha demandas similares na escola privada. A variabilidade pode estar nas respostas e nas formas de enfrentamento que cada classe social tem ao seu alcance e se utiliza para "resolver" os mesmos problemas.

Pensar na tríade escola-família-comunidade é desenvolver a reflexão da ação do profissional neste foco. A preocupação do profissional nessa área não está voltada somente aos problemas sociais emergentes, mas também às questões que, independente do grau, reiteram a pobreza social e política dos alunos e suas famílias, conforme segue:

Em qualquer campo de trabalho que atue, o Assistente Social apóia-se no compromisso em lutar pela garantia de direitos e contribuir para o crescimento social, político e cultural dos sujeitos. Especificamente no campo da educação, o Serviço Social assume como perspectiva trabalhar, também, o desenvolvimento do aluno -o despertar desse público como formadores de opinião, transformadores do seu cotidiano, responsáveis por seus atos, construtores de idéias inovadoras, questionadores da sua realidade e participes ativos da sua história (SOUZA, 2005, p.30)

Analisar a conjuntura por meio de uma visão totalizante, diagnosticar, por meio do seu cotidiano, é criar caminhos e abrir espaços para uma atuação mais eficaz e com resultados palpáveis. É preciso compreender a realidade para nela atuar significativamente. Para tanto, é importante que o profissional atue diretamente com os usuários e com os grupos existentes, como grêmios estudantis, associação de pais, conselhos escolares, dentre outros, apoiando sua nucleação e facilitando o diálogo necessário entre as partes. A política educacional deve ser reflexo de uma participação efetiva das famílias e da comunidade, com canais eficientes de comunicação e com vistas a gestão democrática.

Sobre esse foco, Souza (2005, p.30) ainda explicita que, diante de uma realidade social com suas múltiplas representações e linguagens, e enquanto núcleo de ação do Assistente Social, é fundamental o desenvolvimento de proposições, planejamento e execução de projetos sociais voltados à ótica do respeito, da diversidade humana e da ética, para o fortalecimento da cidadania e da democracia.

### 3.2 A REDE DE COLÉGIOS MARISTAS DA PROVÍNCIA MARISTA BRASIL CENTRO-SUL E O SERVIÇO SOCIAL

É a partir do estudo reiterado e crítico das práticas cotidianas dos Assistentes Sociais, que encontramos o caminho para, além de conhecer e analisar o modo de fazer do profissional, construir, com base na fundamentação teórica, as possibilidades de novas práticas, neste caso, do Serviço Social em um escola privada. O Assistente Social é desafiado, juntamente com o empregador, a constituir as propostas de trabalho a partir das demandas emergentes. No que concerne a essa legitimação das suas atribuições no âmbito cotidiano, as Assistentes Sociais pesquisadas elencaram suas atribuições, auferidas diante desse processo de inserção na Rede de Colégios Maristas.

Conforme já citado, o campo empírico da pesquisa se constitui de quatro Colégios Maristas da Província Brasil Centro-Sul, os quais têm em seu quadro de colaboradores, Assistentes Sociais contratadas. Segue uma breve descrição dos Colégios:

O Colégio Marista Arquidiocesano, está localizado na cidade de São Paulo-SP, e foi fundado em 1858. Entretanto, os Irmãos Maristas passaram a administrá-lo a partir de 1908. Oferece cursos desde a Educação Infantil ao Ensino Médio (Figura 3).



**Figura 3** – Colégio Marista Arquidiocesano

O Colégio Marista Paranaense, localizado em Curitiba-PR, passou a ser administrado pelo Irmão Maristas, em 1938. Por 44 anos o Colégio funcionou em regime de internato, alterado, posteriormente, para externato para ambos os sexos, a alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio. (Figura 4)



**Figura 4** – Colégio Paranaense

O Colégio Marista Santa Maria, de Curitiba-PR, teve seu primeiro ano letivo em 1925. Com o passar dos anos, o espaço físico do Colégio foi se tornando insuficiente para sua demanda, e, em 1984, foi inaugurado um novo edifício, mais amplo. (Figura 5)



**Figura 5** – Colégio Santa Maria

O Colégio Marista de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, foi construído em 1937, quando ainda era denominado Colégio Nossa Senhora Aparecida. Só em 1961 o Colégio passa a ser chamado como Colégio Marista de Ribeirão Preto.



**Figura 6** – Colégio de Ribeirão Preto

A contratação efetiva dos profissionais de Serviço Social, não somente nesses, mas nos demais Colégios Maristas da Rede, foi objetivada principalmente pela característica não-governamental da instituição. As isenções fiscais que são garantidas pela sua natureza lhe conferem o papel de executor de políticas públicas, nesse caso específico, a garantia do direito à educação. No mínimo 20% da receita bruta anual da Associação é aplicada em filantropia. A maior parte desta aplicação é destinada às Unidades Sociais existentes, com vistas a abertura de novas Unidades. Uma parte dessa porcentagem é destinada à concessão de Bolsas Sociais parciais e integrais para alunos e novos alunos dos Colégios. Destarte, no segundo semestre de 2005, os Assistentes Sociais foram inseridos, no Núcleo Administrativo dos Colégios, com o objetivo inicial de atuar diretamente com o processo de concessão de Bolsas Sociais. Segundo Manual de Procedimentos da ABEC/UCE (2009, p. 113):

Os Colégios também desenvolvem práticas de assistência social, por meio do Serviço de Concessão de Bolsas Sociais para Educação Básica, parciais ou totais, a partir da análise sócio-econômica e parecer técnico do assistente social.

As diretrizes operacionais que norteiam o programa de Concessão de Bolsas Sociais são previamente definidas pela mantenedora, que anualmente revisa com os Diretores Gerais, Gerentes Administrativos e Assistentes Sociais, os procedimentos que devem ser cumpridos naquele ano. Dessa forma, a padronização nos processos e cumprimento de uma parte da filantropia, é aplicada também em toda a Rede Marista de Colégios. O principal objetivo do referido programa, conforme elencado pela instituição, é a ampliação do acesso à educação Marista para famílias sem condições financeiras de arcar com os custos dessa educação. Nesse caso, a intenção não é desenvolver um programa de descontos ou uma estratégia com finalidade comercial, mas sim um programa de cunho filantrópico.

Sinteticamente, o Serviço de Concessão de Bolsas Sociais parciais ou totais, segue uma metodologia própria, conforme procedimentos administrativos (2009, p.116-117) já estipulados pela mantenedora, são eles: após divulgação da abertura do processo de Bolsas Sociais via edital, afixado no próprio espaço do colégio, os interessados retiram um Requerimento de Bolsa Social para o

preenchimento. O Requerimento preenchido é entregue no Colégio (em um setor específico pré-determinado, normalmente na Tesouraria ou com a própria Assistente Social), juntamente com a documentação solicitada. O pedido é protocolado mediante a conferência dos documentos. A partir do momento que o pedido foi protocolado e está completo, tanto no preenchimento do requerimento, quanto na documentação solicitada, o Assistente Social faz a análise sócio-econômica, emite um parecer de deferimento ou indeferimento, pautado nos critérios utilizados para análise, e indica a porcentagem de bolsa ideal para cada caso. O posicionamento final da porcentagem de bolsa a ser destinada é dado por uma Comissão composta pela Direção Geral, Gerência Administrativa, Direção educacional e Assistente Social do colégio.

Diante dessa esplanação e, no que concerne a legitimação das suas atribuições no âmbito cotidiano, as Assistentes Sociais pesquisadas elencaram suas atribuições, auferidas diante do processo de inserção em uma escola privada.

*"A primeira e grande demanda é a questão das bolsas: análise dos processos de bolsa, estruturar, na verdade, uma política de bolsas para o colégio. Quando eu falo e penso em uma política de bolsa, eu penso em delinear uma metodologia, é foi uma das coisas iniciais que eu fiz. Dei uma sistematizada, criei uma metodologia pra poder fazer essa seleção, e pra fundamentar meu parecer, porque seria muito mais fácil esse diálogo junto com a comissão. Tenho uma metodologia elaborada, onde tem os critérios que eu utilizo, eu dou peso para cada indicador que eu utilizo para análise, ainda que a DERC (Diretoria Executiva da Rede de Colégios) e de um modo geral utiliza muito a questão da per capita, que é o principal indicador. Eu também utilizo de outras questões pra poder agregar, fundamentar, esse parecer, essa sugestão de deferimento. Essa é a grande demanda do Assistente Social no colégio, mas no decorrer desse período a gente começou e desenvolver outras atividades" (Sujeito A).*

*"Trabalhamos com as bolsas sociais, com estudos que são feitos para concessão de bolsas, aí outras atividades foram surgindo, além das bolsas [...]" (Sujeito D).*

A partir da fala do entrevistado (sujeito A) percebemos que o mesmo identificou uma necessidade de ter uma metodologia que dê embasamento e sustentação para execução da política de concessão de bolsas, principalmente no

âmbito da análise sócio-econômica, a qual se configura como competência do profissional de Serviço Social. Nesse caso, o embasamento teórico-metodológico do entrevistado fundamentou na criação de mais instrumentos auxiliares na análise e emissão do parecer social, além dos já estipulados pela mantenedora. Em sua fala, o entrevistado (Sujeito A) cita o fato de utilizar de outras questões para poder agregar, fundamentar a emissão de um parecer social, bem como a sugestão de deferimento do processo. Isso vem demonstrar a capacidade que o profissional tem de ir além ao que já está disposto em sua cotidianidade.

Em consonância com o que foi elencado pelo entrevistado (Sujeito A), e como complemento, o processo de concessão de bolsa é clarificado:

Assim, compreendemos o "processo de concessão de bolsa de estudos social" como uma ação que implica a garantia de um direito, a construção de um instrumental metodológico - com critérios seletivos transparentes e efetivos - e a elaboração de procedimentos para sua operacionalização, assim sendo: a atividade de atendimento- ou exercício de seleção - que, por sua vez, implica no jogo intersubjetivo que se estabelece entre os dois grupos de sujeitos que constituem este processo: de um lado, o estudante e, de outro, o profissional (SILVA, 2007, p.12).

A referida autora destaca a importância da elaboração de procedimentos para a operacionalização do processo de bolsa, que nesse caso também é composto pela análise. Essa fala demonstra a efetivação das competências do profissional de Serviço Social, conforme dispõe a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8.662/93), a qual assegura essa competência de "análise" citada pelo entrevistado. Segundo o art. 4, inciso XI, é competência do Assistente Social: "realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades".

Ao indagarmos sobre a delimitação das atividades que são prioridades e com um maior nível de complexidade, para o Assistente Social dentro do Colégio, a classificação foi assim obtida:

*"Para mim, o processo de bolsa é a minha prioridade com a instituição. Pois somos cobrados no dia a dia pela mantenedora, nos monitoramentos, na "coisa" da perfeição". (Sujeito C).*

*"Bom, o mais complexo é a análise de concessão de bolsas aqui no colégio, isso é a prioridade! Aí vem o atendimento individualizado dos pais[...]" (Sujeito B).*

Os assistentes sociais assumem como prioridade o desenvolvimento do processo de concessão de bolsas dentro do Colégio e ressaltam a responsabilidade que têm diante do processo, para que o mesmo seja perfeitamente desenvolvido, até mesmo pela exigência e "cobrança" da própria instituição. Essa informação denota o principal motivo da contratação dos profissionais, o que é percebido pelos Assistentes Sociais.

À luz da Lei 8.662/1993, em seu artigo 4, inciso I, constitui competência do Assistente Social "elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidade e organizações populares". Tal afirmativa é exemplificada a partir da fala dos entrevistados:

*"Hoje a questão de bolsa não é que não seja complexo, eu acho até difícil você priorizar quem recebe e quem não recebe o percentual de bolsa. E indicar o percentual, não são coisas fáceis. Você acaba decidindo sobre vida... então hoje eu já trabalho com isso de uma forma mais tranqüila" (Sujeito A).*

*"Acho que uma das principais contribuições do Serviço Social nesse âmbito, é a inclusão de alunos de renda baixa. É a possibilidade deles estudarem no colégio" (Sujeito B).*

Ao efetivar a política de concessão de bolsas, nesse caso identificada como uma prioridade na execução de suas atividades, o profissional colabora para a garantia do direito constitucional à educação.

Por outro lado, independente do profissional de Serviço Social ser um dos principais gestores do processo de concessão de bolsas, mesmo assim ele não dispõe de autonomia, nem relativa, nessa atribuição específica. Segundo o entrevistado:

*"A minha principal dificuldade e limite está no fato de termos que trabalhar naquilo que está exatamente nos procedimentos. Vamos supor você tem que fazer o trabalho que está ali tabelado, você não pode sair daquilo, quando eu entrei, eu tinha outra experiência, outro conhecimento em relação a bolsas de estudos. [...] Eu acho que o trabalho da assistente social é muito limitado, mas isso é uma característica geral da própria profissão, não é específico do colégio" (Sujeito B).*

A característica da não autonomia profissional é exemplificada com a fala do Assistente Social, o qual aborda sobre a inflexibilidade de alguns procedimentos referentes ao processo de concessão de bolsa, inflexibilidade essa que é remetida como uma característica de toda a categoria profissional. Uma autonomia tensionada pela venda da força de trabalho. Enquanto um profissional assalariado, as atribuições do Assistente Social vêm de encontro com as necessidades sociais elencadas pelo empregador, que, por sua vez, delimita o foco sobre o qual o trabalho do Assistente Social deve incidir.

A falta de autonomia pode, por muitas vezes, inflexibilizar o trabalho desempenhado pelo profissional, impedindo-o de desenvolver novas práticas ou até mesmo colaborar com idéias que possam vir agregar determinados procedimentos. Assim, a rigidez vem cercear a atuação do profissional, transformando seu trabalho em algo eminentemente executório.

Por outro lado, é de fundamental importância a elaboração, por parte da instituição empregadora, dos procedimentos a serem desenvolvidos pelo Assistente Social, especificamente nos processos de concessão de bolsa social. Isso dá garantia de padronização à instituição, bem como de organicidade, e, acima de tudo, proporciona o cumprimento de dispositivos legais direcionados as organizações sem fins econômicos. Sobre isso, o entrevistado relata:

*"Mas algumas coisas eu acho que estão caminhando, já estão mais delineadas, já reconhecem, já tem uma referência para a questão de bolsas. Até criamos uma ficha específica para cada um que tem desconto comercial. Tentamos explicar isso para o público interno, e, externamente, trabalhamos também com edital. Então é necessário pensar em todos os procedimentos que possam manter a lisura do processo, atender as exigências legais, as exigências da mantenedora e atender as necessidades das famílias" (Sujeito A).*

O profissional ressalta a importância da atuação do Assistente Social no processo de concessão de bolsas, no sentido de *"manter a lisura do processo, atender as exigências legais, as exigências da mantenedora e atender as necessidades das famílias"*. Pela fala, é possível identificar uma preocupação do profissional com a manutenção irrestrita de procedimentos organizacionais claros e concernentes à política nacional (no caso da política de concessão de bolsas) por parte da instituição empregadora. Todavia, pelo fato do Assistente Social ser um profissional que atua diretamente com as micro-realidades de sujeitos singulares, o mesmo é gabaritado, por meio de seu referencial teórico-metodológico, para dar embasamento ao seu parecer, mesmo em situações caracterizadas como exceção nos processos de concessão de bolsa, o que justificaria a quebra dessa rigidez de procedimentos em alguns momentos.

Sobre o modo de fazer, voltado especificamente para essa atividade de concessão de bolsas, os entrevistados demonstraram ter total domínio dos instrumentais técnicos a serem utilizados. A avaliação de cada processo de bolsa é feita pelo profissional por meio de entrevistas, análise documental e, caso necessário, uma visita domiciliar para compreender de forma mais clara a realidade sócio-econômica da família requerente. Diante desse procedimento, o parecer social emitido é o principal parâmetro para o deferimento ou indeferimento da bolsa. O domínio sobre o instrumental técnico está explícito na fala dos entrevistados:

*"Se o pedido da pessoa tiver sido indeferido, e mesmo assim se insistir no sentido de informar que se enquadra nos critérios, aí eu vou lá e faço a visita domiciliar. Tive essa idéia porque tivemos muitos pedidos de reavaliação de bolsa no final do ano [...]. A minha idéia para este ano é: a família pediu a reavaliação e acham que estão dentro dos critérios de concessão da bolsa, mas, mesmo assim, a comissão indeferiu, é agendar visita pois, pela documentação ou pela entrevista não ficou bem claro a situação da família. Então, nestes casos, é feito a visita domiciliar, mas são poucas" (Sujeito B).*

*"Eu passei a fazer as entrevistas aqui na escola, mas com todas as famílias. Aí, este ano, as que já tem bolsa foi mais análise documental, e alguns casos eu fiz visitas mas foram poucos" (Sujeito D).*

*"[...] Eu devo ter analisado uns seiscentos e poucos processos. Então é humanamente impossível eu fazer uma entrevista com cada família. [...]. Então, a primeira coisa é a análise documental. Eu tenho uma equipe que, antes de começar o processo de bolsa, eu marco uma reunião com todas as pessoas que vão receber a documentação, apresento o que é cada documento e eu só faço entrevista, quando na análise eu não consigo entender" (Sujeito A).*

Assim, o domínio instrumental na prática profissional promove, segundo Gentilli (2006, p.56), uma melhor qualificação teórica com relação ao assunto e também um melhor desenvolvimento da ação para conduzir mais adequada e coerentemente as escolhas técnicas em relação ao modo de fazer do Assistente Social. Ao interpretar a fala do entrevistado, identificamos que o Serviço Social desenvolve ações instrumentais segundo sua forma e inserção na divisão social e técnica do trabalho, e, conforme a autora:

A instrumentalidade do Serviço Social coloca-se não apenas como dimensão constituinte e constitutiva da profissão mais desenvolvida, referenciada pela prática social e histórica dos sujeitos que a realizam, mas, sobretudo, como campo de mediação no qual os padrões de racionalidade e as ações instrumentais se processam. (GUERRA, 1995, p.38)

Frente ao discurso dos entrevistados, fica claro que eles identificam no instrumental um meio para melhor desenvolver o processo de concessão de bolsa, exemplificado pela fala: *"pela documentação ou pela entrevista não ficou bem claro a situação da família, então nestes casos é feito a visita domiciliar" (Sujeito B)*. Reconhece que o instrumental técnico é peça fundamental para o deferimento ou indeferimento dos processos.

Outra situação identificada se refere à demanda *versus* tempo de trabalho:

*"[...] Eu devo ter analisado uns seiscentos e poucos processos, então é humanamente impossível eu fazer uma entrevista com cada família. [...]" (Sujeito A).*

Os demais depoimentos dos Assistentes Sociais também relatam:

*"[...] Por causa da carga horária eu me sinto pouco envolvida com os acontecimentos aqui da escola" (Sujeito C).*

*"Minha carga horária é de 44 horas, essa carga horária é boa, mas geralmente as outras têm a carga horária reduzida e isso atrapalha bastante mesmo porque você precisa de mais tempo para fazer as coisas" (Sujeito B).*

*"No processo de bolsa eu atendo a todos os pais, no primeiro ano eu fazia todas as visitas, mas agora é impossível, pois temos um número bem maior de solicitações" (Sujeito D)*

Nos casos em que a carga horária semanal do Assistente Social é maior, a dificuldade com o tempo só é refletida nos períodos específicos para concessão de bolsas. Face a isso, a carga horária semanal estipulada ao profissional é fator preponderante para o desempenho de demais atividades no Colégio. Como a instituição não tem uma descrição completa de todas as atribuições do Assistente Social em cada Colégio e como o número de alunos de um para o outro é variável, abre-se esse leque de carga horária variada, até mesmo porque em uns colégios a demanda pode ser maior que em outros. Entretanto, é fato que cada colégio poderia obter resultados muito melhores se os profissionais de Serviço Social não tivessem uma carga horária pequena, como é o caso dos profissionais que trabalham 20 horas semanais.

O entrevistado também ressalta:

*"Eu acho que nesta questão das atividades, nós ainda ficamos muito focados na questão burocrática. Eu sinto ainda que essa é a principal atividade desenvolvida. Nos focamos na questão de elaboração de parecer, de relatórios das ações dentro da própria escola a questão documental do processo de bolsa, acho que isso toma muito tempo. E a maior parte do tempo eu fico a mercê destas questões burocráticas" (Sujeito C).*

Ele também acrescenta:

*"Eu faço atendimento a todas as famílias, sou eu quem recebo todos os processos. Então, como a demanda é muito elevada, e eu atendo os processo deferidos e indeferidos, eu que pego a documentação. Tudo (que se refere ao processo de bolsa) sou eu que faço. Então, os pareceres ficam para depois. Eu até estou fazendo pareceres porque eles vão ficando no intermédio do processo" (Sujeito C)*

Segundo Iamamoto (2007, p.426), "a burocracia impregna também a atuação dos profissionais do Serviço Social". Isso, conforme o entrevistado, demanda um tempo grande, podendo até ocupar, em determinados momentos, toda a carga horária semanal de trabalho da profissional, o que poderia impossibilitá-la de realizar uma quantidade maior de trabalhos, por exemplo. Sobretudo, pelo fato do processo de concessão de bolsa ser a principal atividade desempenhada pelo profissional, e pela sua carga horária de trabalho ser reduzida, o entrevistado demonstrou assumir plenamente tal função, mesmo com o intuito de poder desenvolver demais atividades dentro da instituição, além das que já desenvolve.

O entrevistado afirma que: *"Eu acho que nesta questão das atividades, nós ainda ficamos muito focados na questão burocrática[...]" (Sujeito C)*. Ao analisar e ilustrar a burocracia, a entendemos, segundo Weber:

Na Burocracia se alcança tecnicamente o máximo de rendimento em virtude de precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade, intensidade e extensibilidade dos serviços, e aplicabilidade formalmente universal a todas espécies de tarefas [...]. Toda nossa vida cotidiana está encaixada nesse quadro. (WEBER, 1998, p.145).

Nessa perspectiva, a burocracia vem significar o aspecto eficiente e competente da administração. A política de concessão de bolsas deve cumprir essa carga de burocracia para garantir o "rigor e a confiabilidade", mencionada pelo autor. Executá-la demanda tempo e, no caso do entrevistado, quase toda a carga horária semanal. Face a isso é necessário ter claro que estar imerso em um cotidiano eminentemente burocrático pode dificultar a práxis social, a atividade repensada conscientemente. Transcender atividades de caráter eminentemente burocráticos, significa romper com atividades pragmáticas e com a visão de uma profissão executória somente.

Na linguagem popular ouve-se críticas quanto a burocracia, pelo fato dela denotar alguns elementos como impessoalidade, rigidez estrutural e morosidade nos processos. Todavia, quanto ao elemento da impessoalidade, identificamos que ela acontece de maneira contrária nos períodos de concessão de bolsa social do Colégio, conforme relato da profissional: *"Eu faço atendimento a todas as famílias, sou eu quem recebo todos os processos [...]"* (Sujeito C). Isso significa criar para as famílias um espaço formal de atendimento, no qual eles apresentam não somente toda a documentação solicitada para a análise socioeconômica, como também mais um meio para que o Assistente Social possa conhecer minuciosamente a realidade da família.

No que tange ao atendimento e visitas domiciliares às famílias de alunos dos Colégios Maristas, os Assistentes Sociais ressaltam:

*"Logo no início, quando eu cheguei, teve uma família que eu marquei uma visita, e o pai falou para mim quando eu cheguei: 'Meu Deus! Eu nunca imaginei que precisaria de uma assistente social na minha casa!' Aí eu fiquei olhando para ele... aí ele disse: 'Assim, quando você me ligou para agendar esta entrevista, eu pensei dez vezes em agendar, porque uma assistente na minha casa, meu Deus, que vergonha!' Ele falou pra mim, aí eu sentei com ele e expliquei, porque as pessoas tem disso mesmo, de achar que assistente social fica doando cesta básica! Este é um dos maiores desafios que nós temos mesmo no colégio particular"* (Sujeito D).

*"Visita domiciliar para o aluno em relação a bolsa só aconteceu uma vez, em decorrência da solicitação da bolsa de estudo. Eu só fiz uma até hoje, e não fui bem recebida. Até surgiu um constrangimento com a família [...]. Foi super complicado, mas foi a pedido do Irmão."* (Sujeito C)

*"As pessoas já têm os conceitos pré-estabelecidos do que é o assistente social, de trabalhar só com pobreza e tal"* (Sujeito C).

O fato mencionado pelas Assistentes Sociais é algo muito importante a ser analisado na perspectiva do trabalho de um profissional de Serviço Social em um colégio particular, tendo um público alvo distinto do que comumente se trabalha. O Serviço Social tradicionalmente intervém junto a segmentos mais

empobrecidos da população, sobretudo os que vivem em situação de vulnerabilidade social, prestando atendimentos focalizados em necessidades, que, muitas vezes, podem ser preponderantes para a sobrevivência desse público. Todavia, na Rede de Colégios Maristas, o Assistente Social se vê diante de um universo composto, não exclusivamente por famílias nesta situação. Trata-se de um público, não caracterizado como público prioritário da assistência social, mas que vêm empobrecendo paulatinamente, mediante as conseqüências de um sistema neoliberal. Esse público é assim definido:

Essa chamada "nova pobreza" deve ser analisada tendo em consideração uma dupla dimensão: por um lado, a pobreza "convencional" inerente ao sistema capitalista, que diz respeito à ausência de renda e às desigualdades de classe; por outro, mas interligado, é necessário não esquecer o empobrecimento que vivenciam alguns setores da população, outrora melhor situados socialmente (PASTORINI, 2004, p.33).

Trata-se de famílias que vivenciam, a partir das transformações da sociedade, situações de vulnerabilidade transitórias como, por exemplo, o caso de pais que, a partir da situação de desemprego, não conseguem mais se inserir no mercado formal de trabalho e que, por meio da informalidade, buscam alternativas para a sustentabilidade financeira da família. O conceito de vulnerabilidade é aqui compreendido, conforme Abramovay (2002, p.27), como "o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade".

A "nova pobreza" busca, por sua vez, alternativas para tentar manter determinados padrões, nesse caso, o educacional. Algumas são famílias que por algum momento já puderam custear integralmente o valor das mensalidades, mas que por determinadas circunstâncias, não têm mais poder aquisitivo para tanto. O desafio do Assistente Social nesse aspecto é ter uma visão da totalidade da realidade e intelegibilidade no atendimento a esse segmento, até mesmo porque, conforme relato das entrevistadas, as próprias famílias podem se sentir "desconfortáveis" ao ter que se reportar a algum Assistente Social, pelo estereótipo que a profissão carrega de trabalhar com uma população de extrema pobreza.

Assim, a partir da seguinte fala do pai de aluno, citada pelo entrevistado (Sujeito 4) - *"Logo no início, quando eu cheguei, teve uma família que eu marquei uma visita, e o pai falou para mim quando eu cheguei: 'Meu Deus! Eu nunca imaginei que precisaria de uma assistente social na minha casa!'"* - nos remete à dimensão subalterna característica da profissão. Segundo Yazbek (1993, p.78), o Assistente Social é demandado para "dar conta do mecanismo assistencial que permeia as políticas de corte social, fazendo frente a uma diversificada demanda de ações assistenciais, em geral na condição de técnico subalterno". A dimensão subalterna alude a relação do Assistente Social com o usuário, o qual é pertencente das classes subalternas. Esse fato gera o estereótipo do Assistente Social, o que justifica o desconforto de uma família, atualmente segmentada como "nova pobreza", ao ter que ser atendido por um profissional de Serviço Social.

Sobre o entendimento dos pais de alunos Maristas, quanto a presença do Assistente Social no processo de bolsa, o entrevistado destaca:

*"Olha no começo os pais tinham um pouco de resistência em aceitar serem atendidos por uma assistente social. Hoje eu já não sinto mais isso, e também a primeira coisa que eu falo quando vou explicar o que é este processo de bolsa, porque antes mesmo já tinha este processo de bolsas aqui na escola [...]então é todo um processo em cada atendimento. Agora as famílias novas que já tem referência da assistente social eles entendem bem. Eu explico que embora tenhamos a filantropia, o público alvo nem sempre são famílias carentes. Então eu explico muito bem, porque a classe média é complicada por querer ter acesso a algumas coisas e não tem condições pra isso, e ao mesmo tempo se sente humilhada em pedir" (Sujeito C).*

Nesse cenário, o Assistente Social conquistou o seu espaço, respeito e reconhecimento no seu espaço ocupacional. Para tanto, foi de fundamental relevância o profissional ter trabalhado com informações transparentes, com vistas à socialização das informações desse processo.

*"A maior contribuição é abrir o espaço de escuta dentro do colégio, mesmo para os pais, porque a gente vai criando vínculos com eles. Eu pelo menos me sinto assim para muitas famílias, como uma referência dentro do colégio" (Sujeito C)*

Assim, a partir dessas particularidades vivenciadas no cotidiano, podemos perceber que o profissional, por meio de sua inteligibilidade, transformou o que de início era uma dificuldade no ambiente de trabalho, em uma mais um espaço de escuta para a família dos alunos.

É possível ter um olhar crítico sobre aquilo que já está posto em nossa cotidianidade, propiciando assim, novas formas de intervenção profissional, que agregam significativamente ao espaço da escola. Como, por exemplo, a prática citada pelo entrevistado:

*"Faço, juntamente com o pedagógico, o acompanhamento dos alunos bolsistas, questões de relacionamentos interpessoais deles de quando eles iniciam aqui na escola, e depois questões em relação ao rendimento deles, para ver se estão com dificuldades. Quando eles entram na escola, as vezes, tem uma dificuldade deles se incluírem no grupo, na turma que eles estão. Infelizmente ainda tem aquela questão de 'a veio de tal escola' ou 'veio de escola pública'. Infelizmente ainda tem uma resistência de alguns alunos, é a questão da inclusão mesmo que é bem complicado. Então eu acompanho isso no início, duas, três semanas já vou conversando com cada aluno que chegou, para ver como eles estão se ambientando, como estão se sentindo aqui na escola, o que eles tinham de perspectiva vindo para o colégio [...] Enfim, aí a partir disso, eu vou fazendo o acompanhamento e se tiver alguma dificuldade que eu consiga identificar trabalho em cima disso, junto com o pedagógico. No decorrer do ano esse acompanhamento é feito, não é só no início. Então, o rendimento aí é nesta seqüência, porque uma grande dificuldade que eles têm, é realmente de acompanhar, porque às vezes a escola que eles vieram é uma escola não tão puxada. Então chega aqui é realmente puxado e eles tem esta dificuldade de estar acompanhando. Junto com o pedagógico a gente fecha algumas estratégias e também junto com a família mesmo, para orientá-la em questão da rotina de estudos deles em casa" (Sujeito D).*

A escola é o espaço onde se encontra uma grande diversidade cultural e também pode ser um espaço onde ocorra exclusão e dificuldades de integração. O trabalho referido pelo profissional de Serviço Social é um exemplo claro de um olhar que vai além do que já está estabelecido. Após a concessão da bolsa, atribuição qualificada como prioritária, o profissional não encerrou seu trabalho com os bolsistas, ao contrário, buscou garantir que o aluno pudesse acompanhar, de fato, a forma de ensino e se integrar no ambiente escolar, indo na

contramão da exclusão. Trata-se de uma contribuição importante trazida pelo profissional ao espaço escolar e fundamentalmente ao aluno.

A partir da experiência relatada é possível identificar que, ao desenvolver uma capacidade de leitura da realidade, de identificação das necessidades e demandas, e assim se comprometer com o seu enfrentamento, o profissional se transforma em fonte permanente de conhecimento capaz de gestar práticas sociais inovadoras, nesse caso, no espaço sócio-ocupacional da Escola.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2001, p.20).

No que tange às contribuições do Serviço Social para a Escola, mais especificamente para a implementação da política de concessão de bolsas, o entrevistado discursa:

*"Eu acho que em relação ao processo de bolsa, a organização é inegável mesmo. A contribuição que o assistente social trouxe e, quando falo do processo eu falo de uma maneira mais ampla, desde uma criação a qualificação de um atendimento, a qualificação da forma de divulgação que até então não se tinha um edital, e a gente sabe que isso é muito importante, a noção da natureza da bolsa social, do porque destes procedimentos, então é inegável que o processo de bolsa ou a política de bolsa melhorou bastante após a contratação do profissional do serviço social" (Sujeito A)*

Conforme a referida fala, o profissional de Serviço Social veio agregar a instituição, com seu embasamento teórico-metodológico e tendo a proposta da mantenedora como ponto de partida, que, a priori, estabelece os procedimentos para execução da política de concessão de bolsas.

Mesmo após a contratação dos Assistentes Sociais efetivos, para os Colégios que demandavam esse profissional, a mantenedora não tinha definido a descrição das atribuições desse cargo, isso além da responsabilidade do Assistente Social nos processos de Bolsa Social. A Direção Geral de cada Colégio, em

consonância com os Assistentes Sociais, iriam delimitar, diante da demanda, do conhecimento teórico-metodológico e das competências atribuídas legalmente ao Assistente Social, quais seriam as atribuições do profissional nesse *lócus*. Sobre às atribuições, o profissional teceu as seguintes considerações:

*"Eu penso que toda escola deveria ter um profissional do serviço social, seja pública ou particular. Demanda tem muita, e as escolas que têm estes profissionais tem a chance de mostrar, no caso as particulares, que não é só um trabalho de bolsas e o quanto o serviço social agrega nestas atividades. Isso dentro dos atendimentos, neste olhar diferenciado. [...] O serviço social é um ganho, porque ele se envolve em todos os setores da escola, e o próprio trabalho com a comunidade escolar não só interno como externo, no caso das públicas você tem outras demandas com a comunidade também, então é um ganho para a escola no sentido de agregar essas atividades de um modo geral" (Sujeito D).*

Nessa perspectiva de atuação com um olhar que vai além do processo de concessão de bolsa, que as atribuições dos profissionais foram se constituindo. A partir da fala do entrevistado, identificamos uma consonância com a afirmativa de lamamoto (2001, p.48), quando a mesma ressalta que "possibilidades novas de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas".

Dessa forma, ao indagarmos aos profissionais sobre as atividades que foram apropriadas, decifradas e desenvolvidas, todos dissertaram, de forma clara, suas atribuições. Uma delas é o acompanhamento feito com as famílias em situação de inadimplência com o Colégio. Segundo relato dos Assistentes Sociais, o trabalho se processa da forma destacada abaixo:

*"Outra coisa que eu faço é o acompanhamento de inadimplência. Algumas famílias que têm histórico de inadimplência eu faço bolsa semestral, por isto estou tendo um pouco mais de trabalho" (Sujeito B).*

*"Outra atividade é o acompanhamento da inadimplência. É muito difícil e eu sei que a gente pode fazer diferente do que simplesmente uma cobrança, mas o intuito de cobrança é o que prevalece. Eu faço com todo mundo, não é só com bolsistas, mas a gente tem um índice de inadimplência muito alto aqui, e dá muito trabalho. É uma das coisas que toma muito tempo, até mesmo porque tenho que relatar tudo. Tento ver em qual época, se ano passado foi inadimplente também, porque eu sinto que muitas pessoas deixam para negociar final do ano. Já com os bolsistas eu fiz um trabalho preventivo, eu explico que é um processo de bolsa, e que portanto há importância de rendimento escolar do aluno, porque muitos pais não tem o comprometimento de acompanhar seus filhos, muitos não aparecem na escola. Então aviso que a bolsa implica na responsabilidade do pagamento em dia e do rendimento escolar do aluno. Específico que no meio do ano a gente vai fazer uma avaliação no sentido dos pagamentos e a pessoa corre risco de perder a bolsa mesmo se estiver inadimplente, é uma forma de prevenir mesmo, mas existem os que são comprometidos e os que não são mesmo" (Sujeito C).*

*"Tem um trabalho que eu já fazia com as famílias que tinham bolsa, e agora realmente ampliou para todas as família da escola, que é o acompanhamento das famílias inadimplentes. É a parte mais complicada, e já fazia isto conforme o financeiro passava algumas situações específicas, agora eu tenho relatórios gigantescos para acompanhar de todos os inadimplentes, para realmente identificar se é um caso de necessidade de dificuldade financeira, ou alguma situação de vulnerabilidade, para aí incluí-los no processo de bolsa. Então realmente este é o trabalho que oficialmente eu peguei dentro da escola toda recentemente, mas eu já fazia isso só que com as famílias bolsistas e alguns casos isolados que o financeiro me passava" (Sujeito D).*

*"Faço o contato com os inadimplentes, mas é algo que é mais no início do segundo semestre. Eu costumo fazer um levantamento das famílias que estão inadimplentes, mas que não possui um histórico, eu costumo trabalhar com quem esta naquele ano, e não tem um histórico porque se está inadimplente, acredito que tenha ocorrido alguma coisa. Aí eu ligo. O primeiro contato eu peço para alguém fazer. Um contato a partir disso será a partir do que ouvir do feed back. E também a pessoa que eu solicitei para fazer isso, é porque eu acredito ter esta percepção de saber perguntar e saber entender. Isso porque quando a assistente social chama, o pai já acha que vai conseguir bolsa e tem casos de pessoas que fazem questão de ficar deste jeito, e aí meio que esperando, pois se a assistente social 'deu um jeito num ano, vai dar um outro ano'. Não é fácil você separar de quem realmente necessita ou não" (Sujeito A).*

O acompanhamento de pais em situação de inadimplência não é uma atividade privativa do Serviço Social, contudo é uma atribuição que foi assumida por ele, por ser uma demanda da instituição e porque demonstrou ser capaz. Trata-se de uma atribuição que traz frutos para a instituição, na medida que busca impedir ou amenizar prejuízos financeiros, e que, além disso, revela como o Assistente Social foi ganhando espaço com a demonstração de qualidade profissional.

É possível identificar em algumas falas, que se tratava de uma atividade feita inicialmente com as famílias bolsistas, e que, com o passar do tempo, os Assistentes Sociais acabaram ficando responsáveis pelo contato com todos os inadimplentes, independente de terem bolsa parcial ou não. Um dos entrevistados (Sujeito D) informou que tal função foi assumida como um todo para *"[...] identificar se é um caso de necessidade de dificuldade financeira, ou alguma situação de vulnerabilidade, para aí incluí-los no processo de bolsa"*. O Assistente Social é o profissional que pode assumir um olhar diferenciado sobre esses casos, sobre o contato com os "novos pobres".

Como ressalta o Sujeito C, *"a gente pode fazer diferente do que simplesmente uma cobrança"*. O profissional identifica a capacidade do Assistente Social frente a uma prática rotineira, de buscar olhar as situações de uma forma mais totalizante, um olhar analítico sobre a realidade expressa, o que, por sua vez, pode agregar não somente uma vantagem para o Colégio em termos de pagamentos de mensalidades, como também executando a garantia de direitos.

Por outro lado, é expresso na fala dos entrevistados que o acompanhamento e "cobrança" das famílias em situação de inadimplência é algo delicado:

*"[...] que é o acompanhamento das famílias inadimplentes. É a parte mais complicada" (Sujeito D).*

*"É muito difícil [...], mas o intuito de cobrança é o que prevalece" (Sujeito C).*

Trata-se de uma quantidade considerável de inadimplentes a ser contactados pelos profissionais, o que também ocasiona o dispendio de uma grande

parte da jornada de trabalho. A atividade pode ser considerada como "difícil" não somente pelo tempo despendido a ela e pela quantidade de relatórios a ser feito, mas pela própria situação posta ao Assistente Social frente ao responsável financeiro das mensalidades.

Também identificamos nas falas que, a partir da experiência com as famílias inadimplentes, os Assistentes Sociais foram encontrando estratégias no que se refere a tal problemática:

*"Já com os bolsistas parciais eu fiz um trabalho preventivo, eu explico que é um processo de bolsa, e que portanto há importância de rendimento escolar do aluno, porque muitos pais não tem o comprometimento de acompanhar seus filhos, muitos não aparecem na escola. Então aviso que a bolsa implica na responsabilidade do pagamento em dia e do rendimento escolar do aluno" (Sujeito C).*

Outra entrevistada também destaca:

*"Agora em junho estas famílias que já tinham um histórico de inadimplência, a gente fez um critério para junho; situação de desemprego foi até junho; questão de saúde foi até junho; questão de separação ou porque estava se separando foi até junho; também então estas situações foram até junho porque são situações transitórias. Agora, para fazer a renovação, um dos critérios que estamos pedindo é a mensalidade em dia, então estou fazendo este acompanhamento de inadimplência, alunos bolsistas mesmo com bolsa até dezembro eu estou ligando para informar que eles tem até o mês de julho agora para renegociar estas mensalidades em atraso, se eles não negociarem, eles vão perder a bolsa" (Sujeito B).*

Frente a um objetivo institucional, que é diminuir os índices de inadimplência, os profissionais vão estabelecendo critérios, a partir das possibilidades existentes. Os critérios, por sua vez, são princípios que se tomam como referência e que permitem medir, ponderar, distinguir e avaliar. Dessa forma, a profissional de Serviço Social disserta:

*"Temos que tomar um cuidado de como é feita esta abordagem, porque as vezes nem é um caso de bolsa realmente , as vezes é um caso de outra organização da família, as vezes querem fazer um outro investimento que tenha um rendimento e preferem pagar a escola final do ano , então tem que tomar um cuidado para saber como faz esta abordagem porque se não você acaba incluindo a questão da bolsa, aí todo mundo vai querer se incluir na bolsa . Mas realmente é uma coisa que toma bastante tempo, mas é preciso! Acho que é um ganho neste atendimento a frente do serviço social" (Sujeito D).*

Conforme Fiorentini (2009, p.2) é possível identificar alguns fatores que levam consumidores à inadimplência: Dificuldades financeiras pessoais, que impossibilitam o cumprimento de suas obrigações; desemprego, atraso de salário; falta de controle nos gastos, comprometimento de renda com outras despesas; redução de renda; problemas de saúde; má fé.

A autora também ressalta que, para lidar com a inadimplência, é preciso conhecê-la, identificando quais os fatores que a ocasionaram, e, a partir daí, deve-se aplicar medidas preventivas, a fim de controlá-la. Nessa perspectiva, os entrevistados ressaltaram a aplicabilidade de medidas preventivas como, por exemplo, o fato de concederem a Bolsa Social para a família por um semestre, e essa só é renovada na medida em que todos os pagamentos estejam em dia. Dessa forma, a vantagem de ter um profissional inserido nesse processo, relaciona-se a ao fato dele direcionar o olhar para conseguir identificar o real motivo da inadimplência, e assim procurar direcionar a forma como pode proceder sobre cada caso.

Outra atividade destacada pelos entrevistados refere-se à parceria desenvolvida com o Núcleo Pastoral de cada Colégio. O objetivo dos Núcleos de Pastoral nos Colégios Maristas é trabalhar diretamente com alunos, pais, colaboradores e comunidade, no sentido de formar valores cristãos, visando o respeito ao ser humano e ao meio ambiente. Busca, conforme o fundador São Marcelino Champagnat, formar "bons cristãos e virtuosos cidadãos". Um dos focos de atuação do Núcleo de Pastoral no Colégio é a solidariedade. Compreendem que a partir de uma educação para a solidariedade, novas leituras da realidade são possíveis, dando outro sentido aos espaços de convivência de cada um. Todas as ações do Núcleo de Pastoral que têm esse objetivo são inclusas em um dos programas do Núcleo, denominado Programa Marista de Cultura da Solidariedade.

Segundo relato dos assistentes sociais, as atividades em parceria com esse setor, acontecem em projetos específicos:

*"Junto com a Pastoral, participo junto de algumas comissões: participo da comissão da Solidariedade Permanente, que colabora na formatação do dia da solidariedade. Também no Festival Champagnat. O dia da Solidariedade, é o dia que a gente faz a entrega dos alimentos arrecadados na Gincana." (Sujeito A).*

*"Eu acompanho e auxilio em alguns projetos da pastoral, só que não estou tão envolvida com os projetos. Tem o projeto chamado "Ombro Amigo", que é, na verdade, um acompanhamento no hospital, ligar para a família, saber como que esta o aluno ou o funcionário está. Agora vamos fazer o primeiro encontro da família Marista, então foi feito uma comissão, e eu to dentro desta comissão, mas não é um trabalho específico da área de serviço social. Quando tem festividades aqui, como o encontro, o dia do marista, é sempre só os funcionários, agora a gente lançou esta idéia de fazer no sábado, o dia todo, com atividades esportivas para os maridos ou pais de funcionários, recreação para as crianças [...](Sujeito B).*

*"A Semana Champagnat é a pastoral que organiza, é mais a pastoral que faz mesmo, no sentido de doação tem o trabalho dos alunos de entender o que é voluntário, então eles tem um trabalho bem bacana de sexta a oitava série, eu participava mas este ano ficou meio corrido para eu participar" (Sujeito D).*

*"Nós temos três gincanas aqui que trabalham com a questão da solidariedade, na qual eu tive muita abertura para dar uma resignificada nesta 'coisa da solidariedade', então foi bem legal" (Sujeito C).*

O Assistente Social está incluso mais especificamente nas atividades relacionadas com o público mais empobrecido, segundo a própria característica de trabalho do profissional, já citado anteriormente. Independente das Assistentes Sociais estarem em colégios diferentes, a atuação junto a Pastoral segue a mesma linha. Conforme relato dos entrevistados, a maior incidência de atividade com esse Núcleo está relacionada a distribuição dos alimentos para a rede de serviços municipais, arrecadados nas Gincanas que são realizadas anualmente.

É por meio dessas doações que o Núcleo Pastoral tem também a intenção de trabalhar a solidariedade e, nesse sentido, a presença do Assistente Social se tornou um fator determinante, na "resignificação", como disse o Sujeito C, deste foco solidário. A resignificação consiste em direcionar a solidariedade para o âmbito dos direitos, do não assistencialismo, embasando-se nas atuais determinações da Política Nacional de Assistência Social. É imprimir um olhar mais atual quanto à garantia de direitos da população e à divulgação de uma rede de serviços voltada para o atendimento do público da Política de Assistência Social. Os autores nos auxiliam nessa compreensão:

De modo que se possam vivenciar práticas sociais e intercâmbios acadêmicos que induzam à solidariedade, à colaboração, à experimentação compartilhada, assim como a outro tipo de relações com o conhecimento e a cultura que estimulem a busca, a comparação, a crítica, a iniciativa e a criação (SACRISTÁN; GOMEZ, 1998, p.26).

Nessa perspectiva, o profissional busca, em seu cotidiano, romper com uma visão puramente assistencialista que, por sua vez, não traz evolução a esse segmento da população. O entrevistado exemplifica essa atuação:

*"Outra coisa que eu estou tentando atingir ainda, é uma reflexão junto com os alunos mesmo e com os professores, pois nós vemos que os valores de assistencialismo estão muito arraigados ainda. Em 2006 eu até tinha um grupo com os alunos do ensino médio, no período da manhã eles iam para as aulas e a tarde nós trabalhávamos esta questão de direitos sociais, cidadania, neoliberalismo, liberdade, funções do Estado etc. Era muito legal, era uma turma ótima, só que aí eu tive alguns problemas porque eu engravidei, aí fiquei afastada e a turma se desfez. Até hoje eu não consigo resgatar este grupo porque a gente tem muito problema de presença" (Sujeito C).*

O profissional também acrescenta:

*"O que eu consegui este ano é que os professores me dessem uma aula antes das gincanas para a gente trabalhar esta questão da construção da cidadania, com dinâmica. Foi uma aula só de cinquenta minutos, que eu fui em cada sala e trabalhei, através de dinâmica com músicas como, 'pacato cidadão', aquela música da 'comida' e falei rápido só para refletirem a cerca da cidadania e direitos sociais. Foi legal porque tive o respaldo da assessora pedagógica e dos professores" (Sujeito C).*

Inicialmente é possível identificar que o Assistente Social busca trabalhar com essa resignificação, principalmente no que se refere à quebra dos paradigmas acerca do assistencialismo. O assistencialismo é entendido aqui como uma ação que vai no caminho contrário à consolidação de direitos, ele acentua o caráter eventual e fragmentado das respostas dadas às problemáticas sociais. A intenção do entrevistado, conforme sua fala, era ir na contramão da visão assistencialista e, imprimir uma concepção de direito em um colégio profissional é de fundamental importância. Isso mostra também importância que a instituição dá para a formação de pessoas menos competitivas e individualistas, ou que naturalizam a pobreza. A partir dessas falas, observa-se a dimensão educativa do Assistente Social:

Merecem destaque a dimensão educativa desse exercício, que incide sobre valores, comportamentos e atitudes da população, e a linguagem como instrumento privilegiado de ação do assistente social. Trabalha a partir das expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos sujeitos e dispõe de relativa autonomia na condução do exercício de suas funções institucionais. (IAMAMOTO, 2007, p.263).

A dimensão educativa, inerente ao Serviço Social, aclarou-se, nesse caso, quando novos conhecimentos e habilidades passam a ser incorporados ao seu trabalho. O Assistente Social entrevistado encontrou inicialmente uma dificuldade relacionada a participação do público inscrito nessa atividade, até mesmo porque, para muitos, tal temática não se configura como prioridade de discussões. Todavia, o profissional adotou outra alternativa estratégica para essa atividade, quando o mesmo relaciona:

*"O que eu consegui este ano é que os professores me dessem uma aula antes das gincanas para agente trabalhar esta questão da construção da cidadania, com dinâmica" (Sujeito C).*

Nesse sentido, ressaltou também:

*"Mas o legal é que a professora de geografia tinha trabalhado muito com eles esta visão da cidadania, da questão de direitos, eles já tinham uma base legal em cima disso" (Sujeito C).*

Tal prática mostra o intuito do profissional, do Núcleo de Pastoral, dos Assessores Psicopedagógicos e também dos Professores, em resignificar tais concepções, trazendo à luz debates vinculados à formação humana, com vistas a organização de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, ao analisar sua cotidianidade, o profissional efetivou ações com possibilidades de mudanças.

Outra estratégia relevante do Assistente Social com o Núcleo de Pastoral, também relacionada à arrecadação de alimentos na gincana é citada pelo Sujeito A:

*"Então trabalho com isso, faço a conferência de todas as documentações das organizações cadastradas pra receber os alimentos, as doações. Então eu vejo toda a documentação de todas as instituições, e dou um parece a respeito. Antes de eu assumir essa função, a Pastoral já cadastrava as instituições, mas não pediam documentação, para saber se a instituição é idônea ou não. Não que isso vai valer pra filantropia, mas é que fica mais fácil, bem mais tranquilo, quando sabe que você está doando pra uma instituição idônea, que você sabe que vai estar destinando em prol de uma boa causa" (Sujeito A).*

A mesma estratégia também foi adotada pelo Sujeito C:

*"O papel do serviço social dentro disto é que eu promovo a reflexão, em relação a direitos, da diferença de assistencialismo e assistência social, nesta questão mesmo de acesso aos direitos. Isso porque teve um ano que era arrecadação de roupas e as roupas vinham sujas sabe, então era uma coisa que faziam por fazer, não tinha um comprometimento, não tinha uma visão do outro como ser humano, que são pessoas como eles. [...] Mas vou repensar isso no segundo semestre, bom o meu papel prioritário é este, de proporcionar esta reflexão, os alimentos que a gente separa, a parte bruta mesmo eu ajudo o pessoal. Sobre a seleção das entidades, nós temos algumas cadastradas que eu fiz visita, elaborei um relatório, não só na questão burocrática, tem algumas que eu sabia que estão a muito tempo antes de eu entrar aqui e que eu sabia que precisava. Outras que eu sabia que não precisava, então, eu fui cortando os vínculos aos poucos porque já eram entidades que já estavam acostumadas a receber as doações e tudo mais". (Sujeito C).*

Nesses depoimentos, novamente notamos a importância do profissional que traz consigo uma bagagem teórico-metodológica, a qual proporciona um caráter qualificado para as ações. O profissional criou procedimentos para garantir que a destinação das doações fossem direcionadas para instituições idôneas, o que mostra o seu compromisso ético e com a justiça social. Quando indagado sobre a documentação solicitada à instituição, o Assistente Social informou:

*"Toda aquela lista de, certificação no conselho, principal. Tenho um controle pra não pedir todos os anos os documentos repetidos, como é o caso dos certificados que ainda não venceram, CNPJ, estatuto social, só peço se houve algum adendo" (Sujeito A).*

Ainda acrescenta:

*"A instituição que não apresenta as documentações necessárias a gente deixa de fora das doações. Então o critério que a gente utilizou é: que sejam instituições, de preferência, que trabalhem com crianças e adolescentes. Mas a gente também tem algumas que atendem pessoas em situação de rua, que trabalham com idosos, e com outros públicos também. Que seja da comunidade, da região, e que careça desse 'benefício'. Porque assim, as vezes tem instituições que são beneficiadas por um monte de outras, então é melhor você ajudar a quem carece de maior benefício aí, e que a documentação esteja minimamente regularizada, pra não pegar qualquer coisa" (Sujeito A).*

Mostra-se pela fala a intenção de cumprir com procedimentos que dão sustentabilidade à execução do projeto, entretanto, sem estar imersa em um burocratismo, cujo trabalho funda-se no formalismo ineficaz, rígido, inflexível, lento e geralmente irracional.

Outro fator de extrema relevância está relacionado ao Assistente Social ter, até mesmo pela sua formação profissional, essa preocupação com o trabalho em rede, mais especificamente com a rede de serviços do município e outras instâncias, como Conselhos Municipais, por exemplo. Isso proporciona uma facilidade maior para a profissional a seleção das entidades:

*"[...]Eu fui até o conselho, o conselho me indicou as entidades que estavam regularizadas e me deu um parecer de que eles acreditavam que precisavam mais, então visitei todas fiz um relatório e eu vou fazendo um rodízio por ano. Este ano bateu com a catástrofe de Santa Catarina então resolvemos mandar os brinquedos para lá. Além de selecionar tem o trabalho de contactar, receber a entidade, acompanhar a entrega, e eu vou com um grupo de alunos no sentido de prestação de contas" (Sujeito C).*

Desenvolver trabalhos em articulação com os Conselhos Municipais, nesse caso, o da Assistência Social, é inserir o Colégio em um trabalho consonante com a rede de serviços municipais, colaborando para um fim comum, a garantia de direitos.

Em articulação com o Núcleo Pastoral, um dos quatro profissionais pesquisados, também ressaltou outra atividade, vinculada a Caminhada Marista (CAMAR), que, na rede de Colégios, tem o objetivo de "aquecer os motores" para o retorno dos professores e funcionários aos trabalhos, a partir do início do ano letivo. É um momento de reflexão acerca das dimensões da Missão Marista, assim como um espaço de socialização e integração dos colaboradores, proporcionando a vivência de valores como a acolhida e o amor ao próximo. Na CAMAR prima-se pela formação do quadro geral dos funcionários e para a garantia de um bom clima organizacional.

*"Aí também participo da comissão da CAMAR (Caminhada Marista) de funcionários, digo de funcionários porque não dá pra fazer junto com a CAMAR de professores, porque é um número muito grande de colaboradores. Participo dessa comissão de organização. A gente pensa em toda a estrutura que deve conter, quais temáticas que devemos abordar em termos de formação, seguindo uma proposta do que é uma CAMAR. Isso junto com a pastoral e outras pessoas que compõem, normalmente está o pedagógico" (Sujeito A).*

Nesse cenário, o Assistente Social assume, a partir de uma demanda gestada no interior da organização, a composição de uma comissão responsável pela organização desse momento, no caso do entrevistado, a CAMAR dos funcionários. A comissão de organização é formada por demais membros, conforme cita: *"Isso junto com a pastoral e outras pessoas que compõem, normalmente está o pedagógico" (Sujeito A)*. A referência denota o possível caráter interdisciplinar do trabalho, assumido diante desse contexto. Demo (1998, p.89) define a interdisciplinaridade "como a arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real".

A interdisciplinaridade realmente se efetiva, quando, por meio de um diálogo compreensível, a intercomunicação entre as disciplinas resulta em uma modificação entre elas. Uma troca de informações entre as disciplinas, mas sem esse objetivo de agregar ou modificar, não se configura como um método interdisciplinar (JAPIASSÚ, 1976, p.120). Tanto os Assistentes Sociais, quanto a equipe pedagógica do Colégio, podem acenar para uma possível prática interdisciplinar, o que se constata no discurso do entrevistado.

Para desenvolver essa função, é necessário que se tenha um olhar crítico e, ao mesmo tempo criativo, um olhar capaz de propor momentos que vão além da superficialidade e que provocam reflexões que culminam para um movimento dialético pensamento/ação.

Até o presente momento da análise, é possível constatar que a constituição do material institucional do Serviço Social é dado pelas objetivações sócio-humanas relativas a vida cotidiana. É na cotidianidade que as possibilidades de mudança ou de reprodução estão postas, e são as respostas dadas pelo

profissional, diante das demandas sociais fragmentadas em cada necessidade apresentada, que vai legitimar o espaço sócio-ocupacional.

Frente a essa cotidianidade, os Assistentes Sociais destacaram outra particularidade legitimada nesse espaço, a qual visa possibilidades de mudanças em situações particulares e constitui novas demandas para o profissional, conforme segue:

*"Uma atividade que me dá muito prazer, não só no sentido da realização do lidar com a problemática, mas do reconhecimento também, é assessorando o núcleo, a equipe psicopedagógica do colégio. No atendimento aos alunos e famílias quando apresentam algum problema de ordem comportamental. Então, se tem um aluno que tá faltando muito, eles sempre me chamam. Eu costumo ligar para as meninas da secretaria, por não ter acesso ao programa. Se tem um aluno que está faltando muito, ou elas me falam, ou falo diretamente com o assessor responsável por aquele segmento, ou o assessor já entra em contato comigo e diz: 'Tenho um aluno que está faltando, ou apresentou um comportamento X, Y, Z'. Então nós sentamos, conversamos sobre o caso e comunicamos a família. Se percebemos que requer o encaminhamento pra um especialista na área de saúde, fazemos isso, e aí de posse desse parecer vemos como proceder" (Sujeito A).*

O profissional acrescenta:

*"Quando eles (o núcleo psicopedagógico) percebem que é algo que requer um atendimento mais aprofundado, é uma problemática mais complexa, aí eles entram em contato comigo. Falam: 'Olha, a situação é 'assim e assado' e o que você acha?' Daí eu dou um parecer, é lógico que não é porque perguntam que eu sempre acerto, acho até que não é uma questão de erro e acerto, mas com base nos meus conhecimentos e acredito ser o melhor encaminhamento, eu proponho algo, e aí, normalmente eu converso com a família" (Sujeito A)*

*"Tem alguns atendimentos que eu faço com o pedagógico também, situações que os professores percebem alguma possibilidade de situação de risco, enfim, de comportamento que ele observa no aluno, e que estão sendo diferentes. Aí normalmente o pedagógico me passa isso, fazemos o atendimento juntos ou eu faço uma visita dependendo do caso. Daí eu vejo como vai ser feita esta intervenção, e muitos casos realmente a gente acaba percebendo que são situações de agressão contra a criança, tortura psicológica ou física, questão de abuso sexual também. A questão de negligência ainda é maior, a escola tem um perfil de famílias com*

*poder aquisitivo alto, então a negligência acaba sendo maior em função da família ficar fora o dia todo, dão tudo que é material e não dão o principal para a criança, o acompanhamento, o emocional que é o afeto. E isso acaba interferindo muito aqui no rendimento. Isso é refletido na escola. Tem situações também que a nossa instituição resolve e tem uma melhora, mas tem situações por exemplo que se encaminha para uma psicóloga e você tem um retorno de que realmente esta acontecendo um caso de abuso, de violência física, emocional. Aí tem momentos que tem que ser encaminhado para conselho tutelar, enfim fazer outros encaminhamentos" (Sujeito D).*

Essa atividade em articulação com os assessores psicopedagógicos foi citada por dois, dos quatro entrevistados. Trata-se de uma proposta de intervenção interdisciplinar sobre uma realidade dada no cotidiano escolar e, que foi percebida pelo Assistente Social, a qual permite promover o encontro entre a educação, a realidade social e a garantia de direitos, contribuindo para o processo de escolarização do aluno. Tal prática é um exemplo claro de atividades que foram incorporadas pelo profissional e que não estavam na idéia original, e também da conquista de novos espaços de atuação dentro da escola. O entrevistado reforça o seu objetivos com essa prática:

*"Uma das coisas que eu sempre deixei claro, ou pelo menos tentei, é que o que eu busco assegurar, e é lógico que o colégio de um modo geral, é a questão da qualidade e do acompanhamento da criança e do adolescente em tudo o que concerne a questão do ECA" (Sujeito A)*

Assegurar que os alunos sejam acompanhados, conforme o entrevistado, nas questões concernentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) é garantir o que dispõe o seu artigo 5º: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais".

No que tange à violência praticada contra crianças e adolescentes, e identificada na Escola, como informa o entrevistado, ressaltamos:

Tratar de violência na escola significa lidar com uma interseção de elementos, isto é, um fenômeno de uma nova ordem e não simplesmente o somatório dos objetos 'escola' e 'violência'. É um fenômeno singular, pois envolve práticas sociais que, para serem compreendidas, requerem um olhar que não as reduza a meras extensões de práticas violentas nas escolas (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p.295).

Após uma intervenção com o aluno e sua família, constata-se que aquela dificuldade inicialmente identificada, como problemas de comportamento, faltas, pode ter sido gerada por alguma situação de violência, seja ela física, psicológica, sexual ou de negligência. Por isso, o autor justifica a necessidade de ter um olhar que não seja reduzido às extensões da prática violenta nas escolas somente. Dependendo da gravidade do caso, é mister estabelecer um contato com o Conselho Tutelar, como relevam os entrevistados:

*"Aí tem momentos que tem que ser encaminhado para conselho tutelar, enfim fazer outros encaminhamentos" (Sujeito D).*

*"Fizemos denúncia no conselho tutelar, não conseguimos contato com nenhum outro membro da família que tivesse uma certa lucidez pra poder ajudar a gente nesse encaminhamento, deixaram, não reconheceram a doença do filho e a gravidade" (Sujeito A).*

E como complemento:

*"Esses pais tiraram o aluno da escola e a gente sente por não saber o que aconteceu depois, se ele teve o atendimento que era necessário, como que ele está. Mas a gente não pode impedir nada nesse sentido (da transferência), não podemos dizer 'você não vai tirar!' Tentamos trazer todas as nuances, mas tento encaminhar pra outras coisas. Obrigiar jamais se pode, por isso dialogamos, informamos" (Sujeito A).*

A partir do que foi citado, percebemos também que, mesmo se tratando de uma escola privada, onde poderíamos ter interpretações como a de querer manter o aluno na escola, independente do que esteja acontecendo, pois o

mesmo soma à receita recebida, identificamos um posicionamento contrário e mais ético. O fato do profissional, com a ciência da escola, fazer a comunicação ao conselho tutelar sobre algum caso que esteja ferindo os direitos da criança e do adolescente, denota a visão da instituição focalizada na primazia pela defesa das crianças e adolescentes, independente se com essa ação a família venha a retirar o aluno da escola.

Os entrevistados também mencionaram atribuições que desenvolveram frente à evasão escolar:

*"Se tem um aluno que está faltando muito ou elas me falam ou falo diretamente com o assessor responsável por aquele segmento, ou o assessor já entra em contato comigo e diz: 'Tenho um aluno que está faltando, ou apresentou um comportamento X, Y, Z'" (Sujeito A).*

A atuação dos Assistentes Sociais, nessa perspectiva, coloca em prática uma das principais funções do profissional no contexto escolar, tanto público quanto privado. Trata-se da elaboração de programas de orientação sócio-familiar, visando evitar a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania (CFESS, 2001, p.13).

A articulação com instituições, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades sociais (CFESS, 2001, p.13), também é algo primado pelo Sujeito A:

*"Quando o assessor traz o caso, a gente sempre marca, ou uma conversa na própria escola, ou uma visita domiciliar normalmente com um assessor. Nós vemos um outro lado, vemos o que é necessário naquele momento. A escola fica mais próxima da família" (Sujeito A).*

Além disso, o entrevistado também destaca:

*"Então nós sentamos, conversamos sobre o caso e comunicamos a família. Se percebemos que requer o encaminhamento pra um especialista na área de saúde, fazemos isso, e aí de posse desse parecer vemos como proceder" (Sujeito A).*

Assim é de fundamental relevância que o profissional tenha como perspectiva o desenvolvimento desse olhar investigativo na prática cotidiana, de modo a responder de forma não apenas coerente teoricamente, mas também com eficiência, às demandas sócio profissionais que lhe são colocadas. Significa assumir o movimento que permite descobrir sob a trivialidade e atingir o extraordinário à partir do ordinário (LEFEBVRE, 1991, p.44). A fala mostra também a articulação escola-família, adotada pela instituição. Quanto aos objetivos que o entrevistado busca atingir, em consonância com o Colégio:

*"Os pais ficam muito felizes por saber que temos o olhar para o humano. Então assim, é você tentar atender aquela pessoa, é você ver aquela pessoa em todas as suas dimensões: cognitivas, pois queremos que ele tenha um bom desempenho acadêmico, a gente quer que ele passe no vestibular, a gente quer que ele tenha uma boa ascensão, uma boa inclusão no mercado de trabalho, mas a gente quer também que, afetivamente, ele esteja também preparado. Então a gente tenta trabalhar muito com aquilo que é a nossa missão mesmo, aquilo que a gente tenta se nortear, por essa formação integral" (Sujeito A).*

Contudo, nem todos os pais ficam "muito felizes". Também nestas situações os profissionais enfrentam uma resistência dos pais, como evidenciado no processo de bolsa. O Sujeito D fala sobre isso:

*"Na hora que eu entro no processo, tem todo um cuidado de explicar o motivo pelo qual a assistente social está junto, no sentido de acompanhar e orientar. Então tem que ir com bastante cuidado, porque realmente algumas famílias tem uma certa resistência especialmente quando eu ligo para marcar uma visita, aí as vezes tem uma resistência para eu não ir até lá. Daí eu deixo aberto e falo: 'tudo bem então vamos conversar aqui na escola'. Mas quando tem um pedagógico junto se torna mais tranquilo porque já tem o acompanhamento pedagógico, aí a assistente social entra junto e vai realmente acompanhando o caso, ficando mais fácil pra atuar. Já nos casos em que eu preciso ir diretamente na família, sozinha, aí realmente é mais difícil. Mas é fundamental, porque na escola aparece tudo, e os outros as vezes acham, 'puxa numa escola particular tem disso'? Claro que tem, tem muita questão de violência" (Sujeito D).*

Independente da resistência encontrada por alguns pais, face a esse acompanhamento, o Assistente Social pode identificar situações que muitas vezes a família prefere deixar mascarada.

Ao indagar o Sujeito D sobre a existência de muita demanda (práticas de violência) para esse tipo de atuação, o mesmo respondeu:

*"Tem, é mais no sentido de negligência mesmo, mas realmente tem crescido bastante. Inicialmente era um desafio, porque as pessoas viam o serviço social mais relacionado a bolsa social, então isso é ainda um espaço que está sendo conquistado, mas eu já tenho um retorno do pedagógico. Essa atuação vem crescendo, realmente deve ter outros casos que talvez não tenham sido identificados ainda, mas já cresceu bastante ao ano em que eu entrei no colégio. Alguns professores ainda não tem esta cultura de passar, mas o bom é que já cresceu um pouco isso e esse olhar do pedagógico está sendo ampliado no sentido de incluir o serviço social" (Sujeito D).*

O entrevistado (Sujeito A) também acrescenta:

"Precisamos ter um olhar voltado pra essa questão sim. Então existe essa proposta, é algo que está se caminhando, se delineando, então, eu estou formando e conversando com o pessoal pra gente conseguir melhorar o nosso serviço nesse âmbito. não é todo mundo que carece de um atendimento dessa natureza, mas quando aparece a gente sempre busca ter esse olhar. [...] Então eu posso te afirmar com tranquilidade, e isso também você pode obter com quem trabalha, ou ver com outros profissionais, qual foi o diferencial, é o diferencial a partir da inserção do assistente social no colégio. Eu tenho certeza que esse é o diferencial do profissional de serviço social, então a gente tem sim uma escuta diferenciada, uma escuta atenta, uma acolhida, uma visão mais ampla, uma análise de contexto sim, mas há outras dimensões" (Sujeito A).

Nota-se que essa nova possibilidade de atuação dos Assistentes Sociais nos Colégios Maristas vem crescendo paulatinamente, a partir da parceria com a área pedagógica. Nessa perspectiva, o Assistente Social, enquanto profissional que tem a realidade social como seu eixo base de ação, em suas múltiplas representações e movimentos, tem competência para planejar, propor, elaborar e executar novos projetos em defesa dos direitos da população, nesse caso mais específico ao público do Colégio Marista.

Todavia, para executar novos projetos em defesa da população é fundamental um aperfeiçoamento constante por parte do profissional. A atuação do Assistente Social em parceria com o núcleo psicopedagógico do colégio, é algo que tem sido implementado. Trata-se de um desafio tanto para a profissional de Serviço Social, quanto para a área pedagógica. Para que o referente desafio seja implementado com qualidade, os profissionais envolvidos precisam buscar capacitação, como revela o Sujeito A:

*"Acho que tudo tem sua complexidade, no momento posso listar em termos de limitações daquilo que está me sugando, daquilo que requer maior esforço meu, querer esforço em termos de capacitação, eu diria que no momento uma atividade de grande complexidade para mim é o atendimento realizado junto com o psicopedagógico estas problemáticas apresentadas, porque, de um modo geral, é complexo e, para mim, é mais complexo. [...] Estou tentando sistematizar esses vários casos, a problemática apresentada, encaminhamentos, e etc, e fazer um grupo de estudos com o psicopedagógico, pra gente tentar buscar uma ação conjunta nesse sentido" (Sujeito A).*

Esta fala relaciona-se com a tese de Montano (2007, p.192), quando o mesmo ressalta que o procedimento prévio à reflexão teórica, o que se constitui como ponto de partida do conhecimento é, "não a sistematização da prática, mas sim na sistematização dos dados (quantitativos e qualitativos), e estes podem ser empíricos e provir da prática direta, ou podem ser teóricos, estatísticos etc, e provir do conhecimento acumulado". Por meio do seu relato, o entrevistado aclara uma visão muito importante, voltada para a necessidade de ter um embasamento teórico suficiente para informar sobre o cotidiano da prática profissional.

Outra atividade cotidiana mencionada por um dos quatro entrevistados, e que também vem consideravelmente contribuir no âmbito pedagógico, se refere à inserção do conteúdo do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) na grade curricular do ensino fundamental.

*"Agora, oficialmente, estamos fazendo a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente aqui na escola. Algumas pessoas estão sendo capacitadas desde ano passado. Dentro desta área alguns professores, e agora oficialmente acho que a gente consegue encaminhar, um pouco mais, claro que lento ainda até o final do ano, é possível que ano que vem a gente consiga ter um sucesso um pouco maior neste sentido" (Sujeito D).*

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgado para regulamentar os direitos das crianças e dos adolescentes, inspirado pelas diretrizes da Constituição Federal de 1988 e por normativas internacionais. Em 25 de setembro de 2007, a Lei nº 11.525 foi sancionada, criando o desafio de incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental, tendo o ECA como diretriz. A intenção não é criar uma nova disciplina, mas sim trabalhar o conteúdo nas disciplinas que já existem, fazendo com que o ECA se torne presente no dia-a-dia da escola.

O mesmo Sujeito D revela a coerência dos Colégios Maristas ao estabelecido na referida lei:

*"O principal objetivo deste projeto é incluir o ECA em todas as disciplinas, nas diretrizes mesmo, para que cada professor consiga trabalhar dentro da sua disciplina. Até porque antes precisamos da informação dos professores, porque ainda há uma resistência muito grande, pela falta do conhecimento do ECA mesmo. Há um número bem razoável que precisa ter um outro olhar para o ECA. Por exemplo, a língua portuguesa da sétima série fez um trabalho incrível com eles em cima de algumas obras, aí pediram para eles analisarem em cima desta obra os direitos e deveres que estão no ECA e os tipos de violências apresentadas na obra. Foi feito um trabalho bem interessante. Para eles elaborarem um material, foi feito uma exposição inclusive, então ela fez vários módulos, um trabalho bem rico. O professor de matemática como é que vai trabalhar o ECA? Trabalha com dados estatísticos, trabalha em uma aula com gráficos, inclui dados do ECA, da violência. Então a idéia é que trabalhe isso nas suas disciplina e que isso acabe permeando na escola, porque a partir disso o professor também vai ter um olhar diferenciado, que já se tem aqui na escola. Alguns ainda precisam ampliar este olhar para poder ajudar os alunos que realmente precisando de alguma ajuda, de um acompanhamento, de orientação" (Sujeito D).*

Nesse caso, a Assistente Social foi a responsável pela elaboração do projeto.

*"Desde que eu entrei eu posso dizer que era um sonho poder fazer isso realmente. Dei uma orientação, acho que foi final do ano passado, sobre o eca, para trabalhar nas escolas, mas você vê que é uma dificuldade. As vezes as pessoas levam para ações mais isoladas, e aqui, a partir do momento que a gente conseguir incluir totalmente o ECA, vai ser muito rico, vai ser um ganho muito grande, tanto para escola quanto para os profissionais do serviço social" (Sujeito D).*

A Lei nº 11.525/2007 é vista como um avanço por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente, pois a abordagem na educação poderá ser um instrumento determinante para tornar o Estatuto mais conhecido e mais bem compreendido pela sociedade. Segundo o entrevistado, alguns empecilhos podem ser encontrados nesse processo de implementação do projeto, como por exemplo, a falta de conhecimento de alguns professores acerca do ECA. Fica claro o desafio assumido por ela no sentido de trabalhar a própria resistência que algumas pessoas tem com o ECA, por mais que se trate de uma legislação muito avançada.

Essa atividade desenvolvida pelo Assistente Social é um exemplo de como os profissionais de serviço social podem assumir demandas gestadas no interior da própria organização, a partir da sua cotidianidade. Significa ir além das rotinas institucionais e buscar apreender possibilidades nela existentes. É superar as formas conservadoras, adotando maneiras alternativas, criativas, estratégias correspondentes aos objetivos sociais e políticos da escola, bem como com as legislações afetas vigentes.

Outra atividade destacada por todas os entrevistados se refere à atuação vinculada ao Recursos Humanos (RH) ou, mais amplamente vinculada ao Serviço Social organizacional. Trata-se de atividades semelhantes às tradicionalmente desenvolvidas pelo Serviço Social no âmbito empresarial. As escolas também são consideradas aqui como organizações, compostas por funcionários, líderes, clientes, dentre outros. A abordagem do Serviço Social organizacional, por sinal, se configura como uma grande demanda profissional no espaço educacional. Os Assistentes Sociais assim confirmaram essa atribuição:

*"Auxilio trabalhos do RH" (Sujeito B).*

*"Tenho alguns projetos com o RH mais voltados a questão de qualidade de vida" (Sujeito D).*

*"Porque eu percebo que, em termo de RH e qualidade de vida, tem muito o que fazer" (Sujeito C).*

*"Acompanho também alguns funcionários com o RH. Questão de falta, indisciplina, questão relacional com outros colegas. Na verdade é algo que precisamos desenvolver um pouco mais, que é essa questão da função RH e gestão de pessoas propriamente dita, a gente só conversa quando surge alguma situação, o que não é algo que me agrada, ficar nessa coisa de 'apaga incêndio'. Surgiu, é lógico que você tem que intervir" (Sujeito A).*

A inserção do Assistente Social na rede privada de ensino possibilita, pois, o desenvolvimento de ações de caráter organizacional, voltadas aos colaboradores do Colégio, inserindo-se assim, de modo intrínseco no processo de gestão de pessoas. Entretanto, diante da fala dos entrevistados, identificamos que mesmo existindo essa demanda vinculada ao RH, o Assistente Social não faz parte "oficialmente" desse setor. Um vínculo maior com o RH poderia proporcionar a elaboração mais estratégica de projetos vinculados aos colaboradores. Segundo Yamamoto (2001, p.130): "No campo das organizações, empresariais ou não, a área de recursos humanos tem crescido como espaço ocupacional dos assistentes sociais".

Com isso, pode-se identificar que atualmente há uma necessidade de humanizar as relações de trabalho e a imperativa relevância de deixar de lado a visão dominante do organograma vertical e imutável dentro das organizações. Nessa perspectiva, os Assistentes Sociais dos colégios relatam suas atividades vinculadas nesse âmbito:

*"O acompanhamento de funcionários afastados: eu faço as visitas domiciliares, para obtenção de informações, aí a gente encaminha para apoio material ou social se precisar, porque normalmente tem este respaldo, com o convênio médico que a escola oferece, não depende da rede pública. Nós temos uma funcionária que está afastada por causa de câncer e hoje ela tem este respaldo. No início ela precisava tomar muita água de côco e frutas, que é uma alimentação cara, eu elaborei um relatório e encaminhei para a direção, neste sentido material e social, de você estar junto de ir conversar" (Sujeito C).*

O Sujeito B também complementa:

*"Auxílio o RH no sentido de acompanhar os funcionários que estão acidentados [...]" (Sujeito B).*

Esse acompanhamento relatado acontece com os funcionários afastados por motivo de doença ou acidente. Os acompanham também junto a Previdência Social, no que concerne a concessão do Auxílio Doença e Auxílio Acidente. Ambos são benefícios concedidos ao segurado impedido de trabalhar por doença ou por acidente por mais de 15 dias consecutivos. No caso dos funcionários Maristas, por terem carteira assinada, os primeiros 15 dias são pagos pelo colégio e, a partir do 16º dia, são pagos pela Previdência Social até quando a incapacidade para o trabalho perdurar. Conforme relatos, o Assistente Social intervém em demais demandas do funcionário afastado, proporcionando encaminhamentos para áreas afins, que dêem um respaldo maior para essa família.

As demandas do Serviço Social organizacional no espaço escolar são configuradas sob a égide das novas deliberações econômicas sociais postas nessa atual conjuntura, são as expressões das desigualdades provenientes do capitalismo na vida do trabalhador. O Assistente Social está inserido em um novo cenário caracterizado pelas inovações tecnológicas, rápidas mudanças, globalização, parcerias estratégicas, novos modelos de gestão, dentre outros, requeridas junto ao processo produtivo.

O RH recebeu várias denominações como: Gestão de pessoas, gestão de talentos, gestão estratégica de recursos humanos, departamento pessoal, entre outras. Tipicamente, seu foco de atuação passa a ser a gestão de competências e, ao menos no discurso, a construção de modelos de gestão de pessoas mais flexíveis e orgânicos. Diante desse novo cenário tem-se utilizado expressões de um novo modelo de gestão, denominado gestão de pessoas, já deixando de lado o termo Recursos Humanos, conforme salienta Batitucci:

O termo recursos humanos é bastante impróprio e inadequado para designar *pessoas*. Recursos dizem respeito a insumos e condicionantes materiais, tecnológicos e inertes, que devem ser organizados, trabalhados e otimizados pelo homem, para produzirem resultados, em direção aos objetivos fixados. Portanto, o homem não é um *recurso*: ele é o próprio agente, com vida e movimentos intrínsecos, que irá dominar e utilizar justamente esses mesmos recursos disponíveis. O homem não pode ser *otimizado*, como se fosse máquina ou equipamento, ele pode sim, ser oportunizado, isto é, pode ser colocado diante de oportunidades e alternativas múltiplas de crescimento e de desenvolvimento, em direção à felicidade. (BATITUCCI, 2000, p.13)

Na mesma perspectiva, Fischer (2002, p.38) esclarece que por gestão de pessoas entende-se "a maneira pela qual uma empresa se organiza para gerenciar e orientar o comportamento humano no trabalho. Para isso, a empresa se estrutura definindo princípios, estratégias, políticas e práticas ou processos de gestão". É uma forma de atuar com uma visão das pessoas como parceiras da organização e não como recursos.

Na mesma linha argumentativa, Chiavenato (2004, p.09) sintetiza os aspectos fundamentais da moderna gestão de pessoas como: as pessoas como seres humanos e não como meros recursos da organização. As pessoas como ativadores inteligentes de recursos organizacionais: as pessoas dinamizam a organização se diferenciando de agentes passivos, inertes e estáticos. As pessoas como parceiros da organização, capazes de conduzi-la à excelência e ao sucesso: há um caráter de reciprocidade nessa afirmação, pois as pessoas investem na organização e em contrapartida as pessoas esperam colher retornos desses investimentos.

Nesse sentido, o Serviço Social organizacional passa também a incorporar novas preocupações como se observa no seguinte depoimento do sujeito D:

*"Tem alguns projetos com o RH mais voltados a questão de qualidade de vida, por exemplo ginástica laboral, que conseguimos implantar ano passado, agora tem previsto um trabalho de dicção vocal com os professores, talvez a mantenedora que faça, mas isto é uma questão de organizar, é mais no sentido de acompanhar"*  
(Sujeito D)

O entrevistado menciona a questão da qualidade de vida no trabalho que tem sido muito utilizada atualmente. O termo qualidade de vida no trabalho (QVT) tem sido muito utilizado atualmente. Várias organizações investem na melhoria da qualidade de vida dos seus colaboradores, muitas vezes, destinando significativas verbas. O fato das organizações estarem agindo dessa forma pode estar relacionado a uma crescente conscientização pressionada pela sociedade e pelos próprios trabalhadores, via sindicatos e legislação. França (1997, p.80) apresenta uma coerente definição acerca da Qualidade de Vida no Trabalho, entendendo-a como:

É um conjunto de ações de uma empresa que envolvem a implantação de melhorias e inovações gerenciais e tecnológicas no ambiente de trabalho. A construção da qualidade de vida no trabalho ocorre a partir do momento em que se olha a empresa e as pessoas como um todo, o que chamamos de enfoque biopsicossocial. O posicionamento biopsicossocial representa o fator diferencial para a realização de diagnóstico, campanhas, criação de serviços, e implantação de projetos voltados para a preservação e desenvolvimento das pessoas, durante o trabalho na empresa.

As organizações, através das condições de trabalho oferecidas, devem proporcionar qualidade de vida ao trabalhador por meio de um ambiente favorável para o atendimento das necessidades e do desenvolvimento integral do ser humano.

Em uma visão mais ampla, a qualidade de vida no trabalho relaciona-se com aspectos ligados ao desenvolvimento pessoal e profissional do indivíduo, considerando fatores psicológicos, políticos, econômicos e sociais do trabalhador. E, numa concepção ainda mais abrangente, contempla aspectos ligados à participação política e econômica, à qualidade de vida global e às questões de cidadania. Desse modo, como afirma Batitucci (2000, p.43), é evidente que a função do Assistente Social, inserido nos Recursos Humanos, ajuda a proporcionar retorno do capital e lucro para os acionistas. Porém, também pode proporcionar a satisfação para o cliente interno e externo, desenvolvimento para a sociedade e melhoria da qualidade de vida para o corpo de funcionários.

Assim, em uma perspectiva atual e globalizada, os Assistentes Sociais devem considerar que a qualidade de vida no trabalho deve envolver toda uma priorização no atendimento de necessidades e de aspirações humanas, com base na idéia de humanização do trabalho e de responsabilidade social das organizações.

Parecendo compartilhar com esta perspectiva de QVT, os Assistentes Sociais que atuam nos Colégios Maristas relataram atividades voltadas à promoção de QVT, porém, também mencionaram outras que se aproximaram mais das já consagradas tradicionalmente no Serviço Social organizacional. São elas, como se observa nos depoimentos abaixo, as relativas à benefícios e à admissão de funcionários:

*"Faço atendimentos a colaboradores de um modo geral, muito voltados a questão da informação de políticas institucionais, esclarecimentos sobre benefícios institucionais, como o plano de saúde por exemplo, e sociais de um modo geral. Nós temos o DP (Departamento Pessoal), eles são responsáveis pela informação desse tipo de benefício, mas mesmo assim os funcionários não deixam de perguntar, as vezes não necessariamente sobre este benefício" (Sujeito A).*

*"Auxilio trabalhos do RH no que se refere a concessão de benefícios da mantenedora aos funcionários, encaminhamento de funcionários a serviços, plano odontológico, farmácia (tanto inclusão quanto exclusão). Eu faço toda aquela parte do contrato com o funcionário, eu oriento como é, como não é, qual a diferença de um plano para o outro, a orientação de preencher a solicitação, como inclusão e exclusão. [...] Para os novos funcionários eu faço o primeiro atendimento e depois só encaminho para ele aquela folha de solicitação, porque ele vai incluir no sistema. A mesma coisa faço com o plano de saúde. Por exemplo, o funcionário foi demitido, a opção dele manter o plano ou não manter sou eu quem faço. Se ele vai mudar de plano e precisa daquela carta de aproveitamento de carência também sou eu quem solicito, então esse contato com o funcionário sou eu quem faço" (Sujeito B).*

Percebe-se, pois, a ênfase em atividades vinculadas à política de benefício da mantenedora, aplicada em cada colégio da rede. Montano (2007, p.41) reforça esse tipo de atividade do profissional, citando que "a empresa contrata assistentes sociais para executar justamente as políticas de mudanças organizacionais e relacionais, e para gerir convênios (assistenciais e beneficentes para os trabalhadores desenvolvido entre a empresa e outra organização externa". Entretanto é necessário esclarecer sobre os termos utilizados, pois percebemos heterogeneidade na fala das entrevistadas, onde uma cita o RH e outra o Departamento Pessoal. Um setor de Recursos Humanos em uma organização é distinto do Departamento Pessoal. O Recursos Humanos atua de forma mais ampla, envolvendo, por exemplo, o recrutamento e seleção, a QVT, pesquisa de clima organizacional, programa de cargos e salários, dentre outras. Já o Departamento pessoal é uma parte integrante do Recursos Humanos, que realiza tarefas de admissão, compensação e desligamentos de funcionários, por exemplo. Obedece todas as normas trabalhistas prescrita pelas leis, executando todas as tarefas necessárias, como: registro, anotação e contabilidade dos colaboradores.

Nesse contexto, o Assistente Social imprime uma relação com os colaboradores, cria vínculos, a medida que atua diretamente com os mesmos, nas diversas esferas da política organizacional.

*"É legal que com as concessões de benefícios aos funcionários do colégio , você acaba tendo uma proximidade com eles. As vezes o funcionário está com algum problema, só o fato dele vir até mim e de expor, de conversar. A partir disso já aconteceu encaminhamento de funcionários a serviços da comunidade. Tem um funcionário que tem um problema de álcool em casa, ou de drogas, por exemplo, eu vou fazer o contato com uma clínica ou casa de apoio, ou até mesmo marcar uma consulta para tentar amenizar a situação. Como teve uma funcionária que acabou mudando de endereço, e eu acabei interferindo na questão da matrícula dos seus filhos no meio do ano para tentar facilitar. Então como eu faço esse atendimento inicial de concessão de plano de saúde, eu acabo tendo esta proximidade com o funcionário" (Sujeito B).*

Este tipo de atividade sempre esteve presente no exercício profissional do Assistente Social, com a finalidade de atuação diante de problemáticas apresentadas dentro da organização e que interferiam no processo de produção como os altos índices de absenteísmos, acidentes, dependência química, conflitos familiares, dificuldades financeiras, doenças, entre outras questões relacionadas à vida privada do trabalhador, isto é, problemáticas que afetam diretamente seu desempenho no trabalho, servindo de elemento para inclusão do Assistente Social em equipes da área de Recursos Humanos.

É importante também ressaltar a afirmação trazida por Schlemenson (1993, p.147) que faz uma abordagem por uma linha subjetiva das organizações. Afirma que essas tendem a ser tratadas como ente personalizado, entretanto, a organização nada mais é do que gente reunida pela necessidade de viver, sobreviver e realizar-se. Pessoas com realidade de vidas complexas, naturalmente limitadas, imperfeitas, mas em evolução e desenvolvimento. Pessoas com necessidades humanas que estão interligadas em um complexo de inter-relações sociais, em que o *modus vivendi* estabelecido é muito mais forte que a vontade de cada um. É importante que o Assistente Social internalize um modo de fazer profissional sob o foco de uma qualidade de vida no trabalho, capaz de reduzir não somente índices que poderiam comprometer um colaborador em sua atividade profissional. Isso pode ser exemplificado a partir da fala do entrevistado:

*"Tem o acompanhamento dos funcionários, visitas para ver como está a questão dos próprios benefícios, isso entra mais o trabalho do RH, os atendimentos dos funcionários, professores educadores de um modo geral para todo tipo de encaminhamento que é uma demanda que existe em todas as instituições" (Sujeito D).*

*"Os funcionários me procuram, não somente pra verificar benefícios, mas também em termos de capacitação, de formação, de uma política de incentivo a formação, graduação, especialização. Enfim, foi a partir disso que a gente iniciou dois projetos, depois de uma pesquisa feita, que tinha uma boa parte dos colaboradores de manutenção e limpeza, que não tinham concluído o ensino fundamental. O colégio uma época não aprovou um projeto de subsidiar essa formação, daí eu fiz um mapeamento de escolas que ofereciam cursos de EJA (Educação para jovens e adultos) próximos do trabalho, ou próximos do local de moradia dessas pessoas, pra que elas voltassem a estudar de forma gratuita nesses locais. Isso foi muito legal! Alguns retomaram e outros pararam, por 'N' motivos. A gente sabe que a educação de jovens e adultos não é fácil, porque já são pessoas que trabalham, que são, muitos, arrimo de família, mãe, pai, aí é muito mais difícil o aprendizado" (Sujeito A).*

O entrevistado ainda acrescenta:

*"Várias pessoas voltaram a estudar, houve uma valorização nesse sentido, e até hoje sempre falam, 'Eu tava pensando em fazer um curso, você sabe onde tem um gratuito?'. Até saiu o programa habitacional do governo agora. Aí quando eles vêem algo na televisão, no outro dia já tão lá me perguntando, e muitas vezes eu nem vi a reportagem ainda (risos). Aí vou eu lá, pesquisar, me inteirar sobre, preparo um comunicado e deixo fixado. [...] Então assim, tento divulgar, por meio de recado em mural, ou peço pra pastoral algum momento de fala, na acolhida que fazem toda ultima sexta do mês. As vezes quanto tem algum projeto, ou recado, aí peço 5 minutos pra falar a todo o grupo" (Sujeito A).*

Como em todas as empresas, as escolas da rede particular de ensino também são compostas por colaboradores, cada qual com sua particularidade. Nessa conjuntura, é importante compreender a rede de mediações existentes entre o Estado, políticas públicas e as atuais demandas do profissional de Serviço Social, por meio das quais a organização de muitas atribuições do profissional se constrói. O entrevistado acima citado, por meio de seu cotidiano

profissional, foi capaz de vislumbrar necessidades desses colaboradores, propondo intervenções em parcerias com a rede de serviços. Em linhas gerais, os processos profissionais do Serviço Social na organização estão estritamente relacionados a um maior conhecimento da complexidade das relações institucionais e de sua relação com a realidade societária; a identificação das necessidades dos colaboradores e sua reflexão sobre as possíveis condições de atendimento e reflexão de alternativas internas e externas, suas mediações e meios passíveis de utilização (FREIRE, 2003, p.100).

Diante do exemplo citado acima pelo entrevistado, de divulgar, de socializar informações, tanto de políticas institucionais como de toda a rede de serviços, aproximamos isso ao relato dos Sujeitos:

*"É uma divulgação institucional e da rede de serviços. Assistente Social trabalha muito nessa ótica de informação e da socialização da informação em termos de políticas sociais. Então muitas coisas eu fico sabendo por eles as vezes, aí vou correr atrás pra ver o que é" (Sujeito A)*

*"Mas eu acho que a partir da divulgação foi uma pessoa do nada e disse: 'Ah! eu queria estudar muito e tal', aí comecei a investigar e conversar com a direção, enfim, para quando divulgar não divulgar uma coisa para encher de expectativa e depois frustrar, aí quando eu divulguei, eu já disse: 'olha gente então assim, a gente tá com este projeto de incentivo a escolarização que é para quem não concluiu o ensino fundamental ainda, a escola vai contribuir na medida do possível, as vezes mudando seu horário de trabalho, e ele é gratuito, e para que não haja muito gasto de condução, a gente vai procurar algo que seja perto da sua casa ou do lugar de trabalho', mas isso surgiu de um atendimento que eu fiz, então algumas iniciativas que depois passa para um projeto mesmo passa de um atendimento mesmo e é lógico que tem que avaliar se é algo que realmente faz sentido, porque tem muitos atendimento que é necessidade de apenas um, então cabe estar sempre atenta para ser algo que envolve mais gente" (Sujeito A)*

O Código de Ética profissional, em seu artigo 5º, dispõe que são deveres do Assistente Social com seus usuários, "democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários". A socialização das informações é uma das atividades profissionais exercidas pelo Assistente Social,

conforme exemplifica a entrevistada. Segundo Yamamoto (2007, p.427), a "socialização de informações envolve uma relação democrática e aberta à reflexão entre o assistente social e os sujeitos que demandam seus direitos, sem ofuscar os distintos papéis que desempenham na relação". Assim, a socialização das informações não se reduz ao mero repasse de dados sobre as normas e recursos.

Outra função desempenhada pelo Assistente Social no Colégio Marista foi citada por um dos quatro entrevistados:

*"Trabalho com o recrutamento e seleção para o administrativo, para o setor pedagógico não tenho feito. Não é sempre ainda, não tenho uma atividade grande, mas tenho este trabalho também, não é toda semana ou todo mês mas quando tem, sou eu quem faço. Eu comecei, na verdade, só com pessoas com deficiência aí acabou ampliando e comecei a fazer para pessoas de outras vagas, acho que é interessante pro serviço social porque as pessoas acham que é só o psicólogo claro, tem as funções, tem os testes que realmente são da psicologia mas tem as questões das entrevistas, das dinâmicas enfim uma série de trabalhos que podem ser feitos pelo serviço social" (Sujeito 4).*

Diante da demanda existente dentro do espaço escolar, o Assistente Social assume mais uma atribuição. Por recrutamento entendemos que é a ação da empresa, de caráter convidativo, que visa atingir e influenciar o mercado de profissionais e dele obter os candidatos de que necessita para suprir suas necessidades de trabalho atuais e futuras. Pode ser realizado de forma interna ou externa. O recrutamento representa determinadas atividades que envolvem estudos, alternativas e contatos com o mercado de mão-de-obra, com a finalidade de divulgar vagas abertas em uma empresa e a conseqüente forma de atração, convocação e desenvolvimento do processo de triagem de candidatos às mesmas.

A seleção está em conjunto com o processo de recrutamento, destina-se a prover a organização, de talentos humanos. A seleção centra-se nas qualificações que atendam aos requisitos do cargo e nas necessidades da organização. Seu objetivo é maximizar acertos e minimizar erros.

Outra atividade específica do Serviço Social no colégio se refere ao acompanhamento dos adolescentes aprendizes, isso para os colégios que têm os mesmos contratados:

*"O acompanhamento dos aprendizes, (nós temos cinco aprendizes no colégio) então eu e a assistente de RH fazemos uma reunião mensal com eles, olhamos as atas de todos eles para saber as atividades, vamos nas reuniões que tem no SENAC. É o serviço social que acompanha e desenvolve o programa aprendiz aqui no colégio. Também é feito um encontro com os supervisores de onde esses alunos estão, como que estão, tenta na medida do possível pedir um relatório, registrar tudo (Sujeito A).*

*"Nós temos dois projetos do adolescente aprendiz que, na verdade, os dois que nos temos aqui é lá do Centro Social Marista" (Sujeito B).*

*"Temos aqui na escola dois aprendizes e temos um acompanhamento mais no sentido de estar orientando as pessoas que estão diretamente com eles nos setores, é mais um acompanhamento do trabalho, porque inicialmente as pessoas achavam que o aprendiz é igual estagiário que você vai jogar um monte de coisas e ele vai ajudar, e não é. Hoje a gente já tem isto bem tranqüilo, as áreas em que eles estão inseridos aqui no colégio, as pessoas tem este olhar bem cuidadoso, com um olhar para a questão do aprendizado deles Então eu faço mesmo este acompanhamento, vejo todo mês como é que estão as coisas, o que eles tem feito, o que tem dificuldades porque a instituição de onde eles estão vindo, também tem uma assistente social que acompanha. Os relatórios que eu faço precisam ser enviados pra lá mas, eu também faço o acompanhamento aqui, eu fico por dentro de tudo para este projeto de aprendizagem também então é bem bacana." (Sujeito D).*

A Lei do Aprendiz (10.097/2000) garante a inserção no mercado formal de trabalho para adolescentes e jovens de 14 a 24 anos. Eles devem estar inseridos em instituições profissionalizantes que proporcionem aos mesmos uma formação técnico-profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. Os participantes dessa formação são encaminhados ao trabalho como aprendizes, conforme as exigências da Lei. Fica claro que nos colégios é responsabilidade do Assistente Social e do RH (em alguns casos) formular e acompanhar os aprendizes nesse programa. Diante de uma realidade social na qual crianças e adolescentes se inserem precocemente no mercado informal de trabalho, é de suma importância que o Assistente Social se inclua nesse processo, garantindo ao aprendiz, juntamente com demais funcionários, formação de qualidade e

compatível com seu desenvolvimento, conforme a fala: "*[...]as pessoas tem este olhar bem cuidadoso, com um olhar para a questão do aprendizado deles*" (Sujeito D).

Diante das atividades mencionadas pelas entrevistadas, identificamos que muitas atribuições foram assumidas, não se restringindo somente ao processo de bolsa. Fica nítido que a carga horária é fator preponderando para a soma de uma quantidade maior ou menor de atividades. Entretanto, essa trajetória foi e ainda é permeada por dificuldades e limites, conforme relatam:

*"A dificuldade maior realmente tem sido, desde a entrada aqui , esta conquista do espaço na escola, do olhar das pessoas no serviço social, de olhar e saber que não é só análise de bolsa escolar, então é um espaço que aqui na escola já, mas ainda tem muito no sentido de outros profissionais aqui dentro, tirar realmente este olhar de bolsa social e entender que é muito além disso, esta é a principal dificuldade que eu ainda enfrento e acho que todas as assistentes sociais ainda têm um pouco disso"* (Sujeito D).

*"São muitas, acho que há pouco investimento na questão da capacitação, acho que carece bastante, e que dificulta bastante o trabalho, acredito que tem tudo haver com o nosso histórico, que o que são três ou quatro anos num colégio? Acho que pelo tempo a gente até conseguiu construir bastante coisa, mas acho que precisávamos de uma força a mais. E como sempre, a questão do pouco recurso para desenvolver os projetos , então a gente não tem um orçamento para o serviço social e isso limita um pouco para algumas ações, porque tem que depender do orçamento de outras áreas. Também tive pouco contato com os professores"* (Sujeito A).

*"Bom, a dificuldade está no novo, nesta busca pelo conhecimento, eu me questiono se o que eu estou fazendo esta certo. Outra é a conquista de espaço, o cuidado de você não invadir a área de outro profissional, respeitar o limite do outro, mas eu acho que temos que ir conquistando aos poucos, e outra dificuldade, na verdade, limite, é a carga horária."* (Sujeito C)

*"O desafio mesmo é o conhecimento do trabalho do assistente social na escola privada. Outro desafio, que eu acho que é mais de cada assistente social, é a valorização da profissão, e a questão de aperfeiçoamento e especialização na área de serviço social."* (Sujeito B).

Dessa forma, verificamos que as dificuldades existem e são heterogêneas. Elas perpassam pelo reconhecimento da profissão enquanto uma atuação que vai além das concessões de bolsa; pela capacitação do profissional, buscada por ele e também ofertada pela mantenedora; pela não destinação de um orçamento específico para o Departamento de Assistência Social de cada Colégio; pelo pouco contato com a equipe de professores; e pela conquista gradativa de espaço.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas nesse estudo, apontam o modo de fazer dos Assistentes Sociais que atuam nos Colégios Maristas pesquisados da Província Marista Brasil Centro-Sul. O cotidiano, enquanto uma expressão do imediato vivido, se configurou como peça fundamental para a compreensão e análise desse modo de fazer profissional no espaço da escola particular.

Como tal temática é pouco abordada nos cursos de graduação em Serviço Social e temos poucas bibliografias produzidas, o trabalho nesse campo de atuação pode ser tornar, muitas vezes, um desafio. Entretanto, independente dessa dificuldade, identificamos que a prática dos profissionais pesquisados não ficou engessada somente ao Programa de Concessão de Bolsas Sociais. Esse, por sua vez, se configurou sim como a principal atividade desempenhada pelo Assistente Social, mas não a única. A extensão das atribuições do profissional dentro desse espaço se deu tanto pela abertura e necessidade da própria instituição, como também pelo embasamento teórico-metodológico do Assistente Social.

Face a isso, verificamos que algumas atribuições profissionais são semelhantes em todos os Colégios, todavia, mesmo se tratando de uma rede, nem todas as atribuições citadas são aplicadas igualmente em todos os Colégios. Três fatores são preponderantes para a existência dessa diferenciação de atribuições do Serviço Social entre Colégios: A primeira se refere a carga horária semanal do profissional, que pode limitá-lo a desempenhar outras atribuições. A segunda está relacionada a própria demanda existente no Colégio, pois os mesmos são distintos em número de alunos e funcionários, o que pode ocasionar uma maior ou menor demanda. A terceira, parte da própria visão dos empregadores (chefias mais diretas como, Gerente Administrativo, Diretor Educacional e Diretor Geral) sobre o Serviço Social, uma vez que os mesmos também são responsáveis pela delimitação do foco de atuação do profissional, o que caracteriza a relativa autonomia profissional.

Sob essa análise, acrescentamos o fato do profissional de Serviço Social ter uma relativa autonomia, vender sua força de trabalho, mantendo uma distinta relação com seus empregadores, o que pode favorecer a alienação e a vulnerabilidade diante das ingerências do poder institucional, assim, o profissional pode ser inserido no universo alienado da cotidianidade. Na realidade, até mesmo

as políticas sociais "não tem o poder de reverter as desigualdades e não são capazes pela sua própria natureza, de propiciar a suspensão da cotidianidade nos níveis da [...] arte, ciência e do trabalho criativo" (IAMAMOTO, 2007, p.280). A ruptura dessa alienação, por parte dos profissionais provém, conforme Martinelli (1994, p.125), a partir de um "pensamento crítico reflexivo". O confronto estratégico de propostas no cotidiano, por parte do Assistente Social, é alcançado mediante a adoção de uma metodologia teórico-prática capaz de abranger a análise da conjuntura, das forças, do objeto do Serviço Social, da instituição (FALEIROS, 2002 p.97).

Os depoimentos dos entrevistados demonstraram o modo como os Assistentes Sociais vivenciam essa experiência profissional e a organizam. Manifestaram os desafios presentes no cotidiano, o desafio de mostrar tanto aos funcionários, quanto aos alunos e pais, que o Serviço Social no espaço escolar não se resume à concessão de Bolsas Sociais. O desafio de buscar por conta própria, mais capacitação profissional, troca de experiências, mesmo não havendo muito investimento por parte da instituição nesse foco.

Vale ressaltar também o desafio de atuar com uma nova demanda do Serviço Social, ocasionada pelo empobrecimento da classe média, também configurada como uma expressão da questão social e, que nem sempre aceita com naturalidade ser atendido por um Assistente Social, cujo esteriótipo é marcado como um profissional que atua exclusivamente com uma população em situação de extrema pobreza.

Outro aspecto importante a ser destacado é o fato do profissional ter em mãos, por participar efetivamente da garantia desse direito a educação, uma ampla gama de informações sobre a realidade dessa "nova pobreza", expressa pela situação das famílias atendidas, o que possibilitaria um vasto estudo sobre tal realidade, não somente local, mas também estadual ou até mesmo nacional, a medida que as informações e prévias análises são disseminadas com demais profissionais da Rede. Isso possibilitaria compreender, a partir das microrealidades, uma visão mais totalizante da realidade, com possibilidades de gerir novas intervenções. Essa ação pode até estar sendo feita localmente, entretanto não foi citada pelas entrevistadas.

Em uma visão mais ampla, identificamos que a intencionalidade do Serviço Social no Colégio Marista é contribuir com a própria função social da escola,

criando espaços de intervenção nas relações sociais estabelecidas tanto com o público interno quanto com o externo. Fica claro que as atribuições do Serviço Social nos Colégios Maristas, perpassam tanto pelo âmbito escolar, mais diretamente vinculada aos alunos e suas famílias, quanto pelo âmbito organizacional, para o qual são direcionados trabalhos ao corpo de colaboradores da Instituição. No que tange às funções concernentes aos alunos e suas famílias, identificamos que, além do processo de concessão de bolsas sociais, os profissionais entrevistados também elencaram atividades em parceria com o Núcleo Pastoral do Colégio, objetivando projetos sociais já desenvolvidos por esse setor. Segundo a pesquisa, a principal contribuição do profissional nessa atribuição foi a resignificar ações de cunho solidário e assistencialistas, para uma visão vinculada a garantia de direitos. É a impressão de um olhar técnico com vistas a cidadania. Estabeleceram também contato com a rede municipal de serviços, conselhos municipais, buscando romper com ações meramente pontuais e contribuindo para o processo de formação do aluno enquanto um cidadão consciente. Nesse cenário, o Núcleo Pastoral de cada Colégio Marista configura-se como um espaço para o profissional de Serviço Social atuar em parceria, uma vez que os objetivos desse setor são o de contribuir para a formação integral do aluno e o da qualidade de vida e motivação no trabalho para funcionários, como é o caso da CAMAR, já citada anteriormente.

Algumas demandas dos profissionais nos Colégios Maristas, são identificadas como atribuições assumidas a partir da necessidade da Instituição, mas que não se configura necessariamente como uma atividade privativa do Assistente Social. Como é o caso do trabalho direcionado aos pais de alunos que estão em situação de inadimplência com o Colégio, no qual o intuito é não somente reduzir os índices de inadimplência com o Colégio, mas também dar um olhar diferenciado a possível situação de vulnerabilidade vivenciada pela família.

A aproximação da escola com a família também é efetivada pelo Assistente Social quando o mesmo realiza um trabalho interdisciplinar com o Núcleo Psicopedagógico, cujo resultado reflete na educação, na realidade social da família e na garantia de direitos. Identificamos que essa atribuição, mesmo não sendo implementada por todos os Assistentes Sociais pesquisados, vem sendo incorporada à prática profissional. Nota-se a necessidade de fazer dessa atuação um projeto para todos os Colégios, devido a sua relevância, ao seu alcance e aos seus resultados.

Os depoimentos mostram também a prática interdisciplinar do Assistente Social quando o mesmo trabalha na implementação da Lei 11.525/2007, juntamente com os professores. Dispositivo esse que trata da inserção do conteúdo do ECA na grade curricular.

As atribuições voltadas ao âmbito do Serviço Social organizacional vêm tomando proporções cada vez maiores nesse espaço sócio-ocupacional. Atividades vinculadas a promoção de qualidade de vida no trabalho, recrutamento e seleção, motivação, política de benefícios, acompanhamento de funcionários e de adolescentes aprendizes e a mediação de problemáticas, são aplicadas em parceria com o Recursos Humanos e, em consonância com a política institucional. Foi possível identificar que os profissionais buscam, conforme César (1998, p.115), desenvolver algumas características básicas do Assistente Social em meio organizacional:

- Ter conhecimento da política institucional, bem como dos colaboradores, para que possam dar respostas coerentes aos que buscarem informações;
- Ter competência técnica para que as atividades executadas por esses profissionais sejam feitas com exatidão e agilidade;
- Manter um bom clima organizacional de forma que os usuários, ao procurarem o Serviço Social, sintam-se num ambiente agradável, favorável a uma comunicação horizontal, fluente e clara;
- Atuar de forma eficaz, a fim de que sua equipe de trabalho obtenha êxito, por meio da responsabilidade para com as metas da empresa, buscando sempre melhorar a produtividade e a qualidade de vida do trabalhador.

As limitações profissionais e institucionais existem sim, todavia, por meio da referida pesquisa, identificamos que independente das dificuldades encontradas nesse espaço sócio-ocupacional, o Serviço Social foi se constituindo como um espaço qualificado para atender e intervir nas demandas cotidianas, ampliando seu leque de atuação profissional.

É de fundamental importância que a mantenedora e as Direções Gerais de cada Colégio, tenham conhecimento das particularidades do trabalho do Serviço Social, para criar, em conjunto com os Assistentes Sociais, um plano de

ação para o Serviço Social dos Colégios Maristas. Enfocamos também a necessidade de objetivar meios para troca de experiências entre os profissionais de cada Colégio Marista da PMBCS, juntamente com a ABEC/UCE. Assim, a partir da análise de sua cotidianidade, o profissional terá mais condições de atuar de forma inovadora, competente e propositiva.

A presente dissertação não teve o intuito de esgotar a discussão sobre o assunto tratado, mas sim, procurou contribuir com as reflexões acerca do modo de fazer profissional nesse espaço sócio-ocupacional. Expandir os campos de intervenção profissional, identificar novas demandas, estender as práticas rotineiras desenvolvidas nos "velhos" campos, prover o estudo das (novas) respostas tanto às demandas já existentes quanto, às que emergem, é imprescindível para os novos tempos.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- AKKARI, A.J. *Desigualdades Educativas Estruturais no Brasil: entre Estado, Privatização e descentralização*. **Educação e Sociedade**, ano XXII, n74. Campinas-SP: CEDES, Abril/2001.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O Serviço Social na Educação. In: Revista Inscrita n.6. Brasília: CFESS, 2000.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. *Educação pública e Serviço Social*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.63, 2000.
- ALVES, G. *O novo e precário mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise no sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3. Ed. Boitempo: São Paulo, 2000.
- AZZI, R. *História da educação católica no Brasil: a expansão da obra de Champagnat no Brasil*. V. 3.
- BARBOSA, M. A. *A prática dos Assistentes Sociais do Setor de Assistência Social (SAS) da Província Marista do Brasil Centro Sul: sua relação com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2007.
- BARRETO, M. I. *As organizações sociais na reforma do Estado brasileiro*. In: PEREIRA, L. C. & GRAU, N. C. *O público não estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- BATITUCCI, M. D. *Recursos Humanos 100 %: A função do RH no terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Qualitymark. 2000.

BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

BORÓN, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E. e GENTILI, P. (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 63-118

BARROSO, J. (Org.). *A escola pública: regulação, desregulação, privatização*. Porto: ASA, 2003.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BORTOLINI, D. (Presidente). *Procedimentos: ABEC/UCE*. São Paulo: FTD. \_\_\_\_\_.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial (da República Federativa do Brasil)*, Brasília, 1997.

BRASIL. *Lei 8.069 de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. (1961). *Lei 4.024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.

BRASIL. *Decreto nº 72.846*, de 26 de setembro de 1973.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 1 .ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CESAR, M. de J. Serviço social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 115-148.

CFESS. Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação. *Serviço Social na Educação*. Brasília, 2001.

CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. 2 ed. Rio de Janeiro:Elsevier, 2004

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

COSTA, S. F. *O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO ATUALIZADA E CONTEXTUALIZADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo junto às Creches e Pré-Escolas não governamentais que atuam na esfera da Assistência Social no município de Londrina - Pr. Tese de Doutorado*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2003.

DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa*. São Paulo: Cortez, 1991.

DEMO, P. *Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEMO, P. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2003.

DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção de conhecimento*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DÜRKHEIM, D. É. *As regras do método sociológico*. 11 ed. São Paulo: Nacional, 1984.

EHRENBERG, Ronald; SMITH, Roberts. *A moderna economia do trabalho: Teoria e política pública*. 5. Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

FALEIROS, V. P. *Estratégias em Serviço Social*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FALEIROS, V. P. *Serviço Social no Mundo Contemporâneo*. In: Freire, L. M. B.; FREIRE, S. M.; CASTRO, A. T. B. (Orgs). *Serviço Social, Política Social e Trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI*. São Paulo: Cortez, 2006.

FIORENTINI, S. R. B. *Inadimplência: como evitar e resolver*. Disponível em: <[www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)>. Acesso em: 16/08/2009.

FISCHER, Rosa Maria. *O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo. Gente, 2002.

FRANÇA, A. C. L. *Qualidade de vida no trabalho: conceitos, abordagens, inovações e desafios nas empresas brasileiras*. Revista Brasileira de medicina psicossomática. RJ, vol. 01, nº2, p. 79 a 83. 1997.

FREIRE, Lúcia M. B. *O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, G. *Os Delírios da Razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional*. In: GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. Pág. 77-108.

FRIGOTTO, G. *A formação e a profissionalização do educador: novos desafios*. In SILVA, T. T. e GENTILLI, P. *Escola S. A. Brasília: CNTE, 1996. P. 75-105.*

FURET, J. B. *Vida de São Marcelino José Bento Champagnat*. Tradução Ângelo José Camatta. São Paulo: Loyola, 1999.

GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. *A cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 3.Ed. São Paulo: Cortez, 2002. P.49-65.

GENTILI, P.; SADER, E. (Org.). *Pós- neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GENTILLI, R. *Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social*. 2.ed. São Paulo. Veras, 2006.

GOHN, M. G. *Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

GRAMSCI, A. *A Concepção Dialética de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 4. Ed. 1981.

GUERRA, Y. *Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1995.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

IAMAMOTO, M. V.. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capitalismo financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO DOS IRMÃOS MARISTAS DAS ESCOLAS. *Missão Educativa Marista: um projeto para o nosso tempo*. Roma, janeiro de 1998.

JAPIASSÚ, H.. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KLIKSBERG, B. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 13-47.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LEVEBVRE. H. A. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução Célia Neves e A. Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIBÂNIO, José Carlos. *Organização e gestão da escola. Teoria e Prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.

LOJKINE, J. *A revolução informacional*. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1995.

LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. Tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1981. .

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: Identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio. *Caderno NEPI*, nº1, p. 07-25, 1994.

MINAYO. M. C. de S. *Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social*. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p.9-29.

MONTANO, C. A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTANO, C. *Terceiro Setor e questão social*. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo, Cortez, 2002.

NETTO, J. P. *Para a crítica da vida cotidiana*. In: \_\_\_\_\_; FALCÃO, M. C. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1987.

NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e Serviço Social: 3. Ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PASTORINI, A. *A categoria "questão social" em debate*. São Paulo: Cortez, 2004.

PAUGAM, S. O debate em torno de um conceito: pobreza, exclusão e desqualificação social. In: VERAS, M. P. B. *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: EDUC, 1999. p. 115-125.

PAUGAM, S. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

PINHEIRO, M. E.. *Serviço Social: infância e juventude desvalidas*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Centro de Produção da UERJ, 1985.

PRADO, J. C. (Coord.). *Plano Provincial Pastoral: Província Marista do Brasil Centro-Sul / Setor de Pastoral*. 1. ed. São Paulo: FTD, 2006.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. L. Pérez. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SADER, E. (Org.). *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SALAMA, P. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (orgs) *Política Social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004. P. 131-147.

SANTOS, C. F. *Contrato de Emprego do Adolescente Aprendiz: aprendizagem de acordo com a Lei 10.097/2000*. Curitiba: Juruá, 2003.

SCHLEMENSON, Aldo. *Análisis organizacional y empresa unipersonal: crisis y conflicto em contextos turbulentos*. Buenos Aires: Paidós, 1993.

SEM, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 109-134.

SILVA, N. M. O. *Subjetivando e Objetivando: uma experiência de seleção para bolsa de estudos*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2007.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, L. T. *Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes 2001, p. 152 - 354.

SOARES, L. T. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 59-64.

SOARES, L. T. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000. Coleção Questões da nossa época.

SOARES, L. T. Prefácio do livro de MONTANO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social na reestruturação do capital*. São Paulo: Cortez, 2002.

SORJ, B. *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SOUZA, Íris de Lima. *Serviço Social e Educação: uma questão em debate*. In: Revista Interface. v.2 - n.1, Natal, 2005.

STOTZ, E. N. A reestruturação industrial na visão dos empresários brasileiros. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, nº52, ano XVII, p. 86- 105, dez. 1996.

SUGUIHIRO, Vera Lúcia Tieko. *Estatuto da Criança e do Adolescente. In: 3 Encontro de SOS Adolescente e 1 Capacitação para Educadores e conselheiros da Área da Infância e Adolescência*, 2004, Porecatu.

SZAZI, Eduardo. (Org.). *Terceiro Setor: temas polêmicos*. São Paulo: Peirópolis, 2004, v. 1.

TAYLOR, F. W. *Princípios da administração científica*. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 1992. P. 36- 68.

TAVARES, M. A. *Os Fios (In)visíveis da produção capitalista: Informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004. P. 27-63.

TENÓRIO, Fernando G. *Gestão de ONGs, Principais Funções Gerenciais*. 5 ed., São Paulo: FGV, 2001.

TEODÓSIO, A. S. S. Construindo planos estratégicos de cidadania empresarial. In: *Memórias do XIII Congresso Latinoamericano de Estratégia*. Puebla, México: SLADE, 2000.

VAZQUEZ, Adolfo. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VAZQUEZ, A.S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VIEIRA, E. *A política e as bases do direito educacional*. *Cad. CEDES* [online]. 2001, vol.21, n.55, pp. 9-29. ISSN 0101-3262. doi: 10.1590/S0101-32622001000300002.

VIEIRA, S. L. Escola - Função social, gestão e política educacional. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000.

YAZBEK, M. C. *Classes Sublaternas e Assistência Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1998, Vol I.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido**

Eu, \_\_\_\_\_  
Portadora do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, estando devidamente esclarecida sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, a ser realizada pela pesquisadora Amanda Boza Gonçalves, aluna do Curso de Mestrado em Política Social e Serviço Social, da Universidade Estadual de Londrina, sob a orientação da Prof. Dra. Vera Lúcia Tieko Suguihiro, concordo em participar da pesquisa, sob a condição de preservação da minha identidade, tanto na coleta dos dados, como no tratamento e divulgação dos mesmos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**APÊNDICE B – Termo de compromisso**

Eu, Amanda Boza Gonçalves, sob orientação da Profa. Dra. Vera Lucia Tieko Suguihiro, comprometo-me a conduzir todas as atividades deste estudo de acordo com os termos do presente Consentimento informado.

Londrina, \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_.

---

Amanda Boza Gonçalves  
Pesquisadora

**APÊNDICE C – Instrumento de pesquisa**

Colégio: \_\_\_\_\_

Ano de contratação: \_\_\_\_\_ Carga horária semanal: \_\_\_\_\_

- 1 - Descreva suas atividades, no cotidiano, dentro do Colégio?
- 2 - Priorize as suas atividades, classificando-as em nível de complexidade (de maior para menor).
- 3 - Existe algum plano de ação que determina suas atividades? Como ele foi elaborado?
- 4 - Descreva as contribuições trazidas ao Colégio Marista por meio da inserção do profissional de Serviço Social.
- 5 - Descreva sobre as principais dificuldades e limites enfrentados nesse campo de atuação profissional.
- 6 - Exponha os desafios nessa área de atuação.
- 7 - Você acha que o Assistente Social tem contribuído para garantir direitos nessa área? Se sim, discorra sua opinião.

**ANEXOS**

**ANEXO A – Projeto de Lei da câmara N° 060, de 2007**

Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

Art. 2º Necessidades específicas de desenvolvimento por parte do educando serão atendidas pelas equipes multiprofissionais da escola e, quando necessário, em parceria com os profissionais do SUS.

Art. 3º Os sistemas de ensino disporão de um ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO B – Lei Nº 11.525, de 25 de setembro de 2007**

*Acrescenta § 5 o ao art. 32 da Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental.*

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 o O art. 32 da Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5 o :

"Art. 32 ..... .."

..... ..

..... ..

§ 5 o O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei n o 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado." (NR)

Art. 2 o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de setembro de 2007; 186 o da Independência e 119 o da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

Fernando Haddad